



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

JÚNIOR ARAÚJO RIBEIRO

POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA E ENSINO DE HISTÓRIA NA DITADURA
À LUZ DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

BOA VISTA, RR

2024



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

JÚNIOR ARAÚJO RIBEIRO

POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA E ENSINO DE HISTÓRIA NA DITADURA
À LUZ DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Roraima (PROFHISTÓRIA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monalisa Pavonne Oliveira

BOA VISTA, RR

2024

JÚNIOR ARAÚJO RIBEIRO

**POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA E ENSINO DE HISTÓRIA NA DITADURA
À LUZ DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Roraima (PROFHISTÓRIA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monalisa Pavonne Oliveira

Prof.^a Dr.^a Monalisa Pavonne Oliveira
Orientadora – Universidade Federal de Roraima

Prof.^a Dr.^a Maura Leal da Silva
Universidade Federal do Amapá

Prof.^a Dr.^a Ananda Machado
Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Marcos Antônio de Oliveira
Instituto Federal de Roraima



PROF**HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Para meus filhos (Amazoê e Augusto), pela
força e amor que me transmitem com sua
ternura e alegria.

Para todos os povos indígenas de Roraima,
pelo exemplo de luta e resistência sempre.



AGRADECIMENTOS

A todas as professoras e professores do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal de Roraima (UFRR), agradeço pelo apoio e conhecimento compartilhado nesta árdua tarefa. Em nome das caras e caros professoras/es, gostaríamos de destacar especiais agradecimentos à Prof.^a Dr.^a Maria Luiza Fernandes, à Prof.^a Dr.^a Carla Monteiro de Souza, à Prof.^a Dr.^a Maria Edith Romano Siems-Marcondes, à Prof.^a Dr.^a Raimunda Gomes da Silva, à Prof.^a Dr.^a Alessandra Rufino dos Santos, à Prof.^a Dr.^a Marcella Albaine Farias da Costa, ao Prof. Dr. Marcos Antônio de Oliveira, e à Prof.^a Dr.^a Ananda Machado.

À Prof.^a doutoranda Elisangela Martins, do Instituto Federal de Roraima, por conceder um pedacinho do seu tempo, nos momentos finais de sua pesquisa, para ouvir nossas angústias e dificuldades e nos oferecer luzes para continuar melhorando. Ao Prof. Dr. André Augusto da Fonseca, da Universidade Estadual de Roraima, por sua gentileza e atenção em contribuir conosco nesta caminhada.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Monalisa Pavonne Oliveira, meu eterno agradecimento pelo apoio nos momentos mais difíceis desta trajetória, e por sua sensibilidade em compreender minhas dificuldades e limitações. À minha mãe e à minha esposa, pelo carinho incondicional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pela bolsa de estudos, uma ajuda fundamental.

Por fim, agradeço imensamente a todas/os as/os colegas de turma, com as/os quais aprendi muito.



RESUMO

Passados 60 anos do golpe civil-militar (1964) que soterrou a democracia brasileira e impôs uma ditadura que perdurou por 21 anos, observa-se que a sociedade nacional permanece em constantes lutas e embates ideológicos, sociais e políticos, parte dela em defesa do Estado Democrático de Direito, outra parte inclinada à (e até mesmo reivindicando a) volta da ditadura, o que constitui um dos grandes desafios do País. Essa latência em torno da ditadura não se restringe às forças progressistas ou conservadoras do campo sociopolítico e ideológico: no debate acadêmico também se presenciam discussões acerca dos ecos e resquícios da ditadura; alguns, ainda, chegam a apontar que a ditadura nunca acabou. Já no âmbito da educação básica pública brasileira, onde o livro didático continua a se configurar na ferramenta hegemônica de apoio para o ensino escolar de História, a abordagem da história da ditadura precisa mudar, considerando que muitas vezes se confunde com a transmissão e reprodução do mesmo discurso ufanista dos generais ditadores que assumiram a presidência da República de 1964 a 1985: o relato dos seus “feitos” políticos e econômicos silencia outras histórias, por exemplo as dos indígenas, das mulheres, dos negros e quilombos ou dos trabalhadores do campo, mesmo 60 anos depois. Transgredindo tal abordagem do livro didático, a presente pesquisa tem como objetivo evidenciar a participação dos povos indígenas de Roraima nos eventos da ditadura civil-militar, à luz da Comissão Nacional da Verdade (CNV), visando apresentar subsídios de possibilidades e desafios desse tema como recurso didático de ensino de História para o 9º ano do ensino fundamental. A pesquisa justifica-se por três razões: primeiro, pelos inúmeros relatos de professores e professoras que revelam as dificuldades e os receios de tratar sobre a ditadura em sala de aula, em função dos discursos negacionistas. Segundo, pelos estudos das dissertações do PROFHISTÓRIA que identificaram que o ensino de História sobre a ditadura civil-militar não está entre os temas mais discutidos pelos/as mestrandos/a. A terceira razão manifesta-se na pouca visibilidade sobre a ditadura na Amazônia, sobretudo a violência sobre a qual o regime se construiu, especialmente contra os povos indígenas. A metodologia utilizada foi bibliográfica e documental. O problema que suscitou a pesquisa foi: como reverter a baixa visibilidade do ensino da história dos povos indígenas de Roraima na ditadura civil-militar, a partir de recursos ou fontes que ultrapassem o livro didático? Desse modo, o objetivo final da pesquisa foi produzir um esboço de sequência didática abordando a temática, que pode ser aplicada no 9º ano do ensino fundamental, contribuindo para a visibilidade do assunto e atendendo à Lei Federal 11.645/2008. Para tanto, as fontes que embasam a pesquisa e a sequência didática são os relatórios da Comissão Nacional da Verdade referentes aos povos indígenas.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar (1964-1985). Amazônia. Comissão Nacional da Verdade. Yanomami.



ABSTRACT

Brazilian society remains in constant ideological, social, and political struggles and clashes, 60 years after the civil-military coup (1964) that buried Brazilian democracy and imposed a dictatorship that lasted for 21 years. Part of our society defends the Democratic Rule of Law, but another part leans towards (and even demands) the return of the dictatorship. This constitutes one of the country's greatest challenges. The theme of the latency of dictatorship is not restricted to debates between progressive and conservative forces in the sociopolitical and ideological fields: in the academic debate, there are also discussions about the echoes and remains of the 1964-1985 dictatorship, and some even point out that this regime never ended. In the context of Brazilian public basic education, where textbooks continue to be the hegemonic tool for supporting History teaching in schools, the approach to the history of the dictatorship needs to change. The topic is often reduced to the transmission and reproduction of the same boastful discourse of the dictator generals who assumed the presidency of the Republic from 1964 to 1985: even 60 years later, the account of their political and economic achievements silences other stories, such as those of indigenous people, women, black and *quilombola* people, or rural workers. Transgressing the approach in the textbooks, this research highlights the experience of indigenous peoples of Roraima during the civil-military Brazilian dictatorship of 1964-1985 in light of the "National Truth Commission" (*Comissão Nacional da Verdade*, CNV), in order to present subsidies on the possibilities and challenges of the topic as a teaching resource for History in the 9th grade of middle school. The research is justified for three reasons: first, by the numerous reports of teachers who reveal the difficulties and fears of addressing the dictatorship in the classroom (and facing denialist discourses). Second, by the study of PROFHISTÓRIA master theses, which identified that teaching history about the civil-military dictatorship is not among the most discussed topics by those master's students. The third reason is the low visibility of the dictatorship in the Amazon, especially regarding the violence on which the regime was built, particularly against indigenous peoples. The methodology used was bibliographic and documentary. The problem that arose in the research was: How to reverse the low visibility of the history of the indigenous peoples of Roraima during the military dictatorship, using resources beyond the textbook? Thus, the final objective of the research was to outline a didactic sequence addressing the topic, which can be applied in the 9th grade of middle school, contributing to the visibility of the subject and complying with Federal Law 11.645/2008. To this end, the sources that support the research and the didactic sequence are the reports of the National Truth Commission regarding indigenous peoples.

Keywords: Civil-military dictatorship. Amazon during the dictatorship. Comissão Nacional da Verdade [Brazilian National Truth Commission], Yanomami during the dictatorship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Terra Indígena yanomami	49
Figura 2 – Aldeias yanomami, 1979	50
Figura 3 – Tribunal Russell condena o Brasil por genocídio yanomami e waimiri-atroari ...	59
Figura 4 – Bolsonaroistas protestam por intervenção militar	62
Figura 5 – Destruição do garimpo ilegal em terra yanomami	65
Figura 6 – <i>Yano</i> , casa comunal yanomami	77
Figura 7 – Fotógrafa Claudia Andujar e criança yanomami	78
Figura 8 – Yanomami na BR-210 (Perimetral Norte), 1979	81
Figura 9 – Yanomami e o genocídio de Haximu, 1993	83
Figura 10 – Resistência indígena caeté, 1549	85
Figura 11 – Participantes do Encontro de Santarém, 1972	88
Figura 12 – Criança yanomami recebe atendimento do Ministério da Saúde	92



LISTA DE ABREVIATURAS

ABC	Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
AI	Ato Institucional
AI-5	Ato Institucional nº 5
ALN	Ação Libertadora Nacional
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIEX	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOI-CODI	Destacamentos de Operação Interna / Centros de Operação e Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquéritos Polícias Militares
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCR	Partido Comunista Revolucionário



POLOP	Política Operária
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	Serviço Nacional de Informação
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1. DITADURA CIVIL-MILITAR E ENSINO DE HISTÓRIA: PESQUISA E CONTEXTO PRECEDENTES AO GOLPE DE 1964	20
1.1 ABORDAGEM DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM PESQUISAS DO PROFHISTÓRIA	20
1.2 BREVE CONTEXTO EXTERNO E INTERNO PRECEDENTE AO GOLPE DE 1964	23
1.3 ALIANÇA CIVIL-MILITAR CONSTRUTORA DA CONSPIRAÇÃO GOLPISTA: CEAs, ESG, IPED E IBAD	25
1.4 A DITADURA CIVIL-MILITAR E A RESISTÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	29
1.4.1 “Frente Ampla”, uma iniciativa de oposição da classe dominante contra a ditadura	31
1.4.2 Guerrilhas e mobilizações de massas	32
1.4.3 Resistência estudantil	34
1.4.4 Resistência sindical	37
1.4.5 Resistência das mulheres	39
1.5 É POSSÍVEL DISCUTIR O ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA NO EX-TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA	41
CAPÍTULO 2. A AMAZÔNIA COMO A ÚLTIMA FRONTEIRA DE EXPLORAÇÃO PARA A NOVA ORDEM GEOPOLÍTICA: ASPECTOS PRECEDENTES AO GOLPE DE 1964	44
2.1 O PLANO DITATORIAL “INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR” E OS YANOMAMI: ELEMENTOS BÁSICOS	48
2.2 INDÍGENAS DE RORAIMA NA DITADURA À LUZ DA CNV	54
2.2.1 Breve histórico de Roraima, um estado que silenciou quanto à criação de sua Comissão Estadual da Verdade	54
2.2.2 Protagonismo indígena e apoios internacionais: o caso dos Waimiri-Atroari e Yanomami	58
2.2.3 Yanomami: várias frentes de ataque e massacre	62
2.3 SAÚDE, UMA VIA NA ESCALADA DO EXTERMÍNIO: YANOMAMI	66
2.4 BR-174, A ESTRADA DO EXTERMÍNIO DOS WAIMIRI-ATROARI	70



CAPÍTULO 3. INDÍGENAS DE RORAIMA NA DITADURA: PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA	73
3.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TEMÁTICA	73
3.2 CULTURA E HISTÓRIA DOS YANOMAMI: RUPTURAS DA DITADURA À TERRA-FLORESTA	76
3.3 ESTRADA BR-210: UMA ESCALADA PARA O MASSACRE	78
3.3.1 Violações no âmbito da saúde: a chegada do sarampo	79
3.3.2 Garimpo: uma descoberta para destruição e massacres, até quando?	81
3.3.3 Surge uma nova consciência, uma nova luta: resistência à ditadura	83
3.3.4 Proposta de sequência didática: <i>Napëpë</i> em <i>urihi</i> — estradas, epidemias, corrida do ouro, genocídio e resistência	89
CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS	98



INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem o objetivo de evidenciar os povos indígenas de Roraima na ditadura civil-militar à luz da Comissão Nacional da Verdade (CNV), visando apresentar subsídios de possibilidades e desafios como recurso didático de ensino de História para o 9º ano do ensino fundamental. Para isso, usamos os relatórios da Comissão Nacional da Verdade, notadamente o Volume II, Texto 5: “Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas”, como fonte para embasar o estudo.

Como aporte à fonte do estudo, precisamos utilizar contribuições de outros campos do conhecimento, como a Antropologia, além de publicações em sites de institutos e entidades indígenas e indigenistas renomados, como o Instituto Socioambiental (ISA), a Hutukara Associação Yanomami e a Comissão de Criação do Parque Yanomami (CCPY), além de outras referências. O recorte temporal da pesquisa compreende o período da ditadura civil-militar (1964-1985), e a sua delimitação espacial abrange o que é hoje o estado de Roraima, cuja condição política, à época, era de Território Federal.

O estudo do homem no tempo e no espaço constitui uma das principais maneiras de definir a História como ciência, se não a definição máxima; por isso a aprendemos nas primeiras aulas de História, e continuamos a ensiná-la hoje para nossos alunos. Na prática, isso equivale a dizer que, quando nós, professores, partimos para trabalhar a história de um território, comunidade, estado, região ou país, por exemplo, começamos, via de regra, explorando ou pesquisando sobre os primeiros habitantes desses espaços. Ou seja, procuramos estudar inicialmente os povos originários dos lugares, especialmente quando estamos no terreno da educação básica e, mais expressamente, no ensino fundamental.

Assim sendo, enquanto primeiros habitantes, os povos indígenas fazem parte do ensino-aprendizagem da história do Brasil. Contudo, a história cunhada sobre estes povos durante a Colônia, Império, Velha República, Estado Novo e Ditadura, até os dias atuais, é fantasiosa, folclórica, estigmatizada, preconceituosa, estereotipada, inferiorizada, criminosa, silenciada e lançada ao apagamento.

Os povos indígenas estiveram presentes em todos estes períodos da história do que hoje é o Brasil e a sociedade brasileira. Sua força de trabalho, sua cultura, seu conhecimento, sua luta e resistência foram fundamentais para a construção do País.

Para evidenciar esse protagonismo indígena silenciado pelo colonizador invasor e saqueador, Nádia Farage (1986) considerou os habitantes originários como as “muralhas do



sertão”. A imagem expressa a importância capital dos indígenas para o colonizador na exploração do vale do rio Branco, a partir da segunda metade do século 18, com vistas a ocupar a região para comercializar seus produtos e lucrar com a extração de cacau, salsaparrilha, pimenta-do-reino, urucum e pescados, entre outros.

Na mesma linha de reescrita da visibilidade e protagonismo da cultura e história dos povos originários, já há uma grande produção acadêmica, indígena e indigenista, disponível em diversos formatos, que pode ser usada como subsídio para explorar as possibilidades e desafios didáticos do tema no ensino escolar, viabilizando aos estudantes o acesso ao conhecimento de outra história dos povos indígenas, que não a do livro didático.

É preciso discutir a história dos povos indígenas de Roraima na ditadura civil-militar sob esta visão, que foi extremamente impactada pelos militares: ainda é forte a disseminação das falsas ideias de que na Amazônia não houve ditadura, ou de que, se houve, foi branda. Quem chama nossa atenção para esse perigoso problema são Maura Leal da Silva e Janaína Camilo (2021), reportando-se ao contexto do Amapá:

Nas pesquisas locais sobre esse período é quase consensual que Macapá não vivenciou a intensidade de prisões e torturas de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Essa tendência, de se compreender a ditadura em nível local como mais branda com relação à nacional, contribui também para uma visão amenizadora do período (SILVA; CAMILO, 2021, p. 134).

Em Roraima, essa farsa é pulsante — o que não é de se estranhar, se recorremos à historiografia memorialista elitista do Estado, de reconhecida valorização e exaltação do regime militar, que perdurou como verdade aceita até meados dos anos 2000, sendo mesmo ensinada nas escolas de Roraima. Era ensinada inclusive pelos próprios militares, que chegavam a exercer diversas funções de civis durante a ditadura, conforme ressalta Elisângela Martins (2010):

[...] ações repressivas por parte dos governos foram desnecessárias para a manutenção e controle do poder local e, por isso, os militares ficaram mais associados ao fato de suprirem necessidades da população, desempenhando atividades paralelas (como as de professor, médico e dentista) (MARTINS, 2010, p. 177).

Desse modo, a mesma elite civil-militar que controlava o poder e a administração dos órgãos públicos também estava à frente do empreendimento rodoviário e do incentivo à invasão de territórios indígenas, como veremos nos capítulos 1 e 2. Assim, o silenciamento da história dos massacres perpetrados pela ditadura, representada por aquela elite, contra os povos indígenas de Roraima e contra a luta e resistências destes, aconteceria numa marcha naturalizada, fortalecendo um pensamento de disputa e de conflitos de interesse entre as etnias



locais e as chamadas “famílias pioneiras”. Essa é considerada localmente como a principal tensão política e social do estado.

Portanto, o objetivo de evidenciar a história dos povos indígenas de Roraima na ditadura civil-militar à luz da Comissão Nacional da Verdade (CNV), para apresentar subsídios de possibilidades e desafios como recurso didático de ensino de História para o 9º ano do ensino fundamental, emerge do interesse de contribuir com um ensino escolar que dê visibilidade ao protagonismo, à luta e às resistências dos povos originários de Roraima, num movimento historiográfico de superação da visão folclórica, valorizando e reconhecendo a própria história dos nossos alunos indígenas, que são a maioria ou boa parte nas turmas do ensino público de Roraima.

Assim, buscamos nos coadunar com a indagação freiriana de Flávia Eloisa Caimi (2006), sobre qual História ensinar para os nossos alunos.

Em uma das aulas a que assistiu no semestre, sentada na extremidade da sala, Amanda ouve uma aluna de 16 anos dizer baixinho para sua colega: “preferia estar faxinando três casas e não presa aqui, nessa aula chata!” Como professora formadora de professores na licenciatura em História, a questão que me colocou é a seguinte: o curso precisa ter contribuído para Amanda fazer a leitura deste contexto, enxergar efetivamente esta aluna de 16 anos, bem como os seus colegas, e questionar sobre qual história ensinar neste lugar. Caso contrário, fica o sentimento de que tudo o mais que tenha sido feito durante a graduação de pouco valeu, especialmente se, no horizonte da formação profissional que almejamos, estiver colocado o compromisso ético-político de qualificar as práticas escolares de ensinar e aprender História, no âmbito da educação básica (CAIMI, 2006, p. 32).

Nesse ínterim, outra reflexão que vale destacar é que, oportunizando ao aluno o acesso ao conhecimento da história protagonizada pelos seus ancestrais, pode-se contribuir para uma formação de consciência crítica dos estudantes, levando-os a confrontar o deturpado pensamento da elite civil-militar local de que em Roraima não houve ditadura. De fato, para esses atores não houve; mas os povos indígenas de Roraima viveram as atrocidade de um Estado terrorista em sua plenitude.

Em busca desse objetivo geral, foram estabelecidos outros específicos, visando contribuir para dirimir o problema do estudo: Como reverter a baixa visibilidade do ensino da história dos povos indígenas de Roraima na ditadura civil-militar, a partir de recursos ou fontes que ultrapassem o livro didático? Este último é o recurso mais utilizado pelos professores, o que suscitou a presente pesquisa.

Grosso modo, Roraima não tem espaço no livro didático selecionado pelas coleções nacionais que disputam esse mercado. Ademais, historiograficamente falando, as três principais obras locais de referência costumeiramente utilizadas como apoio didático pela



professora e professor da rede básica estadual são obras memorialistas elitistas, que excluem a importância dos povos indígenas na formação do que é hoje o estado de Roraima e a sociedade roraimense. Cito-as: *Geografia e História de Roraima*, de 2000, e *A História Política e Administrativa de Roraima, 1943-1985*, publicado em 1993, ambos de autoria de Aimberê Freitas; e *Roraima, Informações Históricas*, publicado em 1986, de autoria de Dorval de Magalhães, membro da “mais tradicional família” do estado. Um terceiro autor que se destaca nessa historiografia memorialista é Antônio Ferreira de Souza, mais conhecido como “professor Ferreirinha”, autor de *Roraima, fatos e lendas*, obra resultante de um concurso de monografias realizado em 1973.

Levando em consideração que essas obras figuraram até a segunda metade dos anos 2000 como principais referências para o professor da educação básica de Roraima, podemos supor que a história da relação da ditadura civil-militar com os povos indígenas não ocupou lugar de destaque. Mas, segundo Martins (2010), surge nessa época uma nova historiografia, que passa a incluir o protagonismo dos povos indígenas, bem como de outros grupos fundamentais que constituíram e constituem a sociedade roraimense, como os migrantes. Tal historiografia divergente começa a ser escrita a partir dos trabalhos de Carla Monteiro de Sousa e de Jaci Guilherme Vieira (2003), ambos professores da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

É bem provável que estas novas publicações já estejam servindo de apoio para o professor da educação básica; porém não podemos negar a dificuldade ou as limitações que esses docentes encontram para elaborar ou produzir transposições desses textos teóricos para uma releitura escolar.

Essa dificuldade pode explicar a permanência do ensino da história dos feitos políticos e personalistas, predominante nos livros didáticos. Assim, pensamos que o parco debate ou a invisibilidade do ensino da história dos povos originários de Roraima na ditadura ainda é um desafio a ser apresentado e discutido nas salas de aula do ensino público da educação básica do estado.

Mediante estas suposições, a hipótese da pesquisa é a de que o material produzido pela CNV sobre os povos indígenas de Roraima pode complementar o livro didático em suas lacunas, e até mesmo ultrapassá-lo, trazendo para mais perto da realidade dos alunos os fatos ocorridos com os povos originários do estado durante a ditadura. Sendo assim, a documentação arrolada, sistematizada e produzida pela CNV tem o potencial de pautar e promover novos olhares e debates acerca do ensino de história dos povos indígenas de Roraima na ditadura.



Compreendemos que a presente pesquisa justifica-se por três razões: primeiro, pelos inúmeros relatos de professores e professoras que revelam as dificuldades e os receios de tratar sobre a ditadura em sala de aula, em função dos discursos negacionistas. Segundo, estudos sobre dissertações do PROFHISTÓRIA identificaram que as pesquisas no ensino de História sobre a ditadura civil-militar não estão entre os temas mais discutidos entre mestrandos/a. A terceira razão, manifesta-se na pouca visibilidade sobre a ditadura na Amazônia, sobretudo, a violência perpetrada contra os povos indígenas.

O trabalho foi organizado em três capítulos. No capítulo um, para nos situarmos acerca das pesquisas no âmbito do PROFHISTÓRIA sobre a ditadura civil-militar, começamos apresentando algumas considerações sobre o debate levantado pelas pesquisas selecionadas e analisadas dentre as dissertações dos professores pesquisadores do programa. De início, é importante ressaltar os critérios de seleção dos trabalhos.

Utilizamos o banco de dados do repositório Educapes (por meio do link <https://educapes.capes.gov.br>). Nessa plataforma, empregamos como palavras-chave na barra de busca os termos “ditadura PROFHISTÓRIA”, “ditadura militar PROFHISTÓRIA”, “ditadura na Amazônia ProfHistória” e “ditadura e povos indígenas PROFHISTÓRIA”. Obtivemos como resultado geral uma lista de 10 pesquisas, dentre os 21.635 trabalhos disponíveis.

Em consonância com o interesse da primeira seção do capítulo 1 (intitulada “Abordagem da ditadura civil-militar em pesquisas do PROFHISTÓRIA”), de ter noção da amplitude ou interesse com que os professores pesquisadores da educação básica têm lidado com a temática da ditadura em suas pesquisas, foram selecionados três trabalhos dentro desse contexto: o de Cíntia Virgínia Sales (2021), historiadora pela Universidade Federal de Pernambuco, cuja dissertação se chama “*AMANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA*”: a ditadura civil-militar de segurança nacional na sala de aula; o de Alessandra Carvalho (2021), de título *O ensino da ditadura civil-militar no tempo presente pelo olhar dos professores mestres do ProfHistória*; e, na mesma linha de pesquisa, o trabalho de Roberta da Silva Moraes (2021), com título *O ensino da ditadura civil-militar brasileira: um olhar sobre as dissertações do ProfHistória (2016-2021)*.

Nosso interesse em tomar conhecimento dessa adesão das pesquisas a temáticas relacionadas com a ditadura não estava reduzido aos dados estatísticos. Tratava-se de buscar identificar o lugar da Amazônia e dos povos indígenas nessa produção historiográfica.

Então, a segunda seção do primeiro capítulo, a qual chamamos de “Breve contexto externo e interno precedente ao golpe de 1964”, apresenta aspectos anteriores ao golpe,



explorando o programa das “Reformas de Base” do governo de João Goulart e perfilando instituições militares e civis — como a Escola Superior de Guerra (ESG), a Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) — como articuladoras do golpe de 1964.

Para essa análise, nos valem das contribuições de Monique Oliveira Abreu (2011), a partir do texto *Governo João Goulart e a efetivação do golpe de Estado no Brasil: 1961-1964*. Propõe-se, com essa leitura, oferecer subsídios básicos para o aluno sobre um momento histórico com perspectiva de avanços sociais, por um lado; e sobre a conspiração de derrubada desse momento pujante da democracia por parte de uma elite civil-militar, por outro lado.

A partir dos conhecimentos desses aspectos precedentes por parte do aluno, este há de compreender melhor o golpe de 1964 e, conseqüentemente, a ditadura.

Após essa reflexão, que culmina com a efetivação do golpe de 1964, dar-se-á início à penúltima pauta do primeiro capítulo, no subtema “Ditadura civil-militar e a resistência da sociedade civil organizada”. Valendo-se do texto “A ditadura militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais”, de autoria coletiva de Ângelo Priori, Luciana Regina Pomari, Silvia Maria Amâncio e Veronica Karina Ipólito (2012), a abordagem consiste em não concentrar a discussão sobre a ditadura, detendo o olhar apenas sobre marcas pontuais de políticas adotadas por cada governo militar.

A intenção é lançar luz sobre algumas formas de resistência ao regime, para que o aluno se sensibilize e perceba que a luta de enfrentamento contra o regime ditatorial foi uma luta de todos: dos camponeses, dos operários, dos estudantes, das mulheres, dos atletas, dos artistas, dos indígenas como os Yanomami e os Waimiri-Atroari, dos intelectuais e dos ex-militares.

Fechando o capítulo um, apresentamos uma reflexão com o subtítulo “É possível discutir o ensino de história da ditadura no ex-Território Federal de Roraima”, buscando introduzir o debate da experiência dos povos indígenas de Roraima na ditadura civil-militar à luz da CNV para os alunos do 9º ano do ensino fundamental. Fomentamos, assim, o rompimento do silenciamento da história dos povos indígenas de Roraima na ditadura de 1964-1985.

O cerne da discussão do capítulo 2 é a região Amazônia no período da ditadura civil-militar, tendo como enfoque os atrativos geopolíticos que a região passa a apresentar durante a Guerra Fria, na ótica do capital internacional e nacional. Essa análise permitirá compreender que a Amazônia desempenhou um papel global de fornecedora de recursos naturais para o capitalismo industrial-financeiro, além de se tornar uma região estratégica na circulação de mercadorias e de pessoas na nova ordem mundial emergente, a chamada globalização.



Compreender as bases de tal cobiça e exploração da Amazônia contribuirá para entendermos as razões, por exemplo, do projeto rodoviário avançado sob o lema “integrar para não entregar”, executado na região pela ditadura, e que desregulamentaria a floresta e a vida dos povos originários num processo sem volta, como ocorreu com os Yanomami e os Waimiri-Atroari.

Neste propósito, nos apoiamos na produção de Maria Liege Freitas Ferreira (1999), no artigo “Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica”, bem como no pensamento de Bertha Becker (2004), no artigo “Geopolítica da Amazônia”.

Na segunda parte do capítulo em questão, após nos atermos, em linhas gerais, às características geopolíticas da Amazônia como um todo na ditadura, adentramos na delimitação espacial da pesquisa, que são os povos indígenas no estado de Roraima nesse período. Começamos justamente pela apresentação do plano rodoviário do regime militar e sua relação com os Yanomami, na seção que identificamos como “O plano ditatorial ‘integrar para não entregar’ e os Yanomami: elementos básicos”.

No terceiro e último capítulo, apresentamos uma abordagem sobre as consequências do garimpo ilegal no território Yanomami, uma via de extermínio contra eles iniciada e incentivada pela ditadura civil-militar; e sobre a resistência dos Yanomami contra essa tentativa de aniquilá-los. Para isso, recorreremos a uma base bibliográfica centrada em publicações de sites oficiais de organizações indígenas e indigenistas reconhecidas, como o site da Hutukara Associação Indígena Yanomami (fundada e presidida pelo líder indígena e xamã Davi Kopenawa Yanomami) ou as páginas da Comissão de Criação do Parque Yanomami (CCPY), do Instituto Socioambiental (ISA), e da Survival Intranacional, entidade indigenista que atua em defesa do povo Yanomami e de outros povos originários.

Contempla-se também no capítulo 3, finalizando-o, uma proposta de esboço de sequência didática, enfocando os impactos da ditadura contra os Yanomami.



CAPÍTULO 1. DITADURA CIVIL-MILITAR E ENSINO DE HISTÓRIA: PESQUISA E CONTEXTO PRECEDENTES AO GOLPE DE 1964

Busca-se apresentar, neste capítulo, uma abordagem crítica da ditadura civil-militar sob a concepção da História oficial. Para isso, iniciamos o desafio discutindo pesquisas no âmbito do PROFHISTÓRIA acerca do regime civil-militar, bem como o contexto precedente ao golpe de março de 1964.

1.1 ABORDAGEM DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM PESQUISAS DO PROFHISTÓRIA

Em 2007, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) passou a ter a incumbência de se dedicar também à educação básica, visando aproximar universidade e escola. Para a CAPES, um dos primeiros desafios a serem discutidos e enfrentados sob essa nova responsabilidade foi a formação continuada de professores da educação básica. Assim nasceu, então, “em 2013, o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), que é um Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em rede nacional, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)” (MORAIS, 2021, p. 3).

Uma particularidade desse programa é a necessidade de se apresentar um produto didático como requisito parcial. Isso pode abranger a construção de jogos, exposições, documentários, sites ou sequências didáticas, dentre outros. Esse recurso pedagógico, que é parte integrante da dissertação produzida no âmbito do programa, tem o objetivo de ser aplicado, replicado e compartilhado com outros professores e escolas, visando a qualidade do ensino-aprendizado.

O PROFHISTÓRIA dispõe de um rico banco de pesquisas dedicadas ao ensino de História, e algumas delas versam sobre o regime militar brasileiro. Citemos três pesquisadoras que nos precederam. A investigação desenvolvida por Cíntia Virgínia Sales (2021), historiadora pela Universidade Federal de Pernambuco, na dissertação intitulada “*Amanhã há de ser outro dia*”: a ditadura civil-militar de segurança nacional na sala de aula, constatou que,

[...] entre 2016 e 2020, o Mestrado Profissional em História (PROFHistória) havia publicado 373 dissertações, todas vinculadas às pós-graduações de História e ao Ensino de História. Em uma busca textual no Educapes, repositório de objetos educacionais, em que se encontra um banco de produções do PROFHistória, no campo das dissertações, identificamos 11 pesquisas relacionadas à Ditadura Civil-Militar (1964-1985) (SALES, 2021, p. 23).



Outra pesquisa relevante do universo do PROFHISTÓRIA sobre a ditadura civil-militar, dedicada a discutir a atenção dada à temática pelos professores, foi desenvolvida por Alessandra Carvalho, também em 2021. A partir de um levantamento na Plataforma Sucupira e no Portal EduCapes, em junho de 2020, buscando pelo termo “ditadura” no título, no resumo ou nas palavras-chave dos trabalhos, a pesquisa identificou “18 dissertações que corresponderam aos critérios de busca em um total de 460 trabalhos, o que sinaliza que a pesquisa sobre o ensino da história da ditadura civil-militar não ocupou grande espaço entre as questões dos mestrados” (CARVALHO, 2021, p. 7).

Roberta da Silva Moraes (2021), na mesma linha dedicada à ditadura civil-militar, analisou um levantamento dos termos “ditadura”, “ensino da ditadura” e “ProfHistória” entre 2016 e 2021 para embasar sua pesquisa, intitulada *O ensino da ditadura civil-militar brasileira: um olhar sobre as dissertações do ProfHistória (2016-2021)*. Moraes encontrou 30 dissertações dentro de seus critérios de busca. Segundo a autora, “um olhar sobre os acontecimentos políticos desses períodos [pode] nos dar algumas pistas a respeito da escolha dos/as professores/as pelo tema do ensino da ditadura” (MORAIS, 2021, p. 9).

As pesquisas de Moraes (2021), Sales (2021) e Carvalho (2021) evidenciam, entre outros elementos, que o ensino da ditadura constitui uma temática latente, especialmente se levarmos em consideração as manifestações da sociedade brasileira de inclinação pela volta da do regime ditatorial e a sucessão de golpes que a democracia brasileira já sofreu, o último em 2016.

Os números levantados nos estudos das autoras em tela também nos revelam um outro lado: o baixo número de pesquisas por parte dos mestrados professores nessa temática.

Nesse sentido, considerando o papel social e político da História, sobretudo do ensino da história do golpe de Estado e da ditadura implantada em 1964, como recurso na construção de um conhecimento crítico dos alunos da educação básica, de modo que estes sejam capazes de participar do processo de empoderamento da democracia brasileira — de repudiar toda e qualquer forma de preconceito e discriminação, bem como de fertilizar a solidariedade e afetividade com o próximo e a natureza —, esperamos que a baixa dedicação à discussão e problematização da ditadura seja apenas um ponto de partida para a expansão de novas pesquisas acerca da temática.

Não iremos aqui citar todas as dissertações identificadas pelas pesquisas mencionadas acima, mas pontuaremos algumas, para nos valer de suas contribuições: aquelas em que identificamos o tema da resistência da sociedade civil contra a ditadura como parte do ensino da história do regime, aspecto este relacionado com nossa caminhada.



A análise sobre a repressão e a resistência na ditadura civil-militar no estado do Paraná construída por Luiz Gabriel da Silva (2018), no PROFHISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná, defende que é fundamental questionar as memórias dos homens e mulheres que enfrentaram o regime, bem como os espaços e lugares onde a repressão foi praticada.

As memórias de indivíduos que protagonizaram a resistência ao regime e que sofreram a repressão se fazem imprescindíveis, uma vez que a documentação oficial acessível aos pesquisadores não relata algumas práticas, como a tortura, por exemplo. Tampouco identifica os locais onde ocorreram determinadas ações da repressão, como a Operação Marumbi, realizada de forma clandestina, cujo lugar utilizado para prisões e torturas ainda é nebuloso, uma vez que os presos chegavam encapuzados (SILVA, 2018, p. 22).

Tal é a nossa intenção com esta pesquisa: participar e contribuir com esse debate, com foco em discutir o ensino de história da ditadura em Roraima, visibilizando os povos originais do estado.

Sobre o ensino da ditadura, é preciso desmitificar os “feitos” dos ditadores que ocuparam sem a aprovação da maioria da população o posto de presidentes do País; mitos como o “milagre econômico”, a “segurança nacional” sob controle, o “progresso”, o “desenvolvimento” etc. Um dos caminhos para desmascarar esse falso otimismo e progresso é oportunizar ao aluno conhecer histórias que ainda não fazem parte dos livros didáticos, nos quais permanecem os grandes personagens. No caso, estes são os generais que assumiram o poder no regime: Humberto de Alencar Castello Branco, Artur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista de Oliveira Figueiredo.

Pela forte cultura militarizada da região ao longo de sua história, da Colônia aos dias atuais, deter-se sobre o ensino de história da ditadura civil-militar em Roraima significa adentrar uma seara fechada, centralizada e alvo de um controle social já dominado pelos militares, devido à sua condição de Território Federal no período pré-golpe.

Dessa maneira, para atingirmos o propósito da pesquisa — que é evidenciar a experiência dos povos indígenas de Roraima na ditadura civil-militar à luz da Comissão Nacional da Verdade (CNV), visando apresentar subsídios de possibilidades e desafios desse tema como recurso didático de ensino de História para o 9º ano do ensino fundamental —, um primeiro desafio nos foi imposto: o de pesquisar a bibliografia especializada sobre o regime militar em Roraima. E ainda um segundo: refletir sobre a experiência dos Yanomami nos registros da Comissão Nacional da Verdade, tendo como finalidade incluir a dimensão indígena no debate em sala de aula, no âmbito do ensino escolar da ditadura em Roraima, haja vista que estes povos foram duramente impactados.



Mas antes, refletiremos acerca de aspectos conspiratórios precedentes ao golpe de 1964, dirigidos por uma elite civil-militar, a mesma que assumiria o poder com a efetivação do mesmo.

1.2 BREVE CONTEXTO EXTERNO E INTERNO PRECEDENTE AO GOLPE DE 1964

Este subcapítulo apresenta aspectos anteriores ao golpe de 1964, explorando o programa das “Reformas de Base” do governo de João Goulart, além de elencar instituições militares e civis, como a Escola Superior de Guerra (ESG), a Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), como articuladoras do golpe.

Para iniciarmos nossa discussão, faz-se necessário ter em mente que o debate ou abordagem sobre a ditadura civil-militar de 1964-1985 deve considerar os contextos interno e externo nos quais o Brasil estava inserido anteriormente ao golpe.

Na conjuntura externa, o mundo bipolar caracterizado pela Guerra Fria sofria sua influência política, econômica, tecnológica e cultural, que se fazia sentir em todas as partes do planeta. A efervescência política e cultural marcada pelo socialismo sob a liderança da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), por um lado, e pelo projeto capitalista sob a direção dos Estados Unidos da América, por outro, contribuiu para as tomadas de decisão que definiram as relações entre os países que aderiam a tais tendências políticas.

Sob uma tal influência bipolar, considerando o ambiente das Américas, é oportuno citar aqui, como exemplo desse impacto para a região, os efeitos da “Aliança para o Progresso”, estratégia política adotada pelo governo estadunidense durante o governo John Kennedy (1961-1963) frente à “ameaça” soviética de apoio à conquista de governos comunistas no continente. Não foi mera coincidência que, a partir da “Aliança para o Progresso”, desencadearam-se vários golpes militares nos países da América Latina, inclusive no Brasil.

Com relação à configuração nacional interna, antes do golpe de 1964 as classes trabalhadoras do campo e da cidade viviam momentos de grandes perspectivas por políticas públicas de inclusão social, desde que João Goulart (1961-1964) assumira a presidência da República. Isso porque uma das principais bandeiras desse presidente eram as “Reformas de Base”. Os trabalhadores e trabalhadoras, os negros, os estudantes, as pessoas não alfabetizadas — ou seja, as camadas menos favorecidas — perceberam-se inclusos na campanha das “Reformas” encabeçada por Goulart, a qual incluía um conjunto de iniciativas que favoreceriam diretamente os trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais, como



[...] reforma bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária bem como a extensão do voto aos analfabetos e [às] patentes subalternas das forças armadas (marinheiros e sargentos por exemplo). Ao mesmo tempo havia ali uma defesa das medidas nacionalista[s] no que diz respeito à intervenção do estado na vida econômica e no controle dos investimentos estrangeiros no país (regulamentação das remessas de lucros para o exterior) (ABREU, 2011, p. 16).

Os planos do presidente João Goulart, que ganhavam cada vez mais força, atacavam duas frentes de investidas para o País: a primeira era pautada na valorização da população historicamente desfavorecida, enquanto a segunda defendia o controle do Estado nas relações econômicas, sobretudo quanto à forma de investimento estrangeiro no País. O presidente João Goulart, mediante a necessidade de pautar o mais breve possível as reformas estruturais de que o País precisava para o seu desenvolvimento e que as classes sociais conclamavam, apresentou ao Congresso Nacional as “Reformas de Base”, como eram chamadas, a saber:

Administrativa: para dotar o país de uma administração ágil, sadia e progressista, despida dos vícios burocráticos e da corrupção; Agrária: para atender às necessidades gerais do povo, sobretudo o povo do campo permitindo-lhe condições de prosperidade e vida digna, que o mantivesse no campo, no trabalho agrícola, transformando o interior num celeiro de riqueza alimentar para todo o país, evitando que se transformasse em marginal, como vem acontecendo, com o êxodo rural; Bancária: democratizar o atendimento aos produtores do campo, das pequenas [e] médias empresas, obedecendo a uma rigorosa fiscalização da aplicação do capital; Cambial: criando um sistema de defesa e de proteção dos interesses nacionais, sob a égide de uma lei nacionalista; Educacional: qualquer país que aspire ao desenvolvimento tem que fazer uma reforma educacional que atinja, indistintamente, a todo o povo. Escola para o povo em todos os lugares: educação não é gasto, mas sim investimento para o futuro da pátria; Eleitoral: para [dar] organização política ao Brasil moderno, criando aspectos positivos contra as posições arcaicas e antiprogressistas de dominação política de minorias sobre as maiorias; Tributárias: que corrigisse as injustiças de forma a compensar as desigualdades e distorções sociais; Universitária: para promover o estudo do desenvolvimento nacional de acordo com as necessidades, tendo em vista os grandes progressos científicos; Urbana: para atender às necessidades mínimas de cada família no seu direito a um teto, cobrando de cada uma a contrapartida de sua contribuição social (ABREU, 2011, p. 16).

A elite civil e militar brasileira não foi capaz de compreender estas medidas como fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população e, por conseguinte, para a efetivação de um Estado de bem-estar social e justo. Pelo contrário, essa elite entendeu tais medidas como uma ameaça aos seus privilégios.

Como reação a essa atmosfera política de inclusão social empreendida pelo governo, a elite civil-militar brasileira se mobilizou, apoiada pelos Estados Unidos, para deflagrar um golpe. Mas era preciso obter a adesão da população. Para tanto, inventaram-se ameaças aos valores nacionais como a democracia e a soberania nacional, e temores como o da



desestruturação das famílias brasileiras, ameaças ou medos que seriam provocadas pelo comunismo.

1.3 ALIANÇA CIVIL-MILITAR CONSTRUTORA DA CONSPIRAÇÃO GOLPISTA: CEAs, ESG, IPED E IBAD

Para alcançar o almejado apoio da sociedade, a elite civil-empresarial e os militares contaram com os Estados Unidos, que sustentaram a atuação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Tais entidades eram responsáveis por propagar uma ideologia de caça ao “inimigo” chamado comunismo, culminando na deflagração do golpe de Estado em 31 de março de 1964. Nesse sentido, entendemos que o golpe foi uma reação da elite brasileira para barrar os avanços das “Reformas de Base” que se encontravam na iminência de serem debatidas e aprovadas pelo Congresso Nacional.

Sob essa concepção de que o golpe de 1964 foi uma *reação* das elites dominantes do País, salta à nossa frente a pergunta: mas uma reação frente a qual *ação*?

Esta, que parece ser uma pergunta simples, pode entretanto nos definir muitos elementos para se entenderem as razões que culminaram no golpe e na ditadura. Segundo Priori et al. (2012), conferíamos no começo dos anos 1960 avanços democráticos e sociais inegáveis:

Não podemos negar que no início dos anos 1960 estava sendo configurada uma nova forma de ação, por meio da organização popular, que questionava o arbítrio interno e a dependência externa e exigia mudanças nas estruturas econômicas e sociais, visando a uma maior inclusão social da população pobre e trabalhadora (PRIORI et al., 2012, p. 2).

Ou seja: justamente quando a democracia e a participação popular estavam em plena expansão e fortalecimento, paradoxalmente, as elites civil e militar interrompem intencionalmente esse raro momento progressista. Veja-se a semelhança dessa conjuntura dos anos de 1960 com os avanços que as classes populares viviam em 2016¹, ano de mais um golpe à democracia e à população trabalhadora.

Um golpe, seja com tanques, com máquinas de abrir estradas ou com fuzis, não ocorre por força do acaso: pelo contrário, os golpes são discutidos, planejados e arquitetados

¹ De 2003 a 2016 as políticas sociais assumiram atenção especial nos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Vana Rousseff. Na educação superior, criou-se a lei das cotas para negros, pardos, pobres e indígenas houve valorização real do salário mínimo, valorização da agricultura familiar, maior investimento no Sistema Único de Saúde (SUS), criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), redução de preços na linha branca de eletrodomésticos bem como na aquisição de carros populares, criação do programa de moradia popular Minha Casa Minha Vida, etc.



anteriormente. Priori et al. nos chamam a atenção para o planejamento das forças conservadoras que imprimiram o golpe em 1964:

O grupo militar que tomou o poder em 1964 vinha de uma tradição militar mais antiga, que remontava à participação do Brasil na II Guerra. A participação do Brasil ao lado dos países aliados acabou sedimentando uma estreita vinculação entre os oficiais norte-americanos e militares brasileiros, como os generais Humberto de Castelo Branco e Golbery Couto e Silva (PRIORI et al., 2012, p. 2).

O espaço para o planejamento foi a Escola Superior de Guerra (ESG). Nela foi elaborada, com apoio do Serviço Nacional de Informação (SNI), a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Ilustrando a ideia, aqui frequentemente preconizada, de que a ditadura foi uma aliança civil, empresarial e militar, a ESG, embora sendo uma entidade exclusiva de e para os militares, agiu então abertamente na preparação de civis e de empresários em seus cursos de formação.

Durante os treze anos anteriores ao golpe (1950-1964), os principais representantes do empresariado brasileiro passaram por formação de Curso Superior de Guerra: o advogado Alberto Jackson Byington Júnior, do Conselho Superior das Classes Produtoras, participou de curso de formação em escolas militares; o também advogado Armando Daudt d'Oliveira, o empresário industrial Guilherme Júlio Borghoff e o advogado João Nicolau Mader Gonçalves também passaram por Curso Superior de Guerra representando a Confederação Nacional do Comércio. O Conselho Nacional de Engenharia também participou, através de Luiz Gioseff Jannuzzi, da formação militar na Escola Superior de Guerra (CAMPOS; VASCONCELOS, 2021, p. 205, 211).

Como que num movimento inverso, os militares ocupariam altas funções em empresas privadas durante a ditadura, de acordo com Campos e Vasconcelos (2021), consolidando a fidedigna aliança civil-militar que conspirou e efetivou o golpe e o transformou em 21 anos de ditadura: o general Ernesto Geisel foi presidente do conselho administrativo da empresa Norquiza S.A., o general Golbery do Couto e Silva foi membro-presidente da empresa Dow Chemical, e o filho do general Arthur da Costa e Silva foi ligado à Electric do Brasil, para citar alguns (CAMPOS; VASCONCELOS, 2021, p. 205, 211).

De acordo com o relatório da CNV sobre a Operação Condor (BRASIL, 2014a), outro espaço de construção da conspiração foram as Conferências dos Exércitos Americanos (CEAs). Em julho de 1960 aconteceu uma reunião preparatória para a I Conferência dos Exércitos Americanos, convocada pelo Comando Sul do Exército Norte-Americano.

Nesse encontro, proposto pelo general José Pablo Spirito, representante-chefe do exército argentino, empreendeu-se a elaboração de um plano de ação continental contra a



subversão marxista, o qual seria aprovado pelos seus pares. “Dessa iniciativa argentina resultou o primeiro Curso Interamericano de Guerra Contrarrevolucionária, que reuniu em outubro de 1961, em Buenos Aires, oficiais de catorze países das Américas, entre eles o Brasil” (BRASIL, 2014a, p. 227).

Mas as retaliações aos países progressistas começariam antes, em janeiro de 1960, através da Organização dos Estados Americanos (OEA), outra entidade a serviço do combate ao avanço do socialismo. Na reunião dos representantes dos países-membros da entidade, realizada em Punta del Este, Uruguai, a OEA, mediante pressão estadunidense, determinou que a adesão de qualquer país-membro ao marxismo-leninismo, bem como o alinhamento com o bloco comunista, quebraria a unidade e solidariedade do continente. Logo após essa decisão, Cuba foi suspensa da organização continental.

Seria de se esperar a expulsão de Cuba da OEA, como reflexo de medidas impositivas dos EUA frente à derrota que a ilha havia recentemente imposto aos norte-americanos e ao capitalismo imperialista.

Mas o que significaria rechaçar membros da entidade por alinhamento com o bloco socialista? Qualquer postura, mesmo no campo do diálogo ou da diplomacia dos países latinos americanos com o bloco socialista, configuraria motivo de retaliações ou punições. O Brasil pode ser um exemplo contundente para entendermos as consequências da proibição do alinhamento com o bloco socialista:

Quando o Brasil reatou as relações com a União Soviética em 23 de janeiro de 1962, 20 dias depois de os Estados Unidos terem, eles próprios, rompido as relações com os cubanos, a Casa Branca desaprovou a independência diplomática do governo parlamentarista de João Goulart (de setembro de 1961 a janeiro de 1963), que tinha à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE) o mesmo San Tiago Dantas que, na Conferência de Punta del Este em 1961, previra que a sanção imposta pela OEA ao país caribenho seria a consolidação da influência soviética em Cuba. Preocupava Washington, sobretudo, a possibilidade de Cuba incentivar grupos dissidentes e fomentar movimentos guerrilheiros pelas Américas (BRASIL, 2014a, p. 226).

Pode-se compreender que a escalada ofensiva capitalista norte-americana para impedir movimentos revolucionários pela América havia dado largada. Desta vez, o leque de investidas era diferente daquele da época da Doutrina Truman, que ocorrera no segundo mandato do presidente Harry Truman (1949-1953), e cuja questão central era suplementar gastos militares para enfrentar o crescimento do socialismo pela América. A estratégia agora, a título de evitar novas derrotas como a que ocorrera para Cuba, consistia no apoio para o desencadeamento da tomada do poder por meio de golpes militares em toda a América Latina.



As CEAs foram fundamentais para fortalecer os interesses dos EUA de implantação de regimes militares na América Latina, sobretudo no Cone Sul — embora outros tratados militares de apoio mútuo entre as forças militares dos EUA e outros países latinos já existissem, como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), acordo resultado de uma reunião ocorrida em Petrópolis em agosto de 1947 (BRASIL, 2014a, p. 224).

Nesse contexto, o Brasil foi um dos primeiros países a celebrar acordos militares com os estadunidenses. Desde fevereiro de 1948, o País havia firmado “um acordo relativo à presença tanto de pessoal militar brasileiro nos Estados Unidos como de pessoal militar estadunidense no Brasil” (BRASIL, 2014a, p. 225). Um dos resultados dessa cooperação militar foi a criação, em 1949, da ESG.

Entre os objetivos principais da ESG estava o auxílio de militares estadunidenses ao oficialato militar brasileiro no desenvolvimento de aspectos fundamentais para a segurança do Brasil, com inspiração no National War College, em Washington.

Em sua obra intitulada *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*, Alfred Stepan (1975) nos apresenta a forte influência da ESG na articulação pré-golpe. Ao analisarmos o grupo de militares que assumiram o poder com o golpe, é fácil compreendermos que a ESG constituiu em um dos centros ou espaços fundamentais para a construção da conspiração golpista, além da formação do próprio Castello Branco, que ocupou a presidência, e de outros atores do regime:

Oswaldo Cordeiro de Farias, ministro do Interior e primeiro comandante da ESG; Juarez Távora, ministro dos Transportes e segundo comandante da Escola; Golbery do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informações, conhecido como “pai da ESG”; o general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar e secretário do Conselho de Segurança Nacional. Além deles também eram diplomados da ESG o general Juracy Magalhães e o civil Leitão da Cunha, ambos ministros do Exterior do primeiro governo militar (STEPAN, 1975, p. 136).

Essa demonstração de Stepan nos leva a compreender que um golpe é fruto de uma articulação civil-militar e da criação de uma infraestrutura; não ocorre abruptamente.

Tal ponto é imperativo para compreendermos o papel fulcral da informação na difusão de ideias de ruptura da democracia brasileira e na instalação de um regime ditatorial, papel protagonizado pelas entidades IPED e IBAD, antes da execução do golpe em si. Para a tarefa de persuasão da sociedade, a elite civil-militar funda tais institutos para desempenhar a disseminação da doutrina por eles mesmos articulada dentro da ESG, a DSN.

O IPES e o IBAD atuaram para atender aos interesses conspiratórios da elite civil-militar na fase pré-golpe, a partir da elaboração de estudos e consultas de vários segmentos da população, objetivando criar mecanismos de controle de opinião junto à sociedade brasileira.



Dessa forma se completava a estrutura de forças golpistas civis, militares, empresariais e midiáticas em ação rumo ao golpe. Não se pode deixar de reiterar que todas essas forças eram controladas e apoiadas pelos EUA.

Em suma, o IPES e o IBAD nasceram destinados a aterrorizar a sociedade brasileira, usando suas campanhas ou consultas populares para instalar o medo, e associando o comunismo como a causa desse terror. Por conseguinte, empregaram segmentos da população como massa de manobra para transparecer confiabilidade e adesão da sociedade como um todo ao trabalho que desenvolviam.

Assim, propositalmente, essa foi a estratégia utilizada por tais veículos de consulta, juntamente com mobilizações sociais, valendo-se de um falso discurso em defesa da ordem, da liberdade, das famílias e do progresso — como saída para tirar a atenção da sociedade do verdadeiro debate político em defesa da melhoria de vida dos trabalhadores, que era o projeto de “Reformas de Base” defendido pelo governo João Goulart.

1.4 A DITADURA CIVIL-MILITAR E A RESISTÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Nosso propósito com esta subtemática consiste em não concentrar a discussão sobre a ditadura detendo-nos apenas sobre as marcas pontuais das políticas adotadas por cada governo militar. A intenção é antes lançar luz sobre algumas formas de resistência, para que o aluno se sensibilize e perceba que a luta de enfrentamento contra o regime foi uma luta de todos: dos camponeses, dos operários, dos estudantes, das mulheres, dos atletas, dos artistas, dos indígenas, dos intelectuais e até dos ex-militares.

A intenção de abordar a ditadura com maior enfoque sobre as formas de resistência surge numa expectativa de apresentar novas perspectivas, observando a História “por baixo”, na esperança de que novos pontos de vista possam contribuir para a construção do pensamento crítico acerca do período.

Para isso, apresentaremos o trabalho coletivo de Angelo Priori, Luciana Regina Pomari, Silvia Maria Amâncio e Veronica Karina Ipólito, de 2012, intitulado *A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais*.

O Ato Institucional (AI) nº 1 materializou a nova ordem de controle e domínio dos militares, subvertendo ou anulando o arcabouço jurídico até então vigente. Instituído em 9 de abril de 1964, o AI-1 impôs:



[...] eleição indireta para Presidente da República, bem como [foram dados] poderes ao presidente para ditar nova constituição, fechar o congresso, decretar estado de sítio, impor investigação sumária aos funcionários públicos contratados ou eleitos, abrir inquéritos e processos para apurar responsabilidades pela prática de crime contra o Estado ou contra a ordem política e social, suspender direitos políticos de cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos de deputados federais, estaduais ou vereadores (PRIORI et al., 2012, p. 4).

Segundo os pesquisadores em tela, dos 17 atos instituídos pela ditadura, o mais tirano foi o “AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, [que] reeditou os princípios do AI-1, suspendeu o princípio do *habeas corpus* e instituiu, de forma clara e objetiva, a tortura e a violência física contra os opositores do regime” (PRIORI et al., 2012, p. 4).

Na visão de Priori et al., a repressão perpetrada pelo regime pode ser classificada em três ciclos:

O primeiro ciclo foi originado em meio à turbulência do golpe de 1964 e teve, como base, principalmente, a retirada do âmbito político de pessoas vinculadas ao governo deposto de João Goulart. Fisicamente, a repressão recaía apenas sobre os trabalhadores e camponeses que, aos olhos dos militares, poderiam acabar desenvolvendo um foco de combate e resistência contra o governo oficial. O segundo ciclo (1965-1966) desmontou o aparelho democrático do Estado, como as eleições diretas, o pluripartidarismo e a existência de organizações sociais livres (PRIORI et al., 2012, p. 4).

O terceiro ciclo pode ser marcado pelo expurgo praticado nas instituições de Estado, como universidades e órgãos políticos representativos; e foi caracterizado por extrema violência por parte dos militares. Para assegurar a eficiência repressiva do regime, foram criados vários órgãos que pudessem lhe conferir a capacidade de combate a toda e qualquer ameaça. Dentre eles podemos ressaltar os Destacamentos de Operação Interna / Centros de Operação e Defesa Interna (DOI-CODI), o Centro de Informações do Exército (CIEEX), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em todos os estados, e os Inquéritos Policiais Militares (IPM), cujo objetivo era processar militares e opositores políticos à ditadura.

Cumprir destacar aqui que, segundo Aquino (2000 apud Priori et al., 2012), uma característica ambígua do regime militar brasileiro foi a disseminação do discurso de que o regime existia em nome da preservação da democracia, discurso que pode ser verificado nas falas de todos os ditadores que ocuparam a presidência do País. Mas na realidade o regime foi exercido sob uma lógica de exceção e violação dos direitos humanos.

Do primeiro general-presidente (Humberto de Alencar Castello Branco) até o último (João Baptista de Oliveira Figueiredo) foi salientada, principalmente, nos discursos de posse dirigidos ao povo brasileiro, a adoção de “ações e comportamentos em



nome da defesa da democracia no país” (AQUINO, 2000 apud PRIORI et al., 2012, p. 272).

Isto é, o que se verificou na prática foi um regime baseado na repressão, na tortura, nos desaparecimentos, nos assassinatos e na perseguição contra todas e todos que pensavam e reagiam contra uma democracia que só existia no discurso dos militares. Sindicalistas, ex-presidentes, intelectuais e artistas foram perseguidos e expulsos do País. Foram, afinal, 21 anos de violações aos direitos humanos e à liberdade individual e coletiva.

Não obstante, foi durante o regime militar que a dívida externa do País perdeu controle, consequência de uma política econômica de submissão aos empréstimos junto aos órgãos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Também se viu o aumento da concentração de renda, e o surgimento das milícias e do crime organizado.

Mas o aparato repressivo do período camuflou esses problemas estruturais promovidos pelos generais ditadores. Por meio de um sistema de publicidade e de repressão eficiente, a ditadura conseguiu passar uma imagem de crescimento econômico e melhoria na qualidade de vida da população. Conforme Priori et al., essa sensação de qualidade e crescimento do País pode ter atingido até as camadas populares, que foram quem mais sofreu com o regime de violação dos direitos fundamentais:

O ‘milagre econômico’, que se processou entre os anos de 1968 e 1973, estigmatizado, principalmente, pelos grandiosos projetos públicos e pelo acelerado crescimento econômico, diminuiu o impacto causado pelas medidas de segurança utilizadas pelo governo. Além do que, pela ação de um marketing eficiente e uma censura forte, criou-se um clima de ufanismo em toda a nação, contribuindo, em grande medida, para o fortalecimento da imagem do presidente que angariou grande margem de prestígio, principalmente nas camadas populares (PRIORI et al., 2012, p. 203).

Essa conjuntura de forte repressão, alimentada por Atos Institucionais, pela Lei de Segurança Nacional e pelos seus órgãos torturadores, não impediu a organização de movimentos de resistência tanto urbanos quanto rurais à ditadura. É sabido que foram os movimentos sociais e populares que resistiram contra o regime de modo ininterrupto: mesmo antes do golpe, já existiam movimentos organizados por causas específicas, como os movimentos rurais que reivindicavam a reforma agrária.

1.4.1 “Frente Ampla”, uma iniciativa de oposição da classe dominante contra a ditadura

A “Frente Ampla” (1966-1968) — uma coalizão composta por integrantes de partidos como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e



o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) — foi uma organização liderada por políticos como Juscelino Kubitschek, João Goulart, Carlos Lacerda e outros integrantes, que organizaram uma das primeiras manifestações de repúdio à ditadura. “Apesar de vida efêmera, a ‘Frente Ampla’ elaborou um programa político que exigia anistia geral, promulgação de uma constituição democrática e restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis” (PRIORI et al., 2012, p. 204).

Mesmo tendo tido uma existência de curta duração, ela conseguiu chamar atenção da sociedade. Foi uma demonstração de que não havia consenso por parte da sociedade para com a ditadura: a própria Frente era formada por integrantes das camadas dominantes, o que evidenciava o dissenso da sociedade frente às novas estruturas impostas pela ditadura.

1.4.2 Guerrilhas e mobilizações de massas

As guerrilhas consistiram em uma das formas de enfrentamento que a sociedade brasileira organizada encontrou para combater ou derrubar o regime militar. Foram grupos de resistência que tinham na luta armada uma de suas principais características de combate. Alguns grupos chegaram a ser sufocados em fase de planejamento de suas ações concretas; por outro lado, houve guerrilhas que resistiram por anos de atividade. Essa forma de luta de enfrentamento ao regime se deu tanto no campo quanto na cidade.

Em março de 1965, sob a liderança do ex-coronel Jeferson Cardim de Alencar Osório, uma coluna com 30 homens partiu do Uruguai e invadiu o Rio Grande do Sul, onde obtiveram apoio de políticos da região como Leonel Brizola. A ideia dos insurgentes era derrubar o regime a partir dos estados do Sul do País. Conseguiram avançar por Santa Catarina, mas, ao adentrar o estado do Paraná, o grupo foi sufocado pelas tropas da ditadura, e seus líderes foram presos. “A coluna guerrilheira ainda participou de três ou quatro ações, nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina” (HELLER, 1988 apud PRIORI et al., 2012).

O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) também encontrou na guerrilha uma possibilidade de resistência contra o regime militar. A Guerrilha do Caparaó — como ficou conhecido o grupo, por ter escolhido a serra do Caparaó, na divisa dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, para fazer treinamento dos guerrilheiros — tinha como tática atacar pelotões do exército, linhas de comunicação e vias de transportes, e tomar cidades, dentre outras estruturas urbanas, visando chamar atenção do País e impingir instabilidade à ditadura. Os “guerrilheiros de Caparaó”, como foram chamados os membros do MNR, não chegaram a



efetivar suas ações, pois o movimento foi debelado pelas forças militares de Minas Gerais: em abril de 1967, 16 membros do MNR foram detidos e condenados à prisão.

A Guerrilha do Araguaia, construída pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no atual estado de Tocantins, consistiu numa das principais resistências armadas contra a ditadura. Mas, apesar de ela ter durado sete anos, mobilizando militares do exército, jovens universitários e políticos, que conviveram com a população local, o destino da guerrilha não foi diferente daquele das iniciativas mencionadas anteriormente:

Durante sete anos, a guerrilha se manteve na região. No entanto, os grupos armados não passavam de 70 pessoas, mas mobilizaram grande efetivo do Exército brasileiro. Quando os militares descobriram que no Araguaia havia a existência de militantes políticos fazendo treinamento de guerrilha, trataram logo de deslocar alguns destacamentos para a região para combater os chamados 'terroristas'. Em outubro de 1973, o Exército, com um efetivo de 6.000 homens, aviões, helicópteros, paraquedistas e homens bem treinados em combates na selva, tomou a região, que foi atacada na forma de arco, para impedir a fuga dos guerrilheiros. Para garantir o sucesso da operação, foram estabelecidas bases de apoio em fazendas, roças e castanhais. A população local passou a ser tratada com extrema violência e a tortura tornou-se rotina naquele rincão sertanejo. No Natal de 1973, o Exército desbaratou a comissão militar da guerrilha, que dirigia a luta dentro da selva. Em maio de 1974, o comitê central do PCdoB deu ordens para que a guerrilha fosse dispersada. Mas era tarde demais. Aproximadamente 70 militantes haviam sido mortos pela ditadura (PRIORI et al., 2012, p. 206).

A luta armada também ocorreu nas cidades. Organizações de esquerda, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighela; o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8); a Política Operária (POLOP); a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada pelo ex-capitão do exército Carlos Lamarca; o Partido Comunista Revolucionário (PCR); o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO); o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT); o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); e o Comando de Libertação Nacional (COLINA), mobilizaram formas de resistência armada contra a ditadura (GORENDER, 1987 apud PRIORI et al., 2012).

Segundo Priori et al., a ALN foi uma das resistências urbanas que notabilizada pelo planejamento de suas estratégias de enfrentamento ao regime:

A Aliança Libertadora Nacional foi a organização que melhor formulou as estratégias de luta armada na cidade. Surgida de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no ano de 1967, tinha como líder máximo, Carlos Marighela, militante e intelectual comunista com grande experiência organizativa e conhecedor dos movimentos sociais. A ALN propunha a guerrilha urbana, visando conseguir recursos para elaborar uma bem estruturada organização e, depois, desencadear a guerrilha rural. O líder da ALN não teve tempo de levar adiante o seu ideal. Foi assassinado pela ditadura militar, na cidade de São Paulo, em uma emboscada preparada pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury, da Delegacia de



Ordem Política e Social (DOPS), no dia 04 de setembro de 1969 (PRIORI et al., 2012, p. 207).

Embora tenha sido sufocada, não se pode negar a importância que a resistência armada rural e urbana desempenhou no sentido de luta e consciência coletiva de repúdio à ditadura, visando derrubar o regime que ainda perdurou por 21 anos, numa das mais longas ditaduras da América Latina.

A guerrilha foi, portanto, uma forma pela qual estudantes, homens, mulheres e ex-militares optaram para enfrentar a violência extremada dos militares. Era através de tortura, prisões, desaparecimentos e assassinatos que a ditadura tratava das pessoas que se opunham ao regime. Para enfrentar tamanha violência, tendo em vista que os militares não aceitavam o diálogo como ferramenta de relação com a sociedade, muitas pessoas encontraram na guerrilha uma forma de lutar por uma sociedade mais justa, solidária e livre para todos.

A resistência de massas foi outra forma aguerrida de enfrentamento aos militares.

1.4.3 Resistência estudantil

Os movimentos estudantis, sindicais, artísticos e intelectuais também atuaram de forma heroica contra a ditadura, com suas bandeiras específicas e tendo o fim da ditadura como causa comum a todos eles. A partir de 1968, praticamente todos os grandes centros do País foram tomados por grandes passeatas, reivindicando o fim do regime.

Os estudantes tiveram uma atuação de destaque no desencadeamento das grandes manifestações urbanas. Assim como no campo — onde boa parte dos integrantes das guerrilhas eram jovens e estudantes da classe média —, também na cidade, apesar da perseguição dos órgãos de repressão do governo militar, os estudantes foram decisivos nos protestos de massas.

As pautas de reivindicação dos estudantes iam desde a demanda por alimentação de qualidade nos restaurantes universitários até a defesa do fim das administrações autoritárias, e o clamor por educação de qualidade, pública e gratuita, dentre outras. Os estudantes também reivindicavam o fim da política de intervenção educacional estadunidense no sistema de educação brasileira.

Mas nada foi tão significativo como o ano de 1968. Aproveitando a onda de grandes manifestações estudantis que aconteciam na Europa, sobretudo em Paris e em Praga, os estudantes brasileiros saíram às ruas para protestar contra a ditadura militar, pelo fim do convênio MEC/USAID [Ministério da Educação / Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional] e pelo ensino gratuito. Em 28 de março de 1968 foi morto pela ditadura, no Rio de Janeiro, o estudante Edson Luís



Lima Souto, quando participava de uma manifestação pacífica em defesa do restaurante universitário ‘calabouço’. [...] A onda de passeatas teve seu auge no dia 26 de junho de 1968, quando uma passeata reuniu 100 mil pessoas no Rio de Janeiro. No mês de junho ocorreram outras 16 passeatas em vários Estados do país (PRIORI et al., 2012, p. 208-209).

Embora todas as pautas ou bandeiras defendidas pelos estudantes no campo da educação tenham sido dignas de reconhecimento e apoio da sociedade, uma outra valiosa contribuição da participação estudantil no processo de enfrentamento da ditadura foi, sem sombras de dúvidas, a sua consciência política de categoria social.

A cassação do direito de organização e associação imposta pelo regime não impediu que os estudantes se organizassem: ainda que clandestinamente, suas ações de repúdio ao regime continuaram. O XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), organizado de forma clandestina na cidade de Ibiúna, interior de São Paulo, é um exemplo simbólico da luta estudantil. Nessa ocasião foram presas mais de 700 pessoas, entre elas as principais lideranças do movimento estudantil, como Luís Travassos, eleito presidente da UNE em 1968, e Vladimir Palmeira, alagoano de Maceió, cuja família chegara ao Rio de Janeiro quando ele tinha seis anos de idade. Vladimir ingressara na faculdade de direito pela Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Liderou grandes manifestações estudantis no ano de 1968, que culminaram na Passeata dos Cem Mil.

Já José Dirceu, um dos líderes estudantis presos pelas tropas militares durante a tentativa de organização do XXX Congresso da UNE em Ibiúna, ao ser posto liberdade, exilou-se em Cuba. Mais tarde, foi eleito deputado estadual em 1986 e deputado federal por duas vezes, em 1990 e 1998, pelo estado de São Paulo; e então foi ministro-chefe da Casa Civil do Brasil (2003-2005), no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003). Franklin Martins também foi militante do MR8: estudou Economia na então Universidade do Brasil e, posteriormente, tornou-se ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República no segundo governo do presidente Lula (2007-2011). Martins se constituiu, durante sua militância na oposição, como uma importante liderança do movimento de esquerda estudantil. Finalmente, Jean Marc von der Weid militou na Ação Popular (AP), entidade de esquerda oriunda da Ação Católica.

Os estudantes, enfim, lutaram nas ruas, enfrentaram tropas armadas, foram torturados, foram vítimas de balas de borracha e gás lacrimogêneo. Toda a violência perpetrada pela ditadura não foi suficiente para pará-los. Lutaram também por liberdade de pensamento e ensino. Reivindicavam a volta de disciplinas como História, Filosofia e Sociologia, que



contribuíam para a construção do pensamento crítico da juventude, e que haviam sido cassadas pela política educacional de adestramento, tecnicista e moralista, dos militares.

A conquista dos princípios universais presentes no sistema de educação brasileira atual, após serem ratificados pela Constituição Cidadã de 1988, como educação pública, gratuita e de qualidade para todos, tem também a corroboração dos estudantes politizados que enfrentaram a ditadura civil-militar.

Destaca-se também que, enquanto os sindicatos viviam forte intervenção estatal, e os movimentos sociais em geral se encontravam acuados pelos órgãos de repressão, e os partidos de esquerda estavam cassados, foram os estudantes secundaristas e universitários aqueles que conseguiram manter sua frente de luta contra os militares:

O movimento estudantil funcionou, de certa forma, como um porta-voz da sociedade contra o regime militar. Os estudantes tiveram vida ativa durante todo o regime militar. Já em 1965, foi realizado um plebiscito, nas escolas do Rio de Janeiro, que repudiava a tentativa do ministro da educação, Flávio Suplicy de Lacerda, de extinguir a União Nacional dos Estudantes (UNE) e substituí-la por um Diretório Nacional dos Estudantes, atrelado aos militares (PRIORI et al., p. 208).

Escritores, professores, pesquisadores, educadores, jornalistas, poetas, músicos, artistas e cineastas formaram mais uma frente de luta da sociedade civil organizada contra os militares. O que dizer da profundidade do poder de mobilização das músicas de protesto imortalizadas como verdadeiros hinos contra o regime, como *Cálice*, de Chico Buarque de Hollanda e Gilberto Gil, ou *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, ou ainda *O bêbado e a equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc, na mágica interpretação de Elis Regina, etc. Uma característica a destacar a respeito dessa resistência intelectual foi o fato de que seus participantes — cantores, escritores, artistas plásticos, dentre outros, como Caetano Veloso e Raul Seixas —, mesmos depois de expulsos do País, vivendo no exílio, não deixaram de lutar pela redemocratização e pela liberdade de expressão, de cultura e de pensamento.

Outra vertente que deixou sua marca de resistência à ditadura no campo das artes e da intelectualidade foram os cineastas. O cinema brasileiro consistiu numa ferramenta importante de enfrentamento ao regime através dos filmes de protesto:

No cinema se destacaram alguns cineastas que fizeram produções engajadas e de resistência. Filme[s] como *Os fuzis*, de Rui Guerra, *Deus e o diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha (REIS FILHO, 2001), ou mesmo produções que tiveram maior alcance popular, como *O Rei da Noite*, *Xica da Silva*, *Lúcio Flávio*, *Pixote*, *Bye bye Brasil*, *O homem que virou suco*, etc., procuravam mostrar a dura realidade em que vivia o povo brasileiro (PRIORI et al., 2012, p. 209).



1.4.4 Resistência sindical

Os sindicatos configuram uma das grandes conquistas da história das relações de trabalho para os operários ou trabalhadores. A partir do surgimento dos sindicatos, as lutas dos trabalhadores de modo coletivo ganham força. O marco de largada desse processo foi a Revolução Industrial no século 18, na Inglaterra; mas ele logo se espalhou para as outras potências do “Velho Continente”, acompanhando o surgimento das fábricas e a invenção da produção de mercadorias em largas escala ou em série, sistema este que exigia mão de obra de vários operários num mesmo espaço de produção.

Sob péssimas condições de trabalho, os operários e operárias começaram a se organizar coletivamente para reivindicar melhores condições de trabalho e de vida: daí surgiram os sindicatos. Desde então, essa relação de interesses antagônicos entre operários e patrão nunca deixou de ser o grande desafio dos sindicatos.

São inegáveis os benefícios e direitos conquistados pelo movimento sindical para os trabalhadores desde o seu surgimento no mundo, e no Brasil não foi diferente. Melhores salários, dignas condições de trabalho, auxílio-transporte, auxílio-alimentação, décimo terceiro salário, férias remuneradas e tantos outros são direitos conquistados com o apoio e luta dos sindicatos.

O regime de repressão suprimiu o direito de manifestação sindical, uma conquista dos operários que remonta ao governo de Getúlio Vargas. Este, em 1930, criou o Ministério do Trabalho, dando voz (ainda que limitada) à participação sindical em conselho desse ministério — obrigando, assim, o movimento a encontrar outras formas de resistência. Dessa forma, a ditadura fragmentou a luta sindical, que vai ressurgir vigorosamente nos primeiros anos da década de 1980, culminando na derrocada do regime.

Da época varguista em diante, o sindicalismo brasileiro organizou-se e fortaleceu-se ainda mais. Permaneceu ativo durante o Estado Novo (1937-1945). Na década 1960, “a luta sindical atinge seu ápice, com imensas manifestações grevistas e a realização do III Congresso Sindical Nacional” (SOUZA, 2017, p. 5). Esse amadurecimento do movimento sindical vai refletir na organização das Ligas Camponesas. Também surge a partir desse III Congresso o Comando Geral dos Trabalhadores, o qual vai dar origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em agosto de 1983, sob o calor das grandes greves do ABC Paulista (o conglomerado das cidades industriais de Santo André, São Bernardo e São Caetano, na Grande São Paulo).



Pode-se dizer que uma das resistências de massa que mais sofreu perseguição durante a ditadura civil-militar foi a resistência sindical. Com uma política econômica que se mantinha de joelhos diante dos interesses das multinacionais e do capital estrangeiro, enquanto perseguia representantes dos direitos dos trabalhadores, como as lideranças sindicais, a ditadura agiu profundamente em várias frentes para aniquilar ou paralisar a força dos sindicatos.

Por um lado, o regime restringiu o direito de greve e de manifestações coletivas, que são uma das principais ferramentas de luta e reivindicação dos trabalhadores, através do Decreto-Lei nº 1.632, publicado em 4 de agosto de 1978. Por outro lado, atropelou os trabalhadores com práticas assistencialistas, dando origem ao que foi chamado de sindicalismo do “sim senhor”. Assim, a base do sindicalismo durante a ditadura foi paralisada, e teve dificuldade de organizar-se na ilegalidade. Nesse sentido, vejamos o ensinamento de Heller (1988) sobre a violência da ditadura frente ao movimento sindical.

Foi um golpe de classe contra os trabalhadores, e já em abril de 1964 houve intervenção em centenas de sindicatos e a prisão de seus dirigentes. Uma exigência das multinacionais, do capital estrangeiro e dos seus aliados aqui dentro, que queriam a todo custo reduzir o ímpeto das reivindicações operárias. Mataram, prenderam e torturaram centenas de líderes sindicais. Acabaram com a estabilidade no emprego, substituindo-a pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço [FGTS], e começaram a arrochar os salários. Os que protestavam eram presos ou desapareciam (HELLER, 1988 apud PRIORI et al., 2012, p. 210).

Diante de tamanha repressão, os sindicatos se enfraqueceram. Mas, a partir do final da década de 1970, com o País tomado por mobilizações, somadas com a crise econômica e com a força das greves operárias de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, cidades que compõem a região conhecida como ABC Paulista, o movimento sindical ressurgia, agora com a criação de centrais sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (PRIORI et al., 2012, p. 210). Os trabalhadores passaram também a se organizar em um partido político, quando houve a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em fevereiro de 1980, em São Paulo, sob a liderança do operário Luiz Inácio da Silva, o Lula².

² Ex-metalúrgico, ex-sindicalista do ABC durante a década de 1980. De família pobre, migrou de Pernambuco para São Paulo ainda criança. Na década de 1980 liderou grandes manifestações sindicais, momento em que difundiu a alcunha de Lula. Cofundador do Partido dos Trabalhadores (1980). Eleito deputado federal em 1986, com votação recorde. Foi candidato à presidência por quatro vezes de 1989 a 1998. Nas eleições de 2002 foi eleito presidente da República, e foi reeleito na eleição seguinte. Voltou a ocupar o cargo de presidente do Brasil com a vitória nas urnas nas eleições de 2022.



1.4.5 Resistência das mulheres

As mulheres também compuseram frentes importantíssimas de enfrentamento ao regime. A luta das mulheres, além de ocupar um lugar de destaque na derrocada do regime, merece ser discutida e lembrada por representar também uma luta contra todo um sistema conservador, machista e misógino enraizado na sociedade brasileira como um todo: na família, no trabalho no próprio Estado, e inclusive nos partidos de esquerda, nos quais também ocorriam práticas sexistas.

A resistência feminina contra a repressão militar também deu visibilidade ao combate a todas essas formas de violência que as mulheres sofriam. Na ditadura, a perseguição, a violação e a repressão às mulheres aumentaram. Para enfrentar esse terrorismo de Estado, as mulheres resistiram de diversas formas. Algumas delas foram motivadas por questões de âmbito familiar, conforme lembra Priori:

A forma de resistência das mulheres foi construída desde [no] mundo estritamente privado, quando o chefe da família (marido, pai, irmão) perdia o seu emprego, era preso, assassinado ou ‘desaparecido’ político, até as atuações de defesa da dignidade nacional, tradições e valores públicos (PRIORI et al., 2012, p. 211).

Observa-se que o aspecto família esteve entre as questões de parte dos protestos das mulheres. Mas vale mencionar aqui o papel da militância política das mulheres no combate à ditadura. Elas militaram em todas as funções e organizações clandestinas de resistência, desde as funções administrativas até as atividades armadas:

Uma parcela de mulheres entrou para as organizações de esquerda clandestinas e militou nas mais de 40 organizações políticas revolucionárias e de resistência. Houve mulheres que se integraram às guerrilhas urbanas e rurais, outras participaram de ações políticas, como a organização e manutenção da imprensa clandestina, a distribuição de material impresso e o cuidado de casas (chamados de aparelhos) que serviam de base para estruturar as organizações e as atividades. [...] O Estado Maior do Exército fez um levantamento de presos políticos que se encontravam nos quartéis, num determinado momento do ano de 1970 e chegou a um total de mais de 500 militantes. Desse total, 56% eram estudantes, com idade média de 23 anos, 26% eram mulheres. Na Guerrilha do Araguaia, ocorrida no sul do Pará, entre 1972 e 1975, dos 70 guerrilheiros desaparecidos, 17% eram mulheres (TELES, 2015, p. 1007-1008).

A reação da ditadura frente ao protagonismo da militância política das mulheres não foi menos violenta do que aquela que se praticava com os homens: certamente foi maior ainda. Conceição Imaculada de Oliveira foi uma grande militante entre as mulheres que enfrentaram a ditadura. Foi líder de uma greve de metalúrgicos, em Minas Gerais, deflagrada em 16 de



abril de 1968. Foi procurada pela ditadura durante as mobilizações, mas sem sucesso. Mais tarde, acabou sendo presa pelas tropas militares:

A repressão não se esqueceu da Conceição, secretária do Sindicato de Metalúrgicos a que o ministro Passarinho (Coronel do Exército Jarbas Passarinho que àquela época era Ministro do Trabalho) queria encontrar na época da mobilização da massa operária. Presa grávida, foi submetida a um aborto criminoso em uma sala comum do DOPS de Belo Horizonte (MG), na presença dos demais presos políticos e dos policiais. [...] para assistir [...] à cirurgia, praticada sem anestesia, sem nenhum cuidado higiênico e inclusive sem os instrumentos cirúrgicos necessários para uma operação. Quando, impotente, a vítima gritava, os torturadores faziam um alarido histérico e sádico, gritavam de alegria, diziam palavrões aos indignados espectadores mantidos sob ameaças dos fuzis (KUCINSKI; TRONCA, 2013, p. 158 apud TELES, 2015, p. 1009).

Inês Etienne (1942-2015), trabalhadora bancária de Minas Gerais, ingressou na Vanguarda Popular Revolucionária, de Carlos Lamarca (1937-1971). Inês foi a única sobrevivente da Casa da Morte, local de práticas de torturas pelos militares, localizada em Petrópolis (RJ), onde foi torturada por meses:

Após a anistia de 1979, com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação Brasileira de Imprensa, Inês denunciou a existência da Casa da Morte, algo até então não publicado pela imprensa, como também a atuação do médico torturador e ex-militar Amílcar Lobo, conhecido nos porões por “Doutor Carneiro”, que teve o registro cassado pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (SEREZA, 2020, p. 2).

Por causa de sua luta pela derrubada da ditadura, pela democracia e pela liberdade no Brasil, Dilma Rousseff foi submetida a tortura pela ditadura. Mineira, começou sua militância na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), aos 16 anos. Depois, ingressou no movimento armado através do Comando de Libertação Nacional (COLINA). A partir de 1969 passou a viver na clandestinidade, sendo obrigada a abandonar o curso de Economia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Perseguida, torturada em São Paulo e no Rio de Janeiro, Dilma Rousseff, ao lado de Conceição Imaculada e Inês Etienne, assim como todas as mulheres que de alguma forma lutaram contra a ditadura, são exemplos da importância e coragem da resistência feminina em defesa da democracia e da liberdade, resistência que não se curvou mesmo diante de variadas formas de tortura do Estado ditatorial, como aconteceu com Dilma Rousseff:

As torturas aplicadas foram o pau de arara, a palmatória, choques e socos, que causaram problemas em sua arcada dentária. No total, foi condenada a seis anos e um mês de prisão, além ter os direitos políticos cassados por dez anos. No entanto, conseguiu redução da pena junto ao Superior Tribunal Militar (STM) e saiu da prisão no final de 1972 (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, 2024).



Este breve recorte da resistência da militância política das mulheres contra o regime pode contribuir para a discussão de uma releitura da história entre a ditadura civil-militar e as mulheres. Por seu turno, a ditadura tratou de arregimentar militantes mulheres em favor de seus interesses, além de instruí-las por meio dos mais diversos institutos criados para moldar a opinião pública.

Discutir o papel dos institutos que serviram aos interesses dos estadunidenses e da elite militar empresarial brasileira — como forma de transformar o comunismo em ameaça para a sociedade, visando conquistar o apoio de organizações femininas da classe média e católica brasileira — pode contribuir para o entendimento de que aquelas mobilizações femininas poderiam ter sofrido influências dos interesses dos grupos que dirigiam institutos formadores de opinião daquela época. Teles (2015) nos apresenta uma reflexão nesse debate, evidenciando fortes sinais nesse sentido:

Entidades financiadas pelos Estados Unidos, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), sistematizavam estudos sobre os diversos segmentos da população com o objetivo de formular e implementar estratégias de controle da opinião pública brasileira, impondo o medo, ao anunciar o perigo que representava o comunismo internacional “infiltrado” no governo João Goulart. Tais entidades produziam informações falsas amplamente difundidas pelos meios de comunicação, buscando criar o clima favorável ao golpe militar, e reuniam mulheres de classe média alta, na sua maioria católicas, em organizações “femininas” tais como a Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE), no Rio de Janeiro, e a Liga Democrática de Mulheres pela Democracia (LIMDE), em Belo Horizonte (MG). Essas organizações serviram de base fundamental para mobilizar amplas “massas femininas” para a concretização dos movimentos de triste memória: “Marcha com Deus Pela Família e Pela Liberdade”, quando colocaram milhares e milhares de mulheres em diversas cidades brasileiras, com o apoio explícito aos golpistas (TELES, 2015, p. 1003).

Assim, pode-se perceber um contraponto na relação entre a ditadura e as mulheres. Enquanto, por um lado, mulheres que resistiam ao regime eram duramente reprimidas, por outro lado havia também mulheres que se alinhavam aos discursos e ideias da ditadura.

1.5 É POSSÍVEL DISCUTIR O ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA NO EX-TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

Mostramos, em linhas gerais, o cenário político e social que o golpe de 1964 interrompeu, com enfoque nas Reformas de Base. Então discorreremos acerca da articulação conspiratória militar e civil através das CEAs, do IPES e do IBAD, aliança que efetivaria o golpe militar.

Em seguida, apresentamos algumas das formas de resistência de segmentos da sociedade organizada contra a ditadura. Mas, antes desses temas, pontuamos as pesquisas do



mestrado profissional em rede nacional PROFHISTÓRIA que têm a ditadura civil-militar como objeto central.

Tentamos, com isso, atingir algumas dimensões: a primeira é entrever que o Estado Democrático de Direito se configurou como questão central em todas as épocas. No pré-golpe, vivia-se um estágio efervescente de fortalecimento da democracia, definido pela participação dos movimentos populares nas discussões políticas em curso, havendo uma esperança de suas demandas serem atendidas pelo Estado.

Consumado o golpe, o Estado Democrático de Direito continua sendo uma questão central para a sociedade civil organizada. Mas, agora, os movimentos populares passariam a lutar pelo restabelecimento da democracia que havia sucumbido pela ditadura. Esta, então, passou a perseguir e massacrar os movimentos sociais de resistência.

Uma outra dimensão que atraiu nossa atenção, no objeto da pesquisa, diz respeito ao olhar geopolítico da historiografia. Pode-se perceber que as investigações se voltam para o eixo centro-sul no período, silenciando-se acerca da Amazônia.

Um dos reflexos desse tipo de abordagem sobre o regime consiste na reprodução ou repetição no livro didático, consequente replicado na sala de aula por nós, professores. Mostramos este panorama geral visando evidenciar que, dentre os silêncios produzidos pela historiografia do período, encontra-se o assunto do regime ditatorial na Amazônia, especialmente no então Território Federal de Roraima.

Considerando esse quadro, e o nosso objeto de pesquisa (de evidenciar os povos indígenas de Roraima na ditadura civil-militar à luz da CNV, como recurso didático para o ensino de história da ditadura civil-militar para alunos do 9º ano do ensino fundamental), busca-se romper com tal silenciamento, deslocando o conhecimento acadêmico para o ensino escolar.

Desse modo, a ideia de apresentar neste primeiro capítulo, em síntese, algumas das formas de resistência contra a ditadura foi um caminho estabelecido como ponto de partida para nossa reflexão acerca de como encaminhar ou situar a argumentação sobre a resistência dos povos indígenas de Roraima contra a ditadura civil-militar no então Território Federal de Roraima.

Entre os motivos que nos levaram a pontuar a resistência como subsídio de discussão, está o interesse de nos confrontarmos com a História oficial, no sentido de que esta é marcada por atribuir destaque a uma abordagem personalista dos “governos” e dos militares. Na contramão disso, lançamos mão de um olhar a partir da sociedade, das massas, de baixo para cima.

Não obstante, Roraima era uma terra marcada pela falta de liberdade política, por ser Território Federal. A população convivia com governadores biônicos, ou seja, indicados pelo



presidente da República. Com a ditadura, esse controle político acentuou-se ainda mais, e os povos indígenas da região foram drasticamente afetados — notadamente, os Yanomami.

Essa perspectiva nos provocava a saber de que modo a sociedade organizada e os povos indígenas do então Território Federal de Roraima reagiram frente ao regime dos militares. Era uma inquietação nossa, enquanto professor da educação básica pública, conhecer melhor essa relação, para também levar nossos alunos a conhecê-la, confrontá-la e analisá-la criticamente.

Esse caminho invocaria uma trilha diferente da que tivemos enquanto aluno da educação básica pública. Sem sombra de dúvida, existia uma série de variáveis, vivências e experiências conduzindo a que, não por acaso, o ensino crítico e problematizador da ditadura civil-militar em Roraima, na década de 1990 e nos anos 2000, não passasse pelas aulas de História.

Com a pesquisadora Elisangela Martins (2010, p. 206), aprendemos que militares destacados para Roraima para prestar serviço durante o regime também exerciam, paralelamente, a função de professor. Na direção — hoje chamada de gestão — das escolas, também era comum a presença de militares. Com efeito, na minha formação de magistério de nível médio, hoje extinto, durante os anos 1990, convivemos com um gestor militar. Chamado por alguns estudantes de “diretor linha-dura”, este havia sido indicado por Ottomar de Sousa Pinto, que depois foi governador eleito (1990-1994), mas que já havia sido antes governador biônico, pertencente à Arena.

Jaci Guilherme Vieira (2003, p. 73) nos informa que o memorialismo constituiu-se numa marca da historiografia de Roraima, advinda de autores descendentes da elite local, como militares e membros das chamadas “famílias tradicionais”. Esses escritores também ocupavam cargos importantes da administração territorial, ou seja, eram representantes dos quadros do regime militar. Por isso, pode-se verificar nesse período, direta ou indiretamente, uma historiografia de conformação ao regime.

Observando a congruência desse cenário com nossa inquietação a respeito da inclusão do ensino da história da ditadura civil-militar em Roraima para nossos alunos da educação básica, somada aos acúmulos de mais de 20 anos de uma historiografia que se dedica à releitura desse período — como a dos autores citados mais acima, desencadeada fortemente a partir da criação da Universidade Federal de Roraima, no ano de 1989 —, juntamente com a oportunidade que o mestrado PROFHISTÓRIA está nos proporcionando, decidimos enfim estudar o ensino da história da ditadura civil-militar na Amazônia, com ênfase no então Território Federal de Roraima, perseguindo uma discussão a partir da Comissão Nacional da Verdade e da historiografia pertinente, e focando particularmente nos impactos sofridos pelo povo Yanomami, sem desconsiderar outros elementos de âmbito nacional, regional e local.



CAPÍTULO 2. A AMAZÔNIA COMO A ÚLTIMA FRONTEIRA DE EXPLORAÇÃO PARA A NOVA ORDEM GEOPOLÍTICA: ASPECTOS PRECEDENTES AO GOLPE DE 1964

O regime militar implantado no Brasil no ano de 1964 foi pensado e executado sob o manto de violações dos direitos humanos individuais e coletivos, e da interrupção do Estado Democrático de Direito, com a instauração de um regime de exceção e autoritário. Esse regime declarou “guerra interna” a todos e todas que se posicionaram contrários à ditadura, na Amazônia: dentre eles, os povos da floresta e especialmente os povos indígenas.

Os ditadores se curvaram aos interesses do capital estrangeiro, pois atenderam cegamente à cartilha estadunidense de combate ao comunismo e fortalecimento de um capitalismo industrial-financeiro, que pretendia tornar o Brasil, como tornou, profundamente dependente, e detentor de uma dívida impagável.

É preciso refletir sobre como essas profundas mudanças sociais, políticas e econômicas advindas do golpe e praticadas durante todo o regime ditatorial foram orquestradas antes do dia 31 de março de 1964, marco do golpe de Estado. Ao lado da Guerra da Coreia (1950-53) e da Guerra do Vietnã (1962-75), as ditaduras militares implantadas na América Latina demonstram o quanto é imperativo analisar os efeitos da Guerra Fria em eventos como o golpe de 1964 ocorrido no Brasil.

Desta forma, antes de nos determos sobre a questão central deste estudo, que é discutir violações aos povos indígenas de Roraima a partir do material da CNV (BRASIL, 2014b), especificamente os povos Yanomami, pautaremos de modo breve mas necessário algumas considerações geopolíticas voltadas para a Amazônia sob os reflexos da Guerra Fria, ou seja, no período anterior ao golpe de 1964. Acreditamos que não podemos nos furtar deste debate junto ao nosso aluno, pois são contextos que não se excluem, pelo contrário, encontram-se imbricados.

Para Maria Liege Freitas Ferreira (1999), o período entreguerras pode ser caracterizado pelo debate teórico em torno da resignificação de conceitos como território, fronteira, Estado e nação, devido à perda de autonomia ocorrida entre certas áreas e nações, sobretudo na Europa, configurando-se, assim, uma nova ordem mundial. Apesar do período entreguerras estar à margem do recorte temporal desta pesquisa, lembramo-lo em virtude de sua importância para demonstrar a partir de quando ocorre a releitura dos conceitos acima mencionados.



Sob essa lógica, Getúlio Vargas desencadeou a “Marcha para Oeste” como política de expansão espacial, uma vez que considerava a Amazônia como um “espaço vazio”. Para ocupar e dominar, objetivando o desenvolvimento econômico da região amazônica, de acordo com Ferreira (1999), Vargas criou inicialmente “colônias militares agrícolas e de fronteira (1939) e agrícolas (1941)”³; mas, não obtendo êxito, ele então mobilizou uma nova política para Amazônia, a ocupação por assentamentos.

Diferentemente da ocupação a partir da criação de colônias militares e agrícolas, que fracassaram devido à falta de subsídios para garantir a fixação dos colonos, os assentamentos se basearam primeiramente no empreendimento de estudos das potencialidades econômicas dos recursos naturais da região. Esse tipo de

[...] estudo buscava levantar questões como: que recursos existiam e qual sua tipologia, como utilizá-los, quais problemas apareceriam quando de sua utilização, tipo de mão-de-obra e estrutura organizativa, era preciso também agir para se ter o conhecimento topográfico da região (FERREIRA, 1999, p. 37).

Nesse sentido, pode-se identificar como destaques dessa concepção a visão e a política sob o comando do marechal Cândido Rondon³. Mas a exploração por assentamento também fracassou, já que o Estado também não alcançou esse objetivo.

Segundo Bertha Becker (2004), desde a Colônia, os interesses econômicos sempre prevaleceram diante da atenção da Coroa para a Amazônia, mas tais interesses não foram bem-sucedidos. Para a autora, a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia.

A geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. Inicialmente, essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados. Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras (BECKER, 2004, p. 71).

Nesse sentido de cobiça econômica internacional, haja vista nossa condição histórica de Colônia, de Monarquia e de República baseada na monocultura voltada para exportação e de capitalismo dependente, a autora ainda ressalta que a “ocupação da Amazônia se fez, como se

³ Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958). Militar engenheiro e sertanista. Seu trabalho de exploração pela Amazônia e pelo Mato Grosso, baseado numa relação respeitosa aos povos originários, constitui uma demonstração de que é possível o Estado brasileiro adotar políticas de reconhecimento, respeito e valorização a estes povos e à floresta. Foi um dos idealizadores do Parque do Xingu, foi o primeiro presidente do Serviço de Proteção do Índio (SPI), integrou a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, ajudou a demarcar terras indígenas. Um trabalho com grande avanço aliando interesses do Estado na Amazônia e respeito aos povos indígenas, ao contrário da opção da ditadura civil-militar, que foi de extermínio dos povos originários.



sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência” (BECKER, 2004, p. 71).

Sob essa lógica, a análise do discurso do ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) realizado em Manaus em 8 de outubro de 1970 nos evidencia que, ao desconsiderar o potencial e as riquezas naturais da região como seus melhores elementos econômicos, o verdadeiro compromisso do regime sob sua chefia não era encontrar uma alternativa econômica perene para a Amazônia e sua população, mas sim de atender à nova lógica do capital internacional, que a chamada globalização reivindicava na época para a área:

A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica. O café e o cacau, a madeira e a borracha, o boi, a juta e a castanha têm sido momentos passageiros de riqueza; momentos que não trouxeram mais duradouras mudanças na infraestrutura socioeconômica. [...] Somente depois da Revolução é que vieram os tratores e o idealismo da engenharia militar, desvendando e aproximando a Amazônia.

Inequivocamente, o discurso falacioso de negar as riquezas econômicas próprias da Amazônia coincidia com outro jargão de inversão da realidade voltado para a mesma região, e muito usado pelos ditadores do regime, dizendo que a Amazônia é um “espaço vazio” e que precisava ser integrada ao restante do País. Desconsideravam-se, assim, milhares de povos originários, ribeirinhos e caboclos que conviviam na região.

Está explícito que o objetivo em jogo por trás da fala do ditador Médici era atender os interesses da nova demanda externa pela Amazônia. A análise da pesquisadora Bertha Becker apresenta esses processos e interesses:

Verifica-se o fortalecimento do que se chama de **coerção velada**. Pressões de todo tipo para influir na decisão dos Estados sobre o uso de seus territórios. Essa mudança está ligada intimamente à revolução científico-tecnológica e às possibilidades criadas de ampliar a comunicação e a circulação no planeta através de fluxos e redes que **aceleram o tempo** e ampliam as escalas de comunicação e de relações, configurando espaços-tempos diferenciados [...] A Amazônia é um exemplo vivo dessa nova geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos. Constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro. Qual é este desafio atual? A Amazônia, o Brasil, e os demais países latino-americanos são **as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista**. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação sociedade-natureza, que Kenneth Boulding denomina **de economia de fronteira** (BECKER, 2004, p. 71, grifos nossos).

Nesse sentido, identifica-se que a cobiça do capital internacional pela Amazônia estava em curso desde as décadas de 1950 e 1960. Um fruto dos ditames da geopolítica influenciada pela revolução científico-tecnológica pós-Segunda Guerra Mundial era a meta de interligar a região com rotas do Cone Sul que possibilitassem o acesso e a circulação de mercadorias e



recursos naturais para todas as partes do globo, atendendo assim aos desejos da chamada globalização.

A estratégia da ditadura civil-militar para a Amazônia, obedecendo a essa nova lógica geopolítica globalizante, foi diferente da que se adotou no Centro-Sul do País, onde os militares declararam guerra aos comunistas, trabalhadores, artistas, sindicalistas, intelectuais, mulheres e pessoas hoje chamadas LGBTQI+.

Na Amazônia, o terrorismo de Estado implantado pelo regime militar para atender aos interesses da nova ordem global — de coerção velada, de aceleração do tempo, de ampliação das escalas de comunicação e relações, bem como da exploração a qualquer custo da última fronteira natural/periférica do capital — teve como primeiro ato a classificação dos povos indígenas da região como inimigos do regime autoritário, frente ao projeto rodoviário, uma infraestrutura básica que respondia aos interesses nacionalistas e desenvolvimentista da ditadura para a Amazônia.

“Os índios não podem impedir a passagem do progresso [...] dentro de 10 a 20 anos não haverá mais índios no Brasil” (BRASIL, 2014b, p. 251). Esse deplorável depoimento do ministro do Interior em 1976, Maurício Rangel Reis, traduz claramente a condição de “inimigo” atribuída aos indígenas pelos ditadores, e a estrutura institucional planejada para enfrentar essa condição.

Era a esse ministério que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) estava vinculada à época de sua criação, em 5 de dezembro de 1967, para substituir o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI), após revelações de genocídio, assassinatos, torturas, mortes cruéis, remoções forçadas, esbulho de territórios e outras violações graves cometidas por este último órgão contra os povos indígenas, conforme informado pelo Relatório Figueiredo⁴ e pela CNV.

Destarte, com base na CNV, discutiremos violações cometidas pela ditadura aos povos indígenas de Roraima, especificamente aos povos Yanomami, destacando violações de não reconhecimento dos indígenas enquanto sujeitos de direito e protagonistas de sua história, ou de reprodução do mito de considerar os indígenas inimigos do Estado brasileiro e do progresso, durante a ditadura civil-militar, tendo como referência o caso e a experiência dos Yanomami.

⁴ Corresponde a um documento com mais de 7 mil páginas, produzido pelo procurador Jader de Figueiredo Correia, solicitado pelo Ministério do Interior, tendo como objetivo investigar crimes de violações contra os povos indígenas entre os anos de 1946-1966. Uma das consequências dos crimes de genocídios evidenciados pelo Relatório Figueiredo foi a extinção do SPI para a criação da FUNAI.



Analisar-se-ão as contribuições da CNV para extrairmos subsídios potenciais para o ensino e aprendizagem da relação entre ditadura e povos indígenas de Roraima, que precisam ser debatidos na escola, mas que foram silenciados, e agora são destinados para o 9º ano do ensino fundamental.

Essa discussão passa necessariamente pela análise de um dos pilares da justificativa de defesa do plano dos militares para Amazônia: o imperativo de “integrar para não entregar”. Vejamos o que esse lema significa, na seção a seguir.

2.1 O PLANO DITATORIAL “INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR” E OS YANOMAMI: ELEMENTOS BÁSICOS

“Precisamos fazer a estrada e chegar aos grotões mais distantes. Do contrário, o estrangeiro chega primeiro. É uma questão de segurança nacional.”

Mário Andreazza, ministro dos Transportes, 1970

“Pergunte sempre a cada ideia: a quem serves?”

Bertolt Brecht

Que estrangeiro chegaria primeiro? A quem se refere o ministro Mário Andreazza, integrante do governo dos ditadores “presidentes” Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici? Os governos inglês, holandês, venezuelano, guianense, francês, estadunidense, cubano, chinês ou russo ameaçavam invadir a Amazônia? Qual litígio fronteiro o Brasil de Mário Andreazza enfrentava, em condições concretas de iminente conflito, ou mesmo de declarações diplomáticas de ameaça?

Nesta seção, propõe-se mostrar que o empreendimento rodoviário implementado pelos militares para a Amazônia constituiu-se no principal pilar de sustentação para o pensamento nacionalista-desenvolvimentista da ditadura para a região. Este foi executado de modo violento contra os povos originários e a floresta.

No caso do território dos Yanomami (Figuras 1 e 2), a utopia nefasta dos oficiais de “integrar” a Amazônia às demais regiões do País “para não a entregar” às fronteiras estrangeiras os atingiu através da abertura das rodovias BR-174 e BR-210.

Com um trajeto transversal, a BR-210, também conhecida como Perimetral Norte, foi parcialmente construída entre 1973 e 1977, visando interligar os estados do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá, totalizando 2 mil quilômetros de extensão. Mas esse empreendimento

ufanista não chegou a ser concluído, pois até hoje há trechos onde a estrada não foi construída. Ela corta o sul de Roraima, de leste a oeste, por 411,7 km, desde o rio Jatapú, no município de Caroebe, passando pelas cidades de São João da Baliza e São Luiz, até a Missão Catrimani, no município de Caracaraí. Neste município, ocorre a interceptação entre a BR-210 e BR-174, precisamente na Vila Novo Paraíso, a qual surgiu na década de 1970, durante a abertura da BR-174.

Construída entre 1970 e 1977, com uma extensão de 971 km, a BR-174 tem, por sua vez, traçado longitudinal. Assim como a rodovia BR-210, a BR-174 foi mais um projeto rodoviário do Programa de Integração Nacional (PIN) da ditadura para a região setentrional da Amazônia, conectando Manaus (AM) a Boa Vista (RR), e terminando em Pacaraima, na fronteira com a Venezuela.

Figura 1 – Terra Indígena yanomami



Fonte: FUNAI e ANTT.

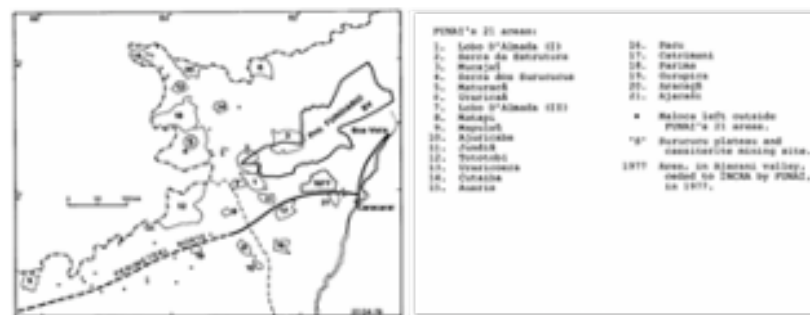
Na Amazônia, sob a lógica do capitalismo industrial selvagem de lucratividade rápida e a todo custo, seria necessário haver acesso à região para a exploração de suas riquezas. Dessa forma, a ditadura assumiria como prioridade a promoção desses interesses, empreendendo a abertura de estradas pela região para integrá-la a outras partes e portos do País, contemplando o fluxo de escoamento dos recursos primários ao seu destino final, isto é, credores e empresas nacionais e internacionais.

Para isso, o regime militar legitima seu plano lançando o Programa de Integração Nacional, criado pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, o qual nasceu para sistematizar as diretrizes da ideia de “integrar para não entregar”. Os recursos para o financiamento das obras para a abertura das estradas BR-230 (Transamazônica), BR-163

(Cuiabá – Santarém), BR-364 (Cuiabá – Porto Velho) e BR-174 (Manaus – Boa Vista – Pacaraima) deveriam compreender as áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Pode-se deduzir a que ponto estavam articuladas as condições para favorecer a ramificação do poderio e do lucro das grandes empresas nacionais e internacionais. Uma das prioridades da dotação orçamentária do PIN, que era de 2 bilhões de cruzeiros inicialmente, seria “executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica” (MACIEL; CARVALHO; LEMES, 2020, p. 104).

Figura 2 – Aldeias yanomami, 1979



Fonte: Site Nosso Futuro Roubado -Mapas em relatório assinado pela antropóloga Alcida Ramos em 1979, localizavam as aldeias Yanomami. Disponível em: <https://nossofuturoroubado.com.br/atual-crise-humanitaria-entre-os-yanomami-repete-tragedia-criada-pela-ditadura-militar/>.

Ou seja, o capital foi favorecido duplamente: por um lado, a ditadura bancou empresas para a construção das estradas, visando o acesso e ocupação da região; e, por outro lado, este mesmo empresariado aproveitou para ramificar seus negócios para além da construção das rodovias, indo ao encontro do incentivo dado pelo Estado ditatorial à exploração econômica selvagem da região. Essas empresas receberam benesses estatais para a exploração de minérios e madeira, a grilagem de terras e a criação de gado.

Mediante a política rodoviária estabelecida pelo PIN, de ocupar e explorar tanto quanto produzir para a Amazônia, a floresta foi rasgada em todas as direções, através de várias estradas.

Cabe notar aqui que a construção de estradas na Amazônia não foi uma invenção do período militar. Por exemplo, projetos para a interligação de Brasília, nova sede do poder político-administrativo do País, com outras regiões já existiam desde a década de 1950, a exemplo das construções das BRs Belém – Brasília e Brasília – Acre.



Mas, no período do regime militar, elas tinham como princípio central, segundo o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia (GTINAM) do Ministério do Interior, a diretriz de que “a ocupação do território amazônico deverá iniciar-se pela seleção de determinadas áreas estratégicas e de alguns centros de desenvolvimento” (LIMA, 1969, p. 29 apud MACIEL; CARVALHO; LEMES, 2020, p. 95), pois “há uma íntima correlação entre os fatores econômicos e os militares” (LIMA, 1969, p. 25 apud MACIEL; CARVALHO; LEMES, 2020, p. 93).

Esse sinal pode explicar a razão da intensificação da abertura de rodovias na Amazônia durante o governo militar, contando concluídas e inconclusas. Thiago Oliveira Neto e Ricardo Nogueira, citados por Silva e Rocha (2019), nos indicam algumas delas:

A construção de rodovias rumo à Amazônia veio a ocorrer a partir da década de [19]50, com abertura da ligação Brasília-Belém e da Brasília-Acre. Posteriormente, na década de [19]60, no governo militar, ocorreu a abertura de diversas outras rodovias e a consolidação daquelas já abertas. Neste sentido, as ligações concluídas pós-64 foram: BR-174, BR-230, BR-319, BR-401, BR-210, BR-163, BR-364, BR-307, BR-429 e BR-156. Além dessas, numerosas outras rodovias de caráter estadual federal foram construídas, bem como outras permaneceram inconclusas (OLIVEIRA NETO; NOGUEIRA, 2015, p. 173 apud SILVA; ROCHA, 2019, p. 236).

É importante notar que essa concepção envolvendo as noções de área estratégica, centros de desenvolvimentos e correlação entre elementos econômicos e militares culminou no massacre dos povos originários, porque estudos prévios mineralógicos constataram que é nas terras dos povos indígenas que se encontram as maiores jazidas de minérios.

A terra dos Yanomami constitui um exemplo importante da violência promovida pelos trabalhos de construção de estradas, com exploração de minérios por intermédio da invasão ilegal de garimpeiros.

A violência promovida tanto pela abertura da BR-210 quanto pela descoberta de ouro, diamante e cassiterita, além de outros metais preciosos, impacta esse povo até os dias de hoje, num nível que parece não ter fim. Uma espécie de extermínio anunciado, se considerarmos a incompetência e descaso do Estado brasileiro diante desse permanente massacre, conforme apontado pela CNV (BRASIL, 2014b), como veremos ainda neste capítulo.

Em sua tese de doutorado, defendida em 2012 e intitulada *A Ditadura dos Empreiteiros: empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*, Pedro Henrique Pedreira Campos tece uma visão crítica de como os projetos faraônicos do regime militar, como a BR-230, a BR-174 e a BR-210, fortaleceriam ainda mais os grupos construtores que dominaram a sua execução, como o conglomerado econômico Camargo Corrêa, que assumiu a construção da Transamazônica:



O Grupo Camargo Corrêa, por exemplo, não redundou apenas na formação da maior empreiteira do Brasil. Através de robusto processo de ramificação, o complexo empresarial controlado por Sebastião Camargo se tornou um dos principais grupos empresariais nacionais, comparado apenas às multinacionais e aos maiores conglomerados nacionais (CAMPOS, 2012, p. 100).

Da mesma forma atuaram os grupos que trabalharam na construção das estradas que dariam acesso e adentrariam a terra dos Yanomami: a BR-174 e a BR-210. A aliança entre empresariado e militares em voga teria, possivelmente, sido ainda mais íntima, pois tanto o exército quanto as empresas participaram das obras de construção dessas rodovias, facilitando ainda mais outros interesses desses grupos pela exploração de riquezas nestas regiões. A emissão de certidões negativas quanto à presença indígena, por parte da FUNAI, foi uma prática comum para justificar a concessão para exploração de minérios e madeiras nos territórios indígenas, durante a abertura de estradas como a BR-174 e a BR-210, conforme apontado no relatório da CNV (BRASIL, 2014b, p. 11), ponto 11, volume II, Texto 3, referente aos povos indígenas.

Isso pode justificar ou explicar a avalanche de empresas que adentraram a Amazônia à época para a exploração de madeira e minérios. A ditadura encontrava-se dedicada ao cumprimento da abertura do capital estrangeiro tanto em valores geopolíticos quanto naturais. Nas palavras de Carlos Fico (2004, p. 48), era um alinhamento “à expansão capitalista, ao capital internacional e ao papel dos setores da burguesia brasileira nesse contexto”.

Para completar a estrutura civil-militar do processo de “integrar para não entregar” a Amazônia, composta pela elite do capital nacional e estrangeiro e pelos próprios militares na ocupação de cargos importantes das empresas envolvidas, deve-se destacar que a ditadura definiu a circunscrição legal de execução desses projetos rodoviários e de suas ramificações de exploração madeireira e mineral, e a deixou a cargo da SUDENE, da SUDAM e da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste).

Portanto, é oportuno questionar-se: quem estava por trás da condução dessas superintendências?

A SUDECO, Associação das Empresas Agropecuárias da Amazônia, beneficiárias dos incentivos fiscais da SUDAM; FEMATO – Federação da Agricultura de Mato Grosso; a CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso, são os latifundiários de volta, mas agora reforçados por grupos econômicos estrangeiros e do sul do país. Eis alguns de seus nomes: Bradesco, Manah, Eletrobrás, Codespar, Codeara, Anderson Clayton, Magalhães Pinto, Bordon, União Paulista, Reunidas, Liquegás, Ometto, King Ranch... É necessário dizer mais? (A POLÍTICA..., 1976, p. 35).



Este registro de um coletivo anônimo de antropólogos brasileiros, publicado em livreto pela Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas portuguesa (A POLÍTICA..., 1976), contribui para entendermos que a “integração para entrega” da Amazônia tinha nome e classe dos destinatários: os grandes empresários, agropecuários, mineradores e latifundiários.

No caso específico da aliança militar e empresarial em voga aqui, devemos consultar a profunda reflexão de Campos e Vasconcelos (2021) para entendermos melhor que esta aliança vem desde a década de 1950, por meio da participação de civis empresários em Cursos Superiores de Guerra, e inversamente da admissão de militares com altas funções em empresas privadas durante a ditadura civil-militar — cursos estes realizados pela Escola Superior de Guerra, espaço de formação da Doutrina de Segurança Nacional, oriunda da importação da influência estadunidense de modo a controlar os países do Cone Sul através de golpes militares, conforme os autores.

Durante os treze anos anteriores ao golpe (1950-1964), os principais representantes do empresariado brasileiro passaram por formação em Curso Superior de Guerra: o advogado Alberto Jackson Byington Júnior, do Conselho Superior das Classes Produtoras, participou de curso de formação em escolas militares; o advogado Armando Daudt d’Oliveira, o empresário industrial Guilherme Júlio Borghoff e o advogado João Nicolau Mader Gonçalves também passaram por Curso Superior de Guerra representando a Confederação Nacional do Comércio. O Conselho Nacional de Engenharia também participou, através de Luiz Gioseff Jannuzzi, da formação militar na Escola Superior de Guerra (CAMPOS; VASCONCELOS, 2021, p. 205, 211).

Dentre os militares com altas funções em empresas privadas durante a ditadura, de acordo com Campos e Vasconcelos (2021), destacaremos o general Ernesto Geisel, presidente do conselho administrativo da empresa Norquisa S.A., o general Golbery do Couto e Silva, membro-presidente da empresa Dow Chemical, e o filho do general Arthur da Costa e Silva, ligado à Electric do Brasil, para citar alguns (CAMPOS; VASCONCELOS, 2021, p. 205, 211).

Os militares e empresários formados pela Escola Superior de Guerra, autores da Doutrina de Segurança Nacional e inventores da ideia de “integrar para não entregar”, seriam portanto os mesmos que chefiariam as empresas que executariam a abertura de estradas, efetivariam a construção de hidrelétricas e obteriam concessão para extração de minérios na Amazônia. Conforme levantado pelos pesquisadores acima, além de serem os mesmos que assumiriam o poder, deixaram elementos suficientes para uma crítica de que a noção de “integrar para não entregar” a Amazônia, adotada por essa elite civil-militar, teria sido uma marcha, possivelmente inversa, de “integrar para entregar”.

2.2 INDÍGENAS DE RORAIMA NA DITADURA À LUZ DA CNV

Esta seção descreve a abordagem da Comissão Nacional da Verdade sobre a participação dos indígenas de Roraima nos eventos da ditadura civil-militar.

2.2.1 Breve histórico de Roraima, um estado que silenciou quanto à criação de sua Comissão Estadual da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi constituída pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, e foi instalada em maio de 2012 e concluída em 18 de dezembro de 2014. A criação da CNV foi uma das grandes conquistas do governo da presidenta Dilma Rousseff, por seu esforço e coragem, já que ela própria foi torturada pela ditadura civil-militar. Mas deve-se reconhecer também que ela constitui uma conquista social, especialmente dos movimentos reivindicatórios por esclarecimentos de violações dos direitos humanos praticados pelo regime militar, bem como das demandas em defesa do direito à memória e à verdade histórica.

As graves violações dos direitos indígenas foram registradas no Volume II, Texto 5 do Relatório da CNV (BRASIL, 2014b). Ainda que a questão indígena tenha sido inserida aos trabalhos da CNV tardiamente, deve-se considerar que sua contribuição no sentido de memória, reparação e verdade tem um significado importante contra o silenciamento da história dos povos indígenas deste país.

O trabalho da Comissão resultou numa obra fundamental para o campo da pesquisa, constituindo-se como um farol para novas descobertas: um bem de valor humano, científico e histórico ímpar, disponibilizado à sociedade brasileira no ano de 2014, quando os trabalhos foram “finalizados” (aqui entre aspas seguindo a conclusão do Relatório da CNV, onde os autores nos propõem que o documento não representa um trabalho acabado ou finalizado: pelo contrário, oferece um ponto aberto para novas investigações).

A partir da CNV, várias outras comissões foram sendo criadas, em níveis estaduais e municipais, bem como comissões oriundas da própria sociedade civil: instituíram-se comissões estaduais como a Comissão Estadual da Verdade do Amapá, nomeada em homenagem a Francisco das Chagas Bezerra, o “Chaguinha”, militante opositor à ditadura; e da mesma forma Amazonas e Pará também criaram as suas comissões. No âmbito da



sociedade civil organizada, podemos citar a comissão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as universidades públicas, que também criaram suas comissões.

Roraima foi um dos estados da Federação que não constituiu uma Comissão Estadual; mas participou de atividades integrantes da CNV. A questão central das ações desenvolvidas pelos pesquisadores da CNV no contexto de Roraima esteve voltada para a dimensão indígena.

Os trabalhos da CNV foram dirigidos por sete membros nomeados pela presidenta Dilma Rousseff, os quais receberam colaboração de assessores, pesquisadores e voluntários para a realização das atividades e investigações. Entrevistas, pesquisas, visitas e escutas de depoimentos foram algumas das ações que compuseram as atividades da Comissão.

Segundo o Relatório Final da CNV sobre graves violações dos direitos humanos dos povos indígenas, disposto no Texto 5, foram levantados “ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão” (BRASIL, 2014b, p. 205). Nessa triste quadra da barbárie perpetrada pelo Estado ditatorial, Roraima ocupa posição de destaque, vergonhosamente.

Considerando os Waimiri-Atroari, grupos que habitam o sul de Roraima e norte do Amazonas, segundo os anais do XXVIII Simpósio Nacional de História (COELHO, 2015), de 1972 a 1983 houve uma baixa de 2.650 indígenas dessa etnia, um verdadeiro massacre:

Baseado em um Censo da Funai de 1972 a população de Waimiri-Atroari era de 3 mil indígenas. Em 1987 eram 420 índios e em 1983 apenas 350 pessoas, matérias foram publicadas em jornais locais sobre o desaparecimento de cerca de dois mil indígenas no estado do Amazonas, entre 1972 e 1975 (COELHO, 2015, p. 6).

Nessa mesma linha, Monteiro e Laroque (2018) apontam que os maiores confrontos entre os militares e civis que trabalharam na construção da BR-174 e os Waimiri-Atroari ocorreram no ano de 1971 “com um saldo de, aproximadamente, dois mil índios mortos” (MONTEIRO; LAROQUE, 2018, p. 76).

Além desses tristes dados, considerando os constantes ataques e violações que os povos indígenas de Roraima sofreram e continuam sofrendo por parte de madeireiros, garimpeiros e grileiros, dentre outras agressões desencadeadas pela ditadura civil-militar e que permanecem até os dias atuais, nos interrogamos por que Roraima não teve uma atuação à altura da necessidade de esclarecimentos desses crimes. O estado não devia medir esforços para formar sua comissão da verdade, produzindo, assim, importante material acerca da memória, da verdade e da justiça correlatas às violações da ditadura no que é hoje Roraima, especialmente aquelas envolvendo as sociedades originárias.



Observando a postura dos governos estaduais que tomaram iniciativas de colaborar com os trabalhos da CNV e construir suas próprias Comissões Estaduais, visando contribuir para que se acesse o direito ao saber, à memória e à História, pode-se compreender por que Roraima, embora tenha sido um dos estados com grande número de indígenas mortos ou violentados pela ação ou omissão do Estado ditatorial, não conseguiu mobilizar forças para sistematizar sua Comissão Estadual, nem protagonizou uma participação outra que não essa tão pífia.

Todavia, como está expresso no Relatório Final da CNV, a Comissão não começou e nem esgotou o arcabouço de elementos revestidos de informações, histórias e dados merecedores de investigação e pesquisa sobre a ditadura civil-militar. Esse sentimento de permanência deveria ser interpretado pela sociedade, inevitavelmente, e pelo poder público, estados e municípios, como um convite ou uma convocação, para se mobilizarem na criação de mecanismos duradouros como coletivos de discussão popular e coletivos acadêmicos, órgãos institucionais, espaços físicos e virtuais, seminários e fóruns permanentes, assim como as próprias Comissões da Verdade, para que a sociedade brasileira em todos os tempos possa ter acesso ao conhecimento de um período que jamais deve se repetir.

Nessa direção, o estado do Amapá constitui um exemplo a ser seguido. Ele foi o primeiro estado da Amazônia a criar uma Comissão Estadual da Verdade (CEV-AP), a qual “foi instituída pela Lei 1.756, em junho de 2013 pelo Executivo, para atuar junto à Comissão Nacional da Verdade” (AMAPÁ, 2017). Na plataforma online do estado há um ambiente de acesso às informações produzidas pela CEV-AP. Mas outra medida que se sobressai, com relação ao compromisso do Amapá de discutir e fomentar o conhecimento sobre a ditadura civil-militar, é a recomendação disposta no Relatório da Comissão Estadual amapaense, de inserir nos programas do ensino fundamental e médio o ensino sobre as violações aos direitos humanos praticados pela ditadura — embora, lamentavelmente, o governo que sucedeu a gestão de Camilo Capiberibe (2011-2015) não tenha efetivado tal orientação:

Lançado em 31 de março de 2017, o relatório da Comissão Estadual da Verdade do Amapá, nomeada Francisco das Chagas Bezerra, recomendou: “incluir no currículo da Educação Fundamental e do Ensino Médio, por meio do Plano Estadual de Educação, o ensino sobre as violações aos direitos humanos ocorridas na ditadura”. Tal recomendação acompanhou a proposta da Comissão Nacional da Verdade, que também ressaltou a necessidade de uma intervenção na estrutura curricular das escolas públicas de ensinos fundamental, médio e superior (PACHECO, 2019, p. 158).

Roraima talvez seja um dos poucos estados brasileiros que ainda não experimentou a administração de um governo de orientação partidária progressista. Durante o nascimento e



existência da CNV, entre 2012 e 2014, ano de apresentação do seu Relatório Final, historicamente o estado seguia governado por políticos de direita, contrários às ações em defesa dos direitos indígenas.

É o caso do ex-governador José Anchieta Júnior (PSDB), que governou Roraima de 2007 a 2014. Anchieta foi defensor da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em ilhas. Engenheiro civil de formação, nunca havia concorrido em uma eleição quando foi escolhido por Ottomar de Sousa Pinto⁵ para ser seu candidato a vice-governador nas eleições de 2006. Ottomar venceu as eleições, mas, por decorrência de sua morte em 2007, Anchieta assumiu o governo de Roraima, que exerceu de 2007 a 2014.

A história política de Roraima no período contemplado pelos trabalhos da CNV (de 1946 a 1988) foi de administrações militares em sua grande maioria. Por sua condição de Território Federal, durante o período do regime militar, Roraima recebia seus governadores biônicos indicados pela ditadura.

Com o fim do regime de exceção, Ottomar de Sousa Pinto, militar e político criado pela ditadura, passou a dominar o cenário político de Roraima, vencendo as eleições ou elegendo seus candidatos até a sua morte, em 2007. Foi, de 1979 a 1983, o governador indicado pela ditadura; e, com o fim da mesma, se tornou o primeiro governador eleito com o voto popular de Roraima em 1990, governando de 1991 a 1994. Em 2004, assumiu o governo do estado novamente, em decorrência da cassação do então governador Flamarion Portela (2002-2004), decorrente de um ação impetrada por Ottomar Pinto de compra de votos, crime confirmado pela justiça eleitoral.

Esse cenário de domínio de políticos militares ou de extrema direita com raízes e matizes oriundos da Arena, isto é, da ditadura civil-militar, pode nos ajudar a entender por que Roraima não constituiu sua Comissão Estadual da Verdade, e tampouco mobilizou esforços ou fez qualquer sinal nesse sentido. Considere-se que Roraima é terra de políticos militares, de Romero Jucá até Antônio Denarium, atual governador, que, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, publicada em 30 de janeiro de 2023, defendeu que os indígenas “têm que se aculturar e não podem mais ficar no meio da mata, parecendo bicho”.

Na próxima seção, discutiremos o caso dos Waimiri-Atroari e dos Yanomami na CNV, objetivando produzir tal análise de modo ajustado para que seja aplicada no ensino da história da ditadura civil-militar em Roraima para alunos do 9º ano do ensino fundamental —

⁵ Nascido em Pernambuco, seguiu carreira militar e serviu na região amazônica, como egresso do Curso de Formação de Oficiais da Escola de Aeronáutica Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. Político da ARENA e do PDS, foi nomeado governador do então Território Federal de Roraima pelo presidente João Figueiredo, administrando o território entre os anos de 1979 e 1983..



considerando que esses povos originários foram, no contexto de Roraima, umas das populações mais impactadas pelo regime ditatorial, e que mais resistiram contra esse regime.

Com isso, pretendemos colocar em debate a questão indígena no contexto da história desse período, e tirá-la do silêncio, falar da sua existência, já que as forças dominantes, neste caso, sempre agiram para naturalizar a sua inexistência. Para isso, nossa análise estará pautada em discutir a história indígena durante a ditadura civil-militar brasileira de 1964-1985) na educação básica, em contexto roraimense.

2.2.2 Protagonismo indígena e apoios internacionais: o caso dos Waimiri-Atroari e Yanomami

Um dos primeiros enfoques da CNV, em seu relatório das graves violações dos direitos humanos dos povos indígenas (Texto 5), no campo da resistência ou enfrentamento a essa barbárie, diz respeito à participação internacional. Isso é compreensível, uma vez que os povos indígenas estavam sendo massacrados pelo próprio Estado brasileiro.

E uma das causas centrais da mobilização internacional [era] o extermínio dos povos Waimiri-Atroari e Yanomamis, entre outros. Entre os anos de 1970 e 1971 foram realizadas três missões internacionais no Brasil, sob influência da apuração dessas missões da hecatombe indígena promovida pela ditadura, denúncias de violações aos direitos humanos contra o Brasil foram enviados ao Tribunal Internacional Russell⁶ II, realizado nos anos de 1974-1976. A condenação do Brasil nos casos dos Waimiri-Atroari e Yanomami, aconteceu entre os dias 24 a 30 de dezembro de 1980, na Holanda durante a “quarta sessão desse tribunal internacional, realizado em 1980 em Roterdã. Nessa sessão foram julgados os casos Waimiri-Atroari, Yanomami, Nambikwara e Kaingang de Mangueirinha, tendo o Brasil sido condenado (BRASIL, 2014b, p. 208).

Nada parava o desmonte dos militares, dos órgãos e seus agentes: existia um sentimento de confiança, uma sensação de segurança, uma permissão para oprimir, praticar maus-tratos, torturar, perpetrar intolerância, intimidação e ameaças diante de qualquer tentativa de ser ouvido, de explicar, de recorrer contra injustiças — uma espécie de “indústria do terror”. Existia o que chamaríamos hoje de um Estado do terror, “empoderado e naturalizado” pelo movimento do poder praticado por órgãos e agentes que se complementavam: falavam e praticavam violações numa sintonia e padronização que instituía uma impressão de

⁶ As sessões do Tribunal Russell II foram realizadas em Roma e Bruxelas e dedicaram-se às graves violações dos direitos humanos no Brasil, no Chile, na Bolívia e no Uruguai. No caso do Brasil, a violação dos direitos humanos consta em alguns dos documentos da Primeira Sessão do Tribunal Russell II, realizada em Roma, de 30 de março a 5 de abril de 1974, na qual esse “tribunal de opinião”, na ausência de um Tribunal Penal Internacional e em nome da consciência dos povos, debateu e julgou a ditadura civil-militar brasileira (TOSI; FERREIRA, 2014).

normalidade. Foram 21 anos desse Estado terrorista institucionalizado, e a Amazônia foi um palco de sua destruição, entreguismo de riquezas naturais e extermínio de povos originários.

Ademais, a grande mídia brasileira agia como braço direito do regime para massificar, com seu poderio de naturalização, o terror do Estado. Sobre essa atuação colaboracionista da mídia, uma simples análise da cobertura dos grandes canais sobre o Tribunal Russell (Figura 3) é suficiente para identificarmos o boicote ou deboche da grande mídia perante o caso. O jornal *Porantim*⁷ de dezembro de 1980 repercute com clareza a infame intenção dos grandes veículos de distorcer a interpretação dos fatos ou reduzir a importância do Tribunal Internacional:

O jornal *O Globo*, expressamente, defende que a Funai proíba a viagem do líder indígena Mário Juruna, eleito para presidir o Tribunal Russel, para Roterdã, Holanda. Conforme matéria do jornal *Porantim* de dezembro de 1980, disponibilizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), citando a matéria do Jornal *O Globo* “a proibição da ida de Juruna ao Tribunal Russel, deveria esgotar na esfera do órgão incumbido da política indigenista” (CIMI, 1980)

Figura 3 – Tribunal Russell condena o Brasil por genocídio yanomami e waimiri-atroari



Fonte: Instituto Socioambiental/ISA. Acessado em 15/02/2024.

⁷ Jornal do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), fundado em 1979 e ainda em circulação.



Como de praxe, mais uma vez o Estado da ditadura utiliza-se de suas autoridades e órgãos oficiais para violar os direitos dos povos indígenas. A proibição de Mario Juruna de participar do Tribunal Russell, articulada pela própria FUNAI e outras autoridades, tinha o propósito de evitar que a ditadura fosse denunciada pela prática de genocídio contra as populações indígenas.

Nessa linha de inversão dos fatos, conforme ilustrado pela matéria do jornal *Porantim*, alinhou-se ao jornal *O Globo* praticamente toda a grande mídia, como o *Estadão*, a *Folha de S. Paulo*, o *Jornal do Brasil* e o *Jornal de Brasília*. Pesquisas como a do jornalista Audálio Dantas (2014), intitulada *A mídia e o golpe militar*, sobre a ditadura e a imprensa, contribuem para explicar por que a imprensa brasileira se curvou e defendeu os interesses do regime. A grande mídia foi um dos setores que mais lucraram e cresceram durante a ditadura civil-militar.

Seria, portanto, um suicídio anunciado, para os povos indígenas, tentar obter uma resposta desse Estado terrorista em relação ao massacre que sofriam dos órgãos institucionais que deveriam protegê-los, como o SPI, a FUNAI, os governos locais etc. Dessa forma, lideranças indígenas procuraram nas instituições e tribunais internacionais de defesa dos direitos humanos ajuda para conter a barbárie institucionalizada que o regime militar impunha aos seus povos.

A mobilização internacional das lideranças indígenas brasileiras se fortalece na medida em que estava acontecendo uma onda mundial de ações em defesa dos direitos humanos, influenciada por atrocidades como as acontecidas na Guerra do Vietnã, nas ditaduras militares pela América Latina e em outros desdobramentos da Guerra Fria.

Esse ativismo internacional, além de causar reflexos que contribuíram para a condenação de países como o Brasil pelo Tribunal Russell no caso dos massacres dos Waimiri-Atroari, dos Yanomami e de outros povos indígenas, também pressionava pela responsabilização dos governos nacionais que abrigavam violações aos direitos humanos.

No Brasil:

Em 1967, houve uma CPI na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul e, no mesmo ano, uma comissão de investigação do Ministério do Interior produziu o Relatório Figueiredo, motivo da extinção do SPI e criação da Funai. Três missões internacionais foram realizadas no Brasil entre 1970 e 1971, sendo uma delas da Cruz Vermelha Internacional (BRASIL, 2014b, p. 208).

Mas, de fato, o regime militar acabava sufocando essas iniciativas; e, embora a investigação desses organismos tenha resultado em riquezas de informações, dados e provas

de transgressões, como foi o caso do Relatório Figueiredo, poucos foram responsabilizados e punidos.

Em defesa do debate de pautas marginalizadas no ensino da história da ditadura, vale frisar que a mística de que na Amazônia não houve ditadura tem um significado e uma intencionalidade para quem a defende e propaga, isto é, para a elite local, que avultou seus negócios com a construção das rodovias e a atuação dos grileiros, dos madeireiros, dos garimpeiros, dos mineradores, dos pecuaristas, dos arroteiros e dos chamados “pioneiros”.

Estes grupos declaradamente passariam a criminalizar os povos indígenas como os culpados pelo “atraso econômico” de Roraima, afirmando que há “muita terra” para “poucos indígenas”. São os mesmos que recentemente se mobilizaram nas praças, ruas e até em frentes de quartéis do exército de Boa Vista (Figura 4) reivindicando a volta da ditadura (LUCKEZIE, 2022).

Diante do exposto, torna-se fundamental discutir a desmistificação de falsas interpretações como a de que na Amazônia não houve ditadura, e de que os povos indígenas aceitaram pacificamente o Estado ditatorial.

Se no Centro-Sul do País, por exemplo, artistas, políticos e intelectuais recorreram ao exílio para não serem vítimas do regime, mas de lá do seu exílio lutaram contra o mesmo regime, os povos indígenas, em meio ao massacre pelos militares, também recorreram à ajuda internacional para resistir.

Este é um ponto, na nossa visão, que pode ser usado como elemento fundamental de contribuição para a desconstrução de míticas que tanto violaram e violam a vida amazônica. Trazido para o campo da educação, consiste num subsídio de reflexão para professoras e professores, apoiando a desconstrução de mitos como o de que não houve ditadura na Amazônia ou de que não houve resistência indígena ao regime, caracterizando os indígenas como pacíficos, quando na verdade o protagonismo indígena foi capaz de articular e mobilizar atenção internacional frente ao massacre que a ditadura realizava na Amazônia.

Como vimos, foi a partir da luta indígena que a ditadura começou a sofrer suas primeiras punições nos tribunais internacionais, e outras derrotas frente à pressão internacional e interna. No âmbito doméstico, os questionamentos se deram, por exemplo, através da formação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), ainda que com resultados barrados pelos desmandos da ditadura.

Figura 4 – Bolsonaristas protestam por intervenção militar



A política de massacre executada pela ditadura contra os povos indígenas, manejando a condição de inimigo interno imposta a esses povos, anunciava o não reconhecimento dos indígenas como sujeitos de direito. Mas o que isto significou na prática? De que modo os militares tentaram forçar a inexistência dos povos indígenas enquanto sujeitos de direito? É o que abordaremos a seguir, levando em consideração o caso dos povos Yanomami.

2.2.3 Yanomami: várias frentes de ataque e massacre

Diversas foram as práticas e métodos de violência utilizados pela ditadura contra os povos indígenas: maus-tratos, perseguições, prisões, desaparecimentos, assassinatos, estupros, violência psicológica, esbulho e remoção de suas terras. Além de outras, como a tentativa de abolição desses grupos enquanto sujeitos de direito. Esse tipo de violência significou também um ataque à história do Brasil e, portanto, um ataque visando anular a participação dos indígenas na formação da sociedade brasileira.

A respeito de algumas das práticas que a ditadura perpetrrou tentando obliterar a dimensão dos indígenas como sujeitos de direito, vamos nos ater ao caso dos povos Yanomami à luz da CNV Povos Indígenas (BRASIL, 2014b), Volume II, Texto 5. As atrocidades advindas do contato, da atração e das remoções forçadas promovidas pelas forças ditatoriais na efetivação do empreendimento rodoviário que rasgou a terra dos Yanomami são consideradas como tentativas de abolir os indígenas enquanto sujeitos de direitos (BRASIL, 2014b, p. 212).

O ano de 1968 foi marcado pelo endurecimento da ditadura civil-militar: foi o ano da edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), cujo objetivo era reprimir rigorosamente quaisquer tentativas de resistência contra o regime. No caso dos povos indígenas, “a política indigenista



a partir de 1969 inova também ao querer apressar o que entende como uma desindianização” (BRASIL, 2014b, p. 213).

Isto é, o método de “contato, atração e remoção” visava a assimilação indígena à sociedade nacional, culminando, segundo queriam os militares, no seu desaparecimento étnico, por colocá-los na condição que eles chamariam de emancipados. “O Ministro do Interior, Rangel Reis, declarou à CPI da FUNAI em 1977 que o objetivo permanente da política indigenista é a atração, o convívio, a integração e a futura emancipação” (BRASIL, 2014b, p. 211).

A partir da edição do PIN no ano de 1970, que exigia imediatamente a abertura de estradas, sendo Roraima atingida pela BR-174 e pela Perimetral Norte (BR-210), o endurecimento na política indigenista dos militares é revelado, “inclusive com a criação de presídios para indígenas” (BRASIL, 2014b, p. 208). A guerra já havia sido declarada: como exemplo disso, citemos a notificação do general Gentil Nogueira Paes⁸, chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA), através de ofício à FUNAI sobre o uso da violência armada, em novembro de 1974, caso houvesse alguma tentativa de resistência contra os trabalhos de abertura das estradas.

O pensamento dos militares, de ocupação da Amazônia, argumentava que a região era um espaço vazio, e por isso o modo atroz de abertura de estradas ignorou os povos originários. Mas, conforme a CNV (BRASIL, 2014b), a forma como a FUNAI sob, a presidência do general Bandeira de Mello⁹, empregou a política de contato, atração e remoção de indígenas de seus territórios, para garantir o prosseguimento das rodovias e atender os interesses de grupos econômicos, foi mais do que ignorar as sociedades indígenas: significou também o início de uma era da morte da “mãe terra”, como dizem os povos originários, ou seja, um processo de extermínio desses povos e da floresta:

Denúncias de que as transferências forçadas não serviam apenas para viabilizar obras de infraestrutura, mas também para liberar terras indígenas para a implantação de projetos agroindustriais são frequentes na CPI da Funai de 1977. O sertanista Cotrim Neto reforça esse ponto, afirmando que “seu trabalho na Funai tem se limitado a simples administrador de interesses de grupos econômicos e segmentos nacionais, dada a política de concessão de áreas indígenas pela Funai” (BRASIL, 2014b, p. 209).

⁸ Gentil Nogueira Paes (1914-): general de brigada. Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção do Exército no ano de 1974, um dos 377 apontados pela CNV como responsáveis por crimes na ditadura (G1, 2014).

⁹ Bento José Bandeira de Mello (1917-2005): general de divisão. Chefe do Estado-Maior do I Exército de maio a agosto de 1971. Deixou a função para assumir a chefia do Estado-Maior do IV Exército, cargo que exerceu até agosto de 1972, quando voltou a chefiar o Estado-Maior do I Exército. Foi chefe do gabinete do ministro do Exército Sylvio Frota, de agosto de 1974 a outubro de 1977. É mais um dos 377 apontados pela CNV como responsáveis por crimes na ditadura (G1, 2014).



Observa-se que a hecatombe indígena é institucional. Os órgãos oficiais agiam conjuntamente: de um lado, através da SUDAM, responsável pelo financiamento das obras, a qual era dirigida por grupos agropecuários (A POLÍTICA..., 1976); do outro lado, através da FUNAI, que executava a política da morte através do contato, atração e remoção forçadas.

Vejamos o caso dos Yanomami como uma política da morte. Para isso, recorreremos à resposta de Jarbas Passarinho¹⁰, tenente-coronel do exército paraense, que assumiu arbitrariamente o governo no Pará (1964-1966) com a implantação do golpe de 1964, e mais tarde, na condição de ministro da Justiça (1990-1992), reconheceria a mortandade Yanomami decorrente de doenças ocasionadas pelo contato da invasão de garimpeiros à terra deles, favorecido pela abertura da Perimetral Norte (BR-210).

Logo que o Projeto Radam evidenciou a presença de ouro no subsolo, e a Perimetral Norte levou o acesso até a terra milenarmente ocupada pelos Yanomami, que aconteceu? A morte de mais de 50% da tribo de Catrimani, causada por gripe e doenças, que não são mortais para nós, mas o são para índios não-aculturados. Não foi só nessa tribo, mas em várias outras, onde que se deu a presença dos garimpeiros. Eles poluíram os rios com mercúrio, afastaram a caça pelo barulho, provocaram a fome e a desnutrição dos índios, enquanto contra nós avolumava-se a acusação de que praticávamos o genocídio. Não era exagerada a denúncia (PASSARINHO, 1993, p. 15-17 apud BRASIL, 2014b, p. 210).

Despreparadas, não vacinadas, com alguns até doentes: assim podem ser caracterizadas as equipes que atuaram nas frentes de contato, atração e remoção de indígenas. Ora, assim como Jarbas Passarinho, essas equipes eram sabedoras de que doenças como gripe, sarampo, rubéola e malária eram mortais para os indígenas — claro que sabiam, pois uma de suas tarefas eram as ações de vacinação.

Como no caso do povo Yanomami, os Waimiri-Atroari igualmente experimentaram uma violência absurda: em pouco mais de dois anos, como vimos anteriormente, 2 mil indígenas foram mortos. A FUNAI tinha equipes de saúde formadas sem critérios de atenção à saúde étnica. Na gestão de Romero Jucá (1986-1988) como presidente do órgão, indigenistas e pessoas integrantes de missões religiosas, por exemplo, foram retirados de aldeias ou polos Yanomami durante as mortandades por epidemias de gripe e malária. No último ano à frente da FUNAI, Jucá chegou a propor uma redução de 75% do tamanho da Terra Indígena Yanomami.

A título de mais esclarecimento, citemos outras iniciativas anti-indígenas de Romero Jucá. Como presidente da FUNAI (1986), ele foi omissos no combate ao avanço do garimpo

¹⁰ Jarbas Passarinho (1920-2016): Tenente-coronel do exército paraense, membro da cúpula do Comando Militar da Amazônia (CMA), que assumiu arbitrariamente o governo no Pará com a implantação do golpe de 1964.

ilegal através da expansão de uma antiga pista de pouso, na região do Paapiu e do Couto de Magalhães, na fronteira do Brasil com a Venezuela, na Terra Indígena Yanomami. Essa foi uma das principais pistas, se não a principal, que deu acesso à massa dos 80 mil garimpeiros que invadiram as terras indígenas durante a década de 1980 (Figura 5).

Jucá apresentou ao seu padrinho político, o ex-presidente José Sarney, o plano do “Projeto Meridiano 62”, que consistia na criação de reservas garimpeiras em áreas de maior concentração de lavras, permitindo a atividade por dois anos (RODRIGUES, 2012, p. 73). Em seu livro *A barriga morreu*, que versa sobre o genocídio Yanomami, o italiano Luigi Eusebi (1991) relata que Romero Jucá é o “homem dos 35 garimpeiros”, pois, como senador pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL), foi pai do Projeto de Lei 1.610 de 1996, objetivando a liberação de mineração em terras indígenas.

Em 2014, Jucá pediu a retirada desse projeto, que tramitava na Câmara dos Deputados. Mas, nas suas campanhas eleitorais para tentar voltar ao Senado Federal em 2018 e 2022, circulava em grupos de redes sociais um discurso dele defendendo a legalização dos garimpos em Roraima. Ou seja, o projeto ficou por 18 anos esperando um momento oportuno para ser aprovado, caso contrário teriam-no arquivado. Jucá perdeu em ambas as disputas, por uma diferença de 434 votos (para Messias de Jesus) e de 27.329 votos (para Iran Gonçalves), respectivamente, mas ainda figurou como o segundo candidato do estado mais bem votado ao Senado.

Figura 5 – Destruição do garimpo ilegal em terra yanomami



Cicatrizes da atividade garimpeira próxima ao rio Couto de Magalhães, na TI Yanomami, nesta mesma região, em 1986, Jucá permitiu que o garimpo ilegal avançasse a partir da ampliação de uma antiga pista de pouso (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real). Fonte: <https://reporterbrasil.org.br/2021/06/romero-juca-o-maior-inimigo-dos-yanomami/>



Dito isto, observa-se que a ditadura empregou várias frentes de tentativa de extermínio aos Yanomami, desde o contato pela abertura de estradas, até a omissão de assistência à saúde, passando pela convivência com a mineração ilegal e a invasão de garimpeiros.

Após o brevíssimo panorama sobre as permanências com relação ao ataque aos povos indígenas, retornemos à apresentação e análise da documentação da CNV. No tópico 7 do relatório da CNV sobre povos indígenas (BRASIL, 2014b), encontra-se a próxima menção sobre os Yanomami, na seção intitulada “Virtuais inimigos internos: índios como questão de segurança nacional”. Nesse ponto, enfatiza-se a abertura e imediato abandono da pista de pouso Paapiu, desta vez em nome do projeto Calha Norte¹¹ como a salvação das “ameaças” às fronteiras nacionais.

2.3 SAÚDE, UMA VIA NA ESCALADA DO EXTERMÍNIO: YANOMAMI

O Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA) foi criado em 1956, decorrente da experiência da expedição Roncador-Xingu, na década de 1940, de atenção à saúde indígena e de vacinação preventiva, por iniciativa do médico e indigenista Noel Nutels. De acordo com a CNV (BRASIL, 2014b), o SUSA e outras unidades de complementação de seu trabalho, como as Unidades de Atendimento Especial (UAE), no ano de 1968, foram atacadas por meio da cessação de contratação e renovação de pessoal, justamente num período em que se iniciariam as ações do PIN, com aberturas de estradas e, consequentemente, frentes de contato, atração, remoção e concentração de povos indígenas.

Essas frentes, marcadas (notadamente a partir de 1968) por redução de recursos e equipes técnicas, consolidam as ações de atenção à saúde indígena do regime militar como um ministério campanhista, ocasionando omissões de toda natureza. Nesse cenário de abandono e descasos, os Yanomami foram vítimas centrais:

Na divisão de saúde da Funai, as equipes só realizavam viagens esporádicas às áreas indígenas e “a maior parte dos recursos... era gasta com salários, transportes e diárias e com a remoção de doentes e pagamentos de serviços médicos em hospitais das cidades” (COSTA, 1987, p. 396). Um dos exemplos mais bem documentados de omissão de vacinação preventiva ocorre com os Yanomami, entre os quais estava sendo construída a rodovia Perimetral Norte. Em 1975, uma campanha de vacinação de três semanas é reduzida a dois dias e meio. A Divisão de Saúde da Funai é acusada de se negar a vacinar os índios da região de Surucucus. Ao todo, apenas 230 índios da área da Perimetral e da missão Mucajaí foram vacinados (BRASIL, 2014b, p. 212).

¹¹ O Calha Norte foi um projeto elaborado de modo sigiloso pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, cujo objetivo era de proteger a fronteira norte País país de alegadas “ameaças” internas e externas. Para mais informações sobre o projeto Calha Norte, ver Diniz (1994).



Eram campanhas desastrosas. Os Yanomami, em decorrência da Perimetral Norte, por serem povos recém-contatados pelas frentes de trabalho e por essas equipes de saúde, sofreram uma das maiores depopulações entre os povos indígenas, resultado da omissão da política de saúde da ditadura civil-militar. O Quadro 1, abaixo, expõe a escalada genocida à qual os Yanomami foram submetidos por essa política da morte decorrente da abertura da BR-210, a Perimetral Norte:

Quadro 1 – Abertura da BR-210 e impactos aos Yanomami

Em meio à abertura da BR-210 (Perimetral Norte)	Impactos aos Yanomami
Em 1974, a primeira epidemia e a dinâmica do contato descontrolado produziram a desestruturação social e sanitária das aldeias da região.	Vitimou 20 Yanomami.
Região do rio Ajarani e afluentes, limite entre os estados de Roraima e Amazonas, obras do trecho de Caracarái (RR).	Impactou diretamente cerca de 250 Yanomami.
Região do rio Catrimani, entre os estados de Roraima e Amazonas, no trecho Caracarái (RR).	450 Yanomami impactados.
Trecho São Gabriel da Cachoeira – rio Padauri (AM).	Atingiu cerca de 400 Yanomami da região.
O coordenador do Plano Yanomama protestou formalmente sobre o fato de que tiveram apenas dois dias e meio para realização de vacinação, sendo que as atividades do plano previam três semanas.	-
A Divisão de Saúde da FUNAI se negou a vacinar os índios da região de Surucucus (RR) da área da Perimetral Norte.	Ao todo, apenas 230 índios da área da Perimetral e da missão Mucajaí foram vacinados.
Como consequência dessa situação de omissão do órgão indigenista, diversas epidemias de alta letalidade, como sarampo, gripe, malária, caxumba e tuberculose, além da contaminação por Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), eclodiram entre os Yanomami.	Algumas aldeias reduziram-se a 2% da população, outras a 50%. Na região do rio Apiaú (RR), leste do território yanomami, estima-se que cerca de 80% da população tenha morrido, enquanto que, no vale do rio Ajarani (RR), a população de 400 Yanomami, até 1969, reduziu-se para 79 indivíduos em 1975.
Fonte: Elaboração do autor com dados da CNV (BRASIL, 2014b).	

Caminhando para o final da reflexão sobre a omissão da política de saúde do regime militar, a CNV cita o depoente yanomami Santarém, sobre a desregulamentação causada aos povos indígenas pela construção da Perimetral Norte:

Depois da estrada, a doença não saiu. A doença ficou no lugar da Camargo Corrêa. Até hoje o governo federal não assumiu a responsabilidade de cuidar da saúde que ele estragou, deixou espalhar doença nas aldeias. As doenças mais frequentes são



pneumonia, malária, tuberculose. Não tinha nada disso aqui antes da estrada (BRASIL, 2014b, p. 231).

Dessa maneira, a omissão foi uma arma utilizada pelo Estado da ditadura para promover, entre os povos indígenas, deslocamento forçado, fome, epidemias e mortes. No caso dos Yanomami, como mencionado por Santarém, essa atrocidade não findou: ela continua. Reconheçamos a fome, a doença e os assassinatos que a “nova” invasão de 20 mil garimpeiros à Terra Yanomami causou, pela omissão durante o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), que, na verdade, foi um presidente incentivador do garimpo em terras indígenas.

Há outro trecho em que os Yanomami aparecem em evidência na CNV, agora no subtítulo “Invasões, garimpo, desassistência e morte”. Após a descoberta de minérios no subsolo da região Yanomami pelo projeto Radam¹², a área se transformaria na mais nova Serra Pelada¹³ da Amazônia.

No ano de 1975, iniciou-se a exploração de cassiterita¹⁴ em grande escala na Serra das Surucucus; mas logo, com a invasão de garimpeiros, o ouro assumiria o desejo maior dos mesmos. Aproximadamente 21 mil quilômetros quadrados foram atingidos pela garimpagem, abrangendo os rios Mucajaí, Couto de Magalhães, Érico e Uraricoera. Mais de 100 pistas de pouso clandestinas foram construídas para atender à famigerada exploração de minérios, dos quais foram contrabandeadas de duas a três toneladas.

Nesse ínterim, a Terra Yanomami tardou a ser demarcada. Foi assim reconhecida apenas em 15 de novembro de 1991, e homologada em 25 de maio de 1992, num flagrante apoio do poder público à invasão garimpeira ocorrida na gestão de Romero Jucá como presidente da FUNAI. Em 1986, a região de Paapiu e Couto Magalhães, após ampliação de uma pista de pouso realizada pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (CAMA), se encontrava praticamente abandonada pelo Estado, permitindo-se o acesso da garimpagem nessa região. Sem essa extensão da pista, dificilmente o garimpo teria estrangulado uma área assim distante, de difícil acesso e sem pelotões do exército.

¹² “O projeto Radam, Radar da Amazônia, foi criado pelo ministro das Minas e Energia Shigeaki Uéki, no governo Ernesto Geisel. Esse programa trabalhou com um avião Caravelle, numa altitude de 11 mil metros e velocidade média de 690 km/h, utilizando um tipo de radar específico que enxergava a terra através das nuvens, dia e noite. Seu trabalho coletou dados sobre recursos naturais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia. O Brasil não se conhecia até então. Vários rios foram realocados nos mapas; identificaram-se ilhas que não eram ilhas, penínsulas que eram cercadas por água, e vastos recursos minerais” (STUMPF, 2024).

¹³ Neste link, podem-se apreciar imagens da região, em matéria publicada na *Folha de S.Paulo*: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/38073-serra-pelada>.

¹⁴ É um dióxido natural e principal minério de estanho (SnO₂), utilizado na produção de tintas, plásticos e fugincidas.



Aí está uma luz nada turva para quem insiste em balburdiar que na Amazônia, inclusive em Roraima, não houve ditadura. Foi assim que os braços da ditadura — a FUNAI, o CMA, o PIN — agiram na floresta, nos extremos da Amazônia setentrional.

Dorival da Costa dos Santos (2001, p. 23) sobre a singularidade das formas de resistência ao regime militar no Amapá, dizia: “uma coisa é resistir numa metrópole, onde o anonimato é possível, outra é resistir em uma sociedade quase aldeã, onde as relações de vizinhança e interpessoais imperam”. Nessa esteira, destacamos o apontamento da CNV sobre como é imperativo trazer à luz a história da ditadura entre os Yanomami:

Ao falar das epidemias de malária que abateram os Yanomami, o xamã e líder Davi Kopenawa, em seu depoimento à CNV, sintetiza o quanto trazer à luz essas histórias é determinante, ainda hoje, para o seu povo: Eu não sabia que o governo ia fazer estradas aqui. Autoridade não avisou antes de destruir nosso meio ambiente, antes de matar nosso povo. [...] A Funai, que era pra nos proteger, não nos ajudou nem avisou dos perigos. Hoje estamos reclamando. Só agora está acontecendo, em 2013, que vocês vieram aqui pedir pra gente contar a história. Quero dizer: eu não quero mais morrer outra vez (BRASIL, 2014b, p. 231).

Ou seja, a ditadura na Amazônia, em Roraima, no Amapá e no Pará, para os povos indígenas, para a floresta, foi diferente daquela ocorrida nos grandes centros urbanos do Centro-Sul do País, mas igualmente violenta, devastadora, genocida, torturadora, repressiva, com desaparecimento de inocentes e assassinatos.

Lá, o Estado terrorista evidenciou-se através do DOI-CODI e do DOPS; na Amazônia também, mas a FUNAI, o CMA, e o PIN tiveram atuação que se confunde com a dos primeiros.

Assim como Davi Kopenawa, que não sabia qual “governo” era aquele, e o que ele reservaria para seu povo — lembrando que Davi é um sujeito da floresta —, talvez o aluno da Educação Básica, de lá para cá, pouco saiba da história da ditadura na Amazônia, ou careça da oportunidade de saber, até mesmo para não se deixar levar com facilidade pelas vozes negacionistas de que não houve ditadura na região.

É preciso fomentar esse debate nas aulas de História da educação básica. Essa História é a história dos nossos alunos, dos seus ancestrais, dos seus rios, florestas, serras, pescados, de suas drogas do sertão. A pauta indígena deve ser posta na mesa para discussão: não só na perspectiva da ditadura, que é o enfoque central aqui, mas também na da história da relação dos Macuxi e Wapichana com as fronteiras que correspondem hoje à tríplice fronteira de Brasil, Venezuela e Guiana; ou na da história da relação da colonização do vale rio Branco com os indígenas Manaos. Falar dessas histórias é falar da história de Roraima e da Amazônia.



2.4 BR-174, A ESTRADA DO EXTERMÍNIO DOS WAIMIRI-ATROARI

“Fechamos” este segundo capítulo com um subtítulo refletindo, sinteticamente, o ataque da ditadura civil-militar contra os Waimiri-Atroari, sob o olhar da CNV (BRASIL, 2014b). A maneira como o Estado da ditadura tramou, invadiu e executou contra o território e a vida desses povos, face aos interesses de construção da BR-174, da exploração de minérios por grupos econômicos e da construção da hidrelétrica de Balbina, levou o Brasil a ser condenado no Tribunal Internacional Russell II, em 1980. Evidentemente, não pode ficar de fora desse debate a resistência dos Waimiri-Atroari.

Começamos a reverberar este tópico pela resistência desses povos. Uma característica histórica dos Waimiri-Atroari está na sua força de resistência e luta em defesa de seu território, de sua gente: são povos guerreiros, aguerridos nos conflitos com outros povos indígenas, e até mesmo em investidas de ataque do próprio Estado.

O contato com os Waimiri-Atroari já havia sido tentado desde o início do século, mas não havia tido sucesso em razão da abundância de malocas indígenas em diferentes rios e da resistência dos índios à invasão de seu território. Assim, sabia-se que a abertura da BR-174 não seria uma tarefa fácil e deveria ter amplo apoio militar (BRASIL, 2014b, p. 234).

Pelas marcas da exploração, escravização e esbulho de seus territórios originalmente ocupados, que o Brasil imprimiu aos povos indígenas da colonização aos dias de hoje, deve-se entender que esse aspecto combativo dos Waimiri-Atroari a que nos referimos, presente em outras etnias brasileiras, constitui, considerando o contexto em tela, uma expressão de defesa de sua existência como povos originários, e não um atributo “selvagem” ou “arredio”.

Todavia, o regime militar agiu de modo a ignorar a cultura desses povos. Em meio ao plano de cortar seu território ao meio, para atender aos interesses do traçado da BR-174, assim agiria o exército caso os indígenas tentassem resistir: “Esse Cmdo., caso haja visitas dos índios, realiza pequenas demonstrações de força, mostrando aos mesmos os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição pelo uso de dinamite” (BRASIL, 2014b, p. 234).

Essa postura ou orientação está contida no ofício nº 42-E2-CONF, assinado pelo general de brigada Gentil Nogueira Paes, em 1974, endereçado à FUNAI. Ou seja, observa-se que FUNAI e exército agiam sintonizados em práticas de violência, contra os direitos e a vida dos povos indígenas. Dado isso, pode-se entender por que o Estado terrorista agiu de modo tão atroz contra os Waimiri-Atroari.



Nesta mesma linha de extermínio, o Coronel Arruda, comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção, declarou que “A estrada é importante e terá que ser construída, custe o que custar. Não vamos mudar o seu traçado. Não vamos parar os trabalhos apenas para que a Funai complete a atração dos índios” (BRASIL, 2014b, p. 235).

A estrada citada é a BR-174, construída entre 1970 e 1977. E assim o regime militar procedeu e executou. Os depoimentos coletados pelo indigenista Egydio Schwade entre os indígenas revelam a operação de guerra lançada pelo exército contra os Waimiri-Atroari:

Kramna Mudî era uma aldeia Kiña que se localizava na margem oeste da BR-174, no baixo rio Alalaú [RR] [...]. No segundo semestre de 1974, Kramna Mudî acolhia o povo Kiña para sua festa tradicional. Já tinham chegado os visitantes do Camanaú e do Baixo Alalaú. O pessoal das aldeias do Norte ainda estava a caminho. A festa já estava começando com muita gente reunida. Pelo meio-dia, um ronco de avião ou helicóptero se aproximou. O pessoal saiu da maloca pra ver. A criançada estava toda no pátio para ver. O avião derramou um pó. Todos, menos um, foram atingidos e morreram [...] Os alunos da aldeia Yawará forneceram uma relação de 33 parentes mortos neste massacre (BRASIL, 2014b, p. 235).

Para completar o massacre dos Waimiri-Atroari, além das operações de extermínio do exército, o Estado terrorista promovia outras frentes de ataque:

[...] a Usina Hidrelétrica de Balbina [AM] inundou cerca de 30 mil hectares do território Waimiri-Atroaris; Com o decreto de Figueiredo, as mineradoras Timbó/Parapanema e Taboca puderam se estabelecer numa área de 526.800 hectares dentro da reserva Waimiri-Atroari; Em 9 de julho de 1982, a Funai celebrou contrato com a mineradora, permitindo a construção de outra estrada dentro das terras Waimiri-Atroari; Com extensão de 38 quilômetros, a estrada fez a ligação entre a Mina do Pitinga, de propriedade da empresa, e o km 250 da BR-174; Os responsáveis pela empresa tinham autorização do Comando Militar da Amazônia para “manter ao seu serviço 400 homens equipados com cartucheiras 20 milímetros, rifle 38, revólveres de variado calibre e cães adestrado[s], posseiros e fazendeiros se instalavam às margens da BR-174 e ao sul da reserva. Segundo estudo da Funai, em 1981 o governo do Estado do Amazonas já havia emitido 338 títulos de propriedade incidentes sobre a área da reserva Waimiri-Atroaris (BRASIL, 2014b, p. 235).

Difícilmente o aluno da educação básica de escola pública das décadas entre 1990 e 2010 teve oportunidade de acesso ao conhecimento desta história da ditadura em Roraima. A historiografia produzida sobre a ditadura na Amazônia era embrionária, com poucas pesquisas; além disso, as pesquisas existentes eram ignoradas pelas propostas curriculares da educação básica, e o ensino de História estava atrelado à História oficial, eurocêntrica, como modelo civilizatório a ser seguido, estudado, ensinado e aprendido em detrimento de outras culturas e povos.

É possível que, hoje, uma outra história da ditadura civil-militar esteja presente nas aulas de História. Ela é impulsionada pelo grande número de pesquisas decorrentes da criação de universidades federais nos estados que ainda não tinham estas instituições de ensino, como

Roraima e Amapá, por exemplo. Teatro, debate, exposição de imagens e escuta de depoimentos: em quantas maneiras de atividades a história da ditadura em Roraima e no Amapá — e sua relação com os Yanomami e os Waimiri-Atroari — pode ser desenvolvida ou discutida em sala de aula, na esteira destas novas pesquisas ou de documentos como o da a CNV?



CAPÍTULO 3. INDÍGENAS DE RORAIMA NA DITADURA: PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Neste terceiro e último capítulo da pesquisa, apresentamos um esboço de sequência didática acerca dos impactos da ditadura juntos aos povos indígenas de Roraima, notadamente os Yanomami, buscando destacar também a história de luta e resistência desses povos originários contra o regime civil-militar.

3.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TEMÁTICA

A tomada de posição por um determinado tema de pesquisa não é tarefa fácil. Muitos são os aspectos que a tornam difícil particularmente no campo do ensino escolar de História, exigindo-se uma complexidade profunda. Confesso que tive dificuldades. Mas aprendemos desde a graduação que a escolha por um objeto de pesquisa ou pela discussão de uma história consiste, ao mesmo tempo, em deixar de pautar outras.

Esta escolha é impactada por nossas vivências e experiências coletivas. Então, trata-se também de uma tomada de posicionamento imbuído de identidades políticas e culturais. Abordar a ditadura civil-militar tem se tornado um desafio cada vez mais complexo, considerando o ressurgimento amplo e profundo do negacionismo e revisionismo que atravessam a sociedade brasileira.

Discutir a ditadura na Amazônia, entendida pelos conspiradores como um espaço a ser dominado e explorado, um “inferno verde”, e sua população originária como um obstáculo ou inimigo para tal dominação, seria refletir um passado presente do qual faço parte, e no qual nossos alunos, nossa escola, nossa comunidade, cidade e estado, rios e florestas estão inseridos.

Realmente, a decisão de contar ou pesquisar uma história está imbuída de vivências e experiências do pesquisador, as quais são carregadas de valores políticos, filosóficos, culturais e ideológicos. Vivemos isso na pele e na consciência, quando no mestrado optamos pelo objeto de pesquisa indígenas de Roraima na ditadura à luz da Comissão Nacional da Verdade; mas a condição de professor da educação básica do ensino público teve peso decisivo.

A sequência didática esboçada a seguir parte de um diálogo com o pensamento de Alessandra Gasparotto e Caroline Silveira Bauer (2021) para entender a importância das/os docentes abordarem as especificidades da ditadura, explicitando que os pertencimentos de classe e de raça e etnia podem “conferir visibilidade [...] às vivências da população



LGBTQIA+, de negros e negras, das mulheres, dos camponeses e camponesas e dos povos originários” (GASPAROTTO; BAUER, 2021, p. 446).

O entendimento da pesquisadora Helenice Aparecida Bastos Rocha (2015) sobre o planejamento didático e as especificidades do ensino de História na escola também integra este diálogo. Para ela,

Planejar aulas de História é concatenar aspectos diversos. Há a considerar as finalidades educacionais que estão no horizonte da disciplina, características do conteúdo a ser ministrado, do alunado e sua trajetória de aprendizagens, da escola e suas condições para a realização da aula, dos materiais disponíveis para viabilizar certas formas de ensino e aprendizagem e do próprio professor [...] (ROCHA, 2015, p. 87-88).

Cairíamos numa espécie de ingenuidade ao tentarmos formar este diálogo com todos e todas as pesquisadoras e pesquisadores do campo do ensino de História para embasar nossa proposta de sequência didática. Porém, pela singularidade de nossa temática, agregamos também o conhecimento de Flávia Eloisa Caimi (2006). A autora nos provoca com a reflexão “qual história ensinar neste lugar?”, a partir da experiência de uma estagiária que Caimi acompanha durante seu ofício de formadora de professoras/es de História: “Amanda ouve uma aluna de 16 anos dizer baixinho para sua colega: ‘preferia estar faxinando três casas e não presa aqui, nessa aula chata!’” (CAIMI, 2006, p. 34).

Percebemos que o diálogo com estas e estes pesquisadores foi fundamental para acessar a Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre os povos indígenas como referencial central deste estudo e, por conseguinte, desta sequência didática, fornecendo um suporte para o debate do ensino da história de indígenas de Roraima na ditadura civil-militar.

Nessa linha, destaca-se que esta pesquisa parte de uma perspectiva de discutir uma História de baixo para cima, subalterna, marginalizada, silenciada e excluída intencionalmente pela História oficial. Esta, ao adotar a civilização eurocêntrica como modelo a ser seguido, produziu uma historiografia deturpada e preconceituosa sobre os povos indígenas.

Infelizmente, lidamos com uma narrativa folclórica, estigmatizada, estereotipada e inverídica, silenciando-se diante da história de luta e resistência dos povos indígenas para a formação do Brasil. O livro didático foi, e ainda é, inclusive, um dos instrumentos do silenciamento ou pauperização da cultura e história dos povos originários.

A produção de material didático, associada às novas pesquisas historiográficas de defesa e reconhecimento da importância das classes subalternas, em consonância com a linha de pensamento apontada pelos/as pesquisadores/as acima, pode contribuir para ressignificar um caminho de releitura e reposicionamento dessas populações na sociedade brasileira.



A apresentação de elementos básicos de pertencimento da cultura e história dos Yanomami e dos Waimiri-Atroari, inicialmente postos na sequência didática, foi uma forma que encontramos de dar visibilidade às violações praticadas pela ditadura, quando do seu desmantelamento. Esse é um esforço de seguirmos com os ensinamentos de Gasparotto e Bauer (2021), de que é possível o ensino-aprendizagem da ditadura interseccionando com outras temáticas singulares, locais e regionais. Nesse sentido, os autores enfatizam que:

É fundamental trabalhar com o tema também em uma perspectiva local e regional. Como professoras e trabalhando na formação continuada de outros/as professores/as, deparamo-nos com relatos de que estudantes por vezes afirmam que a ditadura “ocorreu” apenas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo ou nas grandes capitais, que em outras localidades “não aconteceu nada”. Partimos da ideia de que todos/as os/as cidadãos e cidadãs que viveram aquele período em todo o território nacional estavam sob a jurisdição do mesmo Estado e de suas políticas. Portanto não há como não ter havido nada. Essa afirmação pode ser proveniente do desconhecimento, o que é uma excelente oportunidade para fomentar o papel de professor-pesquisador e de professora-pesquisadora e desenvolver com os/as discentes investigações sobre as histórias local e regional. Tal iniciativa, além de aproximar os/as estudantes da história do lugar onde vivem, permite envolver familiares e vizinhos, ouvir testemunhos de pessoas mais velhas e desenvolver habilidades de pesquisa, forjando assim novos sentidos para esse passado ditatorial (GASPAROTTO; BAUER, 2021, p. 447).

Trazendo para o nosso contexto, é o que acontece aqui na terra de Makunaima. O “não aconteceu nada”, reflexo do desconhecimento (conforme levantado pelos pesquisadores acima) acerca dos impactos da ditadura em Roraima, vai além: existe uma percepção, principalmente dos grupos dominantes, de que a ditadura foi positiva e trouxe o progresso, silenciando-se diante do genocídio contra os povos indígenas. Construiu-se no imaginário social, por conseguinte, uma falsa ideia de criminalização dos povos indígenas, condenando-os como responsáveis pelo “atraso” econômico de Roraima.

Portanto, a perspectiva discutida na sequência didática propõe uma outra História, no sentido de desconstrução desse olhar estigmatizado, evidenciando a luta dos povos indígenas contra as violações praticadas contra os indígenas de Roraima pela ditadura, além de sua luta em defesa de sua condição de sujeitos de direitos, e do combate de mitos como aquele de que indígenas são inimigos do progresso do Estado brasileiro, como foi disseminado pela ditadura.

Começaremos mostrando elementos básicos da cultura e história dos Yanomami e dos Waimiri-Atroari, para melhor podermos dimensionar a profundidade do terrorismo de Estado executado contra eles, o qual teve início a partir do contato com os não indígenas. Para isso, nos apropriamos de informações obtidas na *homepage* da Comissão Pró-Yanomami, originalmente denominada Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), fundada



em 1978, uma organização não governamental (ONG) criada e coordenada por lideranças yanomami e indigenistas consagrados. A coordenação editorial do site da CCPY é do antropólogo Bruce Serge Albert e do jornalista Luís Fernando Pereira. Outra alternativa de alcance de informações foi a realização de busca no site da Hutukara Associação Yanomami, fundada e coordenada pelo líder e xamã Davi Kopenawa Yanomami, autor do livro *A queda do céu*, em parceria com Bruce Albert.

3.2 CULTURA E HISTÓRIA DOS YANOMAMI: RUPTURAS DA DITADURA À TERRA-FLORESTA

Até antes do golpe de 1964, os Yanomami eram considerados povos de recente contato, segundo a FUNAI. Um povo que convivia em equilíbrio, conforme suas relações políticas, sociais, culturais, religiosas e territoriais.

Para os Yanomami, *urihi* (a terra-floresta) não é um mero espaço inerte de exploração econômica (o que chamamos de “natureza”). Trata-se de uma entidade viva, inserida numa complexa dinâmica cosmológica de intercâmbios entre humanos e não-humanos. A terra-floresta só pode morrer se for destruída pelos brancos. A terra-floresta se tornará seca e vazia. Os xamãs não poderão mais deter as fumaças-epidemias e os seres maléficos que nos adoecem. Assim, todos morrerão (ASSOCIAÇÃO HUTUKARA, 2024).

Esta visão de Davi Kopenawa retratada acima não deixa margem de dúvida de que a destruição da mãe terra, como eles também denominam *urihi*, a terra-floresta, representa o extermínio de seu povo, o fim dos rios e das florestas; e também indica a impotência dos xamãs e deuses para proteger o cosmo. Foi o que a ditadura impôs a partir da construção da rodovia BR-210, a Perimetral Norte.

Caminhões, máquinas pesadas e um grande número de trabalhadores (cerca de 200 máquinas e 800 homens, de acordo com jornais daquele ano) passaram a circular diariamente dentro da terra Yanomami, para construir a rodovia Perimetral Norte. Sem nenhuma referência à presença de populações indígenas, a divulgação da obra feita pelo Ministério dos transportes, na época, caracterizava a região afetada como vazio do ponto de vista demográfico (SILVA, 2020, p. 37).

Dessa forma, a ditadura altera de modo irreversível a vida, cultura e história dos Yanomami. Além do contato e dos tratores, cumpre destacar que os militares, entendendo a terra-floresta e os povos originários como um “espaço vazio”, usaram de toda a crueldade para eliminá-los do seu caminho, desde a frente de serviços na abertura de estradas até o favorecimento dos grupos econômicos que viriam a explorar os recursos naturais. A Figura 6,

abaixo, é a fotografia de uma aldeia Yanomami, onde reluz o respeito e a harmonia entre as pessoas e a terra-floresta.

Figura 6 – *Yano*, casa comunal yanomami



Fonte: Survival (2024).

O etnônimo “Yanomami” foi estabelecido pelos antropólogos a partir da palavra *yanomami*, que na língua desses povos significa “seres humanos”. Essa expressão se opõe às categorias *yaropë* (animais de caça) e *yai thëpë* (seres invisíveis ou sem nome), mas também a *napëpë* (inimigo, estrangeiro, “branco”), segundo Albert (2007).

Os Yanomami formam uma sociedade de caçadores-agricultores da floresta tropical do norte da Amazônia cujo contato com a sociedade nacional é, na maior parte, relativamente recente. Seu território cobre, aproximadamente, 192.000 km², situados em ambos os lados da fronteira Brasil-Venezuela, na região do interflúvio Orinoco – Amazonas (na área dos afluentes das margens direita do rio Branco e esquerda do rio Negro). Constituem um conjunto cultural e linguístico composto de, pelo menos, quatro subgrupos adjacentes que falam línguas da mesma família (Yanomae, Yanõmami, Sanima e Ninam). A população total dos Yanomami, no Brasil e na Venezuela, é hoje estimada em cerca de 26.000 pessoas (ALBERT, 2007).

No Brasil, a população yanomami é de cerca de 12.500 pessoas, repartidas em 188 comunidades, segundo dados do censo da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). A Terra Indígena Yanomami, que cobre 9.664.975 ha (96.650 km²) de floresta tropical, é reconhecida por sua alta relevância em termos de proteção da biodiversidade amazônica, e foi homologada por um decreto presidencial em 25 de maio de 1992 (ALBERT, 2007). A Terra Yanomami foi uma conquista advinda depois de muita luta e pressão internacional (Figura 7) junto ao

governo brasileiro, homologada pelo presidente Fernando Affonso Collor de Melo (1990-1992).

Segundo Bruce Albert (2007), no Brasil, os primeiros contatos de grupos yanomami se deram com povos da floresta, como extrativistas balateiros, piaçabeiros, caçadores, além de soldados membros da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, funcionários do SPI e viajantes estrangeiros, e ocorreram nas décadas de 1910 a 1940. Segundo o antropólogo, antes desse contato com não indígenas, até o final do século 19, os Yanomami tinham contato apenas com outros povos indígenas vizinhos.

Ainda segundo Albert, nas décadas seguintes, de 1940 a 1960, estabelece-se o contato permanente em seu território, resultado da abertura de postos do SPI e de missões católicas e evangélicas (ALBERT, 2007). Mas, a partir da implantação do Programa de Integração Nacional (PIN) na década de 1970, iniciar-se-ia uma escalada de violação e destruição da terra-floresta e da vida dos Yanomami que perdura até os dias atuais. É o que veremos a seguir.

Figura 7 – Fotografia Claudia Andujar e criança yanomami



Fonte: Google Imagem – Cláudia Andujar e criança Yanomami.

3.3 ESTRADA BR-210: UMA ESCALADA PARA O MASSACRE

“A gente soube que ia fazer a estrada quando a estrada chegou”

Carlos Zacquiini, Missionário Católico do Instituto Consolata, 1974

Os povos indígenas estão entre as principais vítimas da ditadura civil-militar de 1964-1985: foram 8.350 mortos registrados pelo Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014b), fora os casos desaparecidos e omitidos. As violações do regime militar



contra os povos originários ocorreram de diversas formas, por construção de estradas em meio aos seus territórios, deslocamentos comunitários, esbulho, garimpo ilegal, epidemias de doenças, prisões, assassinatos, estupros.

No caso dos Yanomami, essa escalada de violência começa considerando o período da ditadura, com a construção da BR-210 (Perimetral Norte) entre 1973 e 1976. Uma das rodovias que concretizava a ideia de integrar a Amazônia ao território nacional e promover sua exploração, visando o “desenvolvimento” da região, num plano batizado de Programa de Integração Nacional (PIN) e executado de 1969 a 1974.

Pode-se considerar que a primeira forma de violação em massa que a ditadura produziu aos Yanomami foi territorial, ou seja, um ataque à *urihi* (terra-floresta, mãe terra), a partir da construção da rodovia Perimetral Norte. O território, para os Yanomami, é a essência da vida cósmica; por isso, consideramos que esse, além do primeiro, é o mais importante ataque, dele desencadeando-se os demais: epidemias, garimpo, genocídios, estupros e violência psicossocial.

O traçado transversal da rodovia BR-210 rasgou o território yanomami, provocando deslocamento de aldeias e até mesmo facilitando o contato com não indígenas e o surgimento de assentamentos nas proximidades, alterando o modo de vida desses povos originários e, principalmente, abrindo caminhos para outras ameaças, como epidemias de doenças.

3.3.1 Violações no âmbito da saúde: a chegada do sarampo

A introdução da vacina contra o sarampo no Brasil ocorreu na década 1960. Contudo, isso não significou um avanço concreto na erradicação da doença, pois a utilização das vacinas na saúde pública se deu por iniciativa de governos estaduais.

De acordo com Carla Magda Allan S. Domingues et al. (1997), “durante muitos anos, [o sarampo] foi uma das principais causas de morbidade e mortalidade na infância, comportava-se de forma endêmica no País, ocorrendo epidemias a cada 2 ou 3 anos” (DOMINGUES et al., 1997, p. 1).

Ainda segundo os pesquisadores acima, em 1973 é criado Programa Nacional de Imunização, com o objetivo de organizar e avaliar ações de combate à doença. E, em 1992, é lançado pelo Governo Federal o Plano Nacional de Erradicação do Sarampo.

Ou seja, nesse ínterim, a principal característica do Ministério da Saúde de combate ao sarampo e outras epidemias se resumia a ações campanhistas, cobrindo as principais áreas urbanas do País mas deixando a desejar o atendimento das regiões mais longínquas e isoladas.



Os povos originários fizeram parte dos grupos mais afetados pela ineficiência desse período campanhista, especialmente os Yanomami.

Os primeiros casos de sarampo entre os Yanomami ocorreram entre as décadas de 1940-1960, portanto, antes do ditadura civil-militar. Segundo Bruce Albert (2007), foram decorrentes do contato com grupos que trabalhavam na Comissão Demarcadora de Limites, durante o governo Vargas, mas também com funcionários do SPI, em unidades instaladas no território yanomami, além do contato com missionários e indigenistas. Cumpre destacar, com base no autor, que o número de mortos já nesse período foi grande, revelando-se que os Yanomami eram sensíveis à doença, devido à sua predisposição imunológica.

Todavia, o famigerado interesse do governo militar de construção das estradas como a Perimetral Norte em tempo recorde contribuiu para favorecer a invasão de pessoas no território yanomami. Como dito anteriormente, a farsa da concepção militar de defender a Amazônia como um “espaço vazio”, desconsiderando a floresta e os povos indígenas, tendo a estes inclusive como inimigos internos do regime e, conseqüentemente, como uma ameaça ao seu plano desenvolvimentista, alimentou ainda mais o grau de negligência com que o Estado da ditadura encarou o sarampo em territórios indígenas.

Alcida Rita Ramos, citada por Silva (2020), retrata que, em um ano de obras da Perimetral Norte, as aldeias atingidas por estas obras teriam sido dizimadas em mais de 20% da sua população por infecções como o sarampo e a gripe, por exemplo.

Peões com má saúde, garimpeiros despreparados e empresários gananciosos fizeram em quatro anos mais estrago entre os Yanomami afetados por essa invasão do que tudo que esses índios tinham até então na memória, mesmo considerando os tempos de guerra com outros grupos indígenas da região. No primeiro ano da construção da Perimetral Norte, em 1974-75, moléstias infecciosas mataram 22% da população de quatro aldeias, as primeiras atingidas pelas obras (RAMOS, 1993, p. 9 apud SILVA, 2020, p. 40).

À medida que a estrada avançava, as mortes por sarampo, rubéola, gripe e malária também cresciam entre os Yanomami. Eles próprios passaram a utilizar a estrada para circular de uma região para outra, fazendo contato com não indígenas.

As cantinas instaladas para atender às necessidades das equipes de trabalho tornaram-se um atrativo pra os indígenas que, inicialmente, fixavam-se nelas em busca de obter alimentos e ferramentas, tendo em vista seu processo de deslocamento forçado; depois, passaram a ser explorados pelos trabalhadores. “Membros de certas comunidades viveram mais de um ano na dependência dos canteiros de obras, alimentados nas cantinas, vestidos e equipados graças a uma espécie de mendicância organizada ao longo da estrada” (ALBERT, 1992, p. 178 apud SILVA, 2020, p. 40).

Esse cenário de abandono, descaso e mortes que vitimaram dezenas de grupos e aldeias yanomami foi caracterizado pela CNV (BRASIL, 2014b) como uma das formas de violações graves praticadas pela ditadura aos Yanomami. Não menos avassaladora foi a invasão do garimpo no território deles, outra chaga que completou a tragédia Yanomami.

Figura 8 – Yanomami na BR-210 (Perimetral Norte), 1979



Fonte: Bruce Albert - Indígenas Yanomami na rodovia federal BR-210, Terra Indígena Yanomami, 1979. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>.

3.3.2 Garimpo: uma descoberta para a destruição e massacres, até quando?

Junto com as consequências da construção da BR-210 (Figura 8) no território Yanomami, gerando deslocamento da população, fome, e crise sanitária decorrente de epidemias infecciosas de sarampo, gripe, malária e outras doenças advindas do contato com não indígenas, o garimpo no território yanomami constituiu outra violação grave à vida desses povos.

O “desenvolvimento” almejado para Amazônia no imaginário dos ditadores estava baseado no tripé segurança-povoamento-exploração econômica. Na vertente econômica, colocou-se em prática a abertura de rodovias para cumprir com a operação de “integrar para não entregar”, acompanhada de projetos agropecuários e minerários.

A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) receberia do governo a coordenação das ações da política ditatorial no âmbito agropecuário. Projetos de incentivo à criação de gado, com desmatamento da floresta para formação de pastos, além de exploração de madeira e distribuição de terras, foram algumas das frentes agropecuárias estimuladas pela SUDAM.



Mas a exploração mineral, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia, despontou a partir da criação do Projeto Radar da Amazônia (Radam) (1970-1975), que depois foi rebatizado de RadamBrasil, tendo operado até 1985.

O Projeto Radam foi dedicado a mapear e pesquisar a cobertura de diversas regiões do território brasileiro (em especial a Amazônia) por imagens aéreas de radar, captadas por avião. Com a circulação de informações sobre descoberta de ouro no território yanomami, reveladas pelo Radam, começaria a corrida pelo ouro em terras yanomami. Logo dezenas de grupos de garimpeiros penetravam o território *urihi*. Até que “muitos garimpeiros passaram a se instalar na região do Paapiú, por lá existir na época uma pista de pouso aberta por missionários evangélicos” (ZUKER, 2022).

“Ainda sofrendo os efeitos da construção da Perimetral Norte, os Yanomami começaram a sentir os primeiros sinais da corrida do ouro, consequência previsível da divulgação dos achados do projeto RadamBrasil e dos caprichos do mercado internacional que, em 1980, cotava cerca de 30 gramas de ouro a 850 dólares. Uma avalanche de 40 mil invasores assolou boa parte do território Yanomami, sem se limitar à fronteira internacional”, afirma Alcida Ramos (ZUKER, 2022).

Observa-se que, durante a ditadura civil-militar, os indígenas de Roraima foram duramente massacrados pelas frentes desenvolvimentistas que atingiram o estado, na abertura de rodovias, no despreparo e descaso com a assistência à saúde, e na escalada do garimpo ilegal em suas terras. Numa perspectiva de descaso com as demandas indígenas por parte do governo, a corrida pelo ouro logo se transformaria em conflito entre garimpeiros e indígenas, ocasionando massacres, assassinatos e genocídio ao povo yanomami.

Os garimpeiros atiravam neles, destruíam muitas aldeias, e os expuseram às doenças para as quais não tinham imunidade. Em apenas sete anos, 20% dos Yanomami morreram (SURVIVAL, 2024). A partir de 1970, movimentos indígenas e indigenistas deram início, ainda que sob a repressão dos militares, a frentes de combate ao governo: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão de Criação do Parque Yanomami (CCPY) são exemplos dessa resistência, denunciando o extermínio dos povos indígenas pela ditadura e pela invasão do garimpo ilegal em suas terras.

Mas certamente o resultado dessa organização política e social dos movimentos em defesa dos direitos indígenas veio através da pressão internacional, quando as lideranças dessas entidades passaram a buscar os tribunais internacionais para denunciar o extermínio de indígenas que a ditadura praticava no Brasil. Ainda de acordo com o indigenista Carlo Zecquini,

o próprio governador de Roraima tinha patrocinado a ida de garimpeiros para essa área. Aí, quando a coisa pegou esse vulto, de matança, a FUNAI, comandada na época pelo (ex-senador) Romero Jucá, expulsou todos os médicos, a CCPY e missionários de algumas missões, como o Catrimani (ZUKER, 2022).

Ou seja, diante da inércia — na verdade, do incentivo — do Estado da ditadura dando apoio ao garimpo ilegal em terras indígenas, como que numa tragédia anunciada, a atrocidade sobre os Yanomami avançava intensamente, num grau que não cessou mesmo depois da demarcação do território.

Depois de uma longa campanha internacional liderada por Davi Kopenawa Yanomami, pela Survival e pela Comissão Pró-Yanomami (CCPY), a terra yanomami no Brasil foi finalmente demarcada em 1992, ficando conhecida como Parque Yanomami; e os garimpeiros foram expulsos (ZUKER, 2022). A homologação não foi suficiente para intimidar os garimpeiros: violência sexual contra mulheres yanomami, assassinatos etc. não pararam de ocorrer, como se os invasores ainda vivessem sob o manto protetor dos militares.

O genocídio de Haximu (Figura 9), em 1993, quando um grupo de garimpeiros entrou na aldeia de Haximu e assassinou 16 pessoas yanomami, incluindo um bebê, é um exemplo da persistência dos garimpeiros. Esta perdura até os dias atuais; nesta nova invasão ocorrida e incentivada pelo governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, em meio aos mais de 20 mil garimpeiros, estavam, inclusive, assassinos condenados no genocídio de Haximu, como um dos líderes do massacre, conhecido como Pedro Prancheta (LACERDA, 2023).

Figura 9 – Yanomami e o genocídio de Haximu, 1993



Fonte: Yanomami com as cinzas dos parentes vitimados no Massacre de Haximu.



3.3.3 Surge uma nova consciência, uma nova luta: resistência à ditadura

A história de resistência e luta dos povos originários no Brasil vem sendo reescrita. À mão e à mente do colonizador invasor, do escravocrata, do latifundiário e do capitalismo selvagem, sua história foi subjugada ou reduzida a uma concepção de inferioridade, como forma de impor o eurocentrismo como modelo de civilização a ser seguido.

Fizeram isso negando uma resistência e enfrentamento, criando mitos e rótulos sobre os indígenas e sua cultura, com uma visão preconceituosa, estigmatizada, estereotipada, folclórica, animalesca ou mesmo selvagem, doméstica, ociosa ou dócil sobre os povos originários.

Nada mais do que uma inverdade do colonizador invasor, contada em todos os meios e por toda a sociedade, inclusive pela escola, naturalizando-se como verdade ao longo de 500 anos. Mas a reescrita da história deste país tem desconstruindo essa violência, pois os povos indígenas sempre resistiram e resistem.

Os tipos de resistências indígenas ocorreram de várias formas e desde a chegada do colonizador. Na Colônia, a partir de 1530, em meio ao processo de exploração do pau-brasil, quando os povos originários perceberam que estavam sendo explorados, passaram a boicotar, se esquivando, fugindo, ou seja, deixando de responder com a mão de obra de corte e deslocamento das toras de madeira da mata para a faixa litorânea.

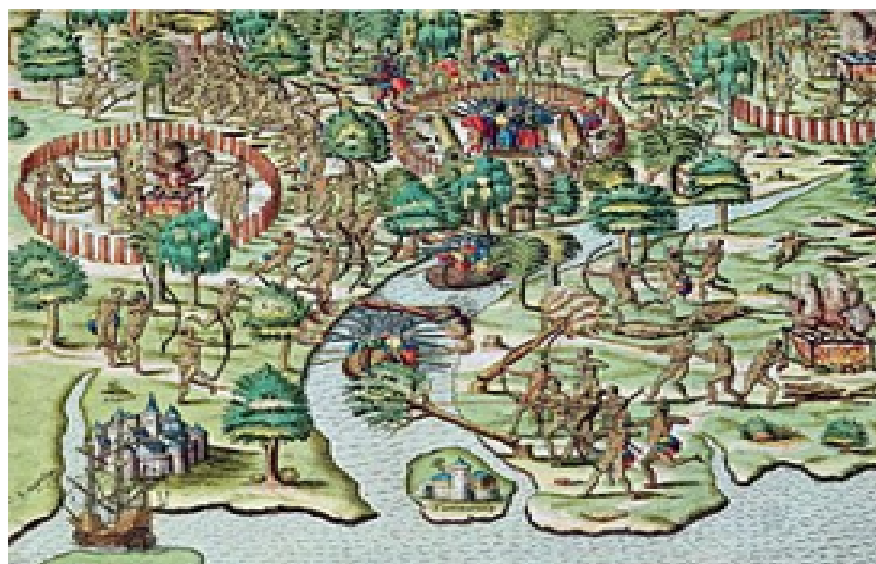
Desferiram ataques a vilas e aldeamentos, assassinaram membros da Igreja, e suicidavam-se, como forma de protestar e resistir contra a imposição forçada de alteração do seu modo de vida, trabalho e religião, transgredidos pelo colonizador e pelos religiosos. Quantas guerras travaram ao longo da história em defesa de sua vida e cultura: Confederação dos Tamoios (1554-1567), Guerra dos Aimorés (1555-1563), Guerra dos Potiguaras (1574-1599), Guerra dos Bárbaros (1651-1704), Guerra dos Açus (1686-1692), Revolta de Mandu Ladino (1712-1719), Guerra dos Manaos (1723-1728), Guerrilha Mura (século 18), Resistência Guaicuru (1725-1791), Guerra Guaranítica (1753-1756), Guerra dos Botocudos (1808-1824)¹⁵.

Os indígenas lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870); e seu enfrentamento contra a ditadura de 1964-1985 foi fundamental para a derrocada do regime. Mostramos, em síntese, algumas das manifestações que simbolizam uma história de luta e resistência dos povos indígenas no Brasil, sem o compromisso de exaurir o tema, mas com o intento de ressaltar tal

¹⁵ Consulta à página da web https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_guerras_ind%C3%ADgenas_no_Brasil. Acessado em 24/05/2024.

história em sua utilidade para desmascarar mitos de insolência contra os povos originários — embora a historiografia positivista tenha ignorado a importância desses eventos de resistência indígena (Figura 10) como contribuições ao avanço plural para a formação e construção da sociedade brasileira.

Figura 10 – Resistência indígena caeté, 1549



Fonte: Wikipédia - Ataque dos índios caetés à vila de Igarassu, em Pernambuco, a poucos quilômetros de Olinda. O conflito ocorreu no ano de 1549, já em pleno processo de colonização. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_guerras_ind%C3%ADgenas_no_Brasil.

Na ditadura, os povos originários assumem uma outra postura de resistência contra as violações perpetradas pelos militares. A organização política e o surgimento de uma consciência unificada entre esses povos passam a figurar como uma nova ferramenta de defesa de seus direitos, de sua cultura, de seu território e de sua existência enquanto povos originários.

Notadamente, essa mudança política e organizativa indígena tem o ano de 1970 como um marco de transformação. Mas, antes de esboçar formulações sobre o protagonismo político indígena que nascia nesse período, precisamos apresentar as bases de apoio para essa mudança de mentalidade, o amadurecimento político-social e classista de tais povos.

Nessas bases, sem sobra de dúvida, o movimento indigenista missionário católico e o trabalho antropológico formaram duas correntes importantes de apoio na organização e educação política indígena. Mas, pra entendermos melhor esse processo, devemos voltar ao ano de 1968, ano da Conferência de Medellín, Colômbia.



Segundo Jaci Guilherme Vieira (2003), “até meados da década de 1960, quase que invariavelmente, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, essa Igreja [Católica] legitimava formas de Governo autoritárias, levadas a efeito por ditaduras militares” (VIEIRA, 2003, p. 147). Por conseguinte, a Igreja alimentava a relação de subserviência das classes excluídas, como pobres, negros, indígenas e trabalhadores, aos seus dominadores.

Nessa perspectiva, trazendo o olhar para o contexto de Roraima, dominado por latifundiários, a Igreja tinha uma postura de manter uma relação de dominação e obediência entre os proprietários de terras e os indígenas, respectivamente, tendo em vista que estes representavam a principal mão de obra em suas propriedades. Me parece que tal relação de subordinação se repetia na área urbana, com a elite econômica/militar reinante em Boa Vista, explorando indígenas como empregados domésticos, trazidos de suas comunidades para trabalhar em suas casas, na promessa de melhores condições de vida.

Inspirado no Concílio Vaticano II¹⁶ (1963-1965), a Conferência de Medellín (1968) foi um evento episcopal de renovação e reforma pela defesa de uma Igreja em defesa dos pobres, sob uma visão de que toda forma de injustiça impede a paz, e exortando ao combate dos privilégios. Dela nasceu uma nova mentalidade e prática missionária na América Latina, respeitando e reconhecendo seus problemas singulares.

A América latina não é compreendida como espaço onde deva[m] ecoar as orientações do Velho Mundo. Ela é sujeito das transformações para a produção de condições plenamente humanas. O continente latino-americano se torna sujeito já maduro de sua emancipação. É ator que compreende que deve cumprir novo papel no teatro global, ao lado dos movimentos da descolonização afro-asiática. Os homens não devem ser objetos, mas agentes da sua história e a paz não é simples ausência de violências e de derramamentos de sangue (SIQUEIRA; BAPTISTA; TEODORO-SILVA, 2018, p. 565).

É nessa conjuntura revolucionária da década 1960, particularmente no ano de 1968, com intensas mudanças políticas e cenas culturais efervescentes, em contexto de Guerra Fria, na emergência da luta feminina por liberdade e direitos individuais, com o Maio de 1968 na França, e contemporânea à Revolução Cubana, que a Conferência de Medellín nasce, constrói-se e delibera em favor dos que mais precisam. Dela se destaca o surgimento da Teologia da Libertação e das ações pastorais de base, como as Comunidades Eclesiais de Base e a Pastoral da Terra, e, em 1972, a fundação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

¹⁶ “O Concílio Vaticano II pode ser definido [...] como uma série de reuniões de bispos com o intuito de alinhar a Igreja Católica com os ‘novos tempos’. A ideia central desse Concílio era modernizar a Igreja, reconectá-la com os seus fiéis, que vinham, pouco a pouco, se afastando. Por isso, diferentemente dos Concílios anteriores, marcados por anátemas e condenações em matérias de fé e moral, o Vaticano II foi chamado de “Concílio pastoral”, pois visava a construção de um diálogo mais aberto com a sociedade” (COUTINHO, 2022).



Criado em 1972, no auge da Ditadura Militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural.

Em sua prática junto aos povos indígenas, o Cimi assume como objetivo geral: Testemunhar e anunciar profeticamente a Boa-Nova do Reino, a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza, a caminho do Reino definitivo (CIMI, 2024).

Por tal profunda renovação carismática, de fé e missão, Medellín não pode deixar de ser citada quando se fala sobre a organização política e de resistência dos povos excluídos contra os seus exploradores. No âmbito dos povos indígenas, esse compromisso foi assumido pelo CIMI. O “Documento de Santarém¹⁷”, de 1972 (DOCUMENTO..., 2022) ratificou as deliberações de Medellín e marcou a prática da nova missão evangélica na região. Nesse sentido, D. Pedro Casaldáliga resume Santarém (Figura 11) a partir dos povos indígenas, com as seguintes palavras:

Conforme D. Pedro Casaldáliga, o único dos participantes de 1972 que está entre nós, o Documento de Santarém foi a primeira carinhosa acolhida do Cimi, que recém tinha sido criado. A Pastoral Indigenista foi assumida como uma das quatro prioridades. “Apraz-nos apoiar decididamente esse órgão providencial (o Cimi) que já está trabalhando eficazmente a serviço do índio e das missões indígenas” (HECK, 2012).

Cumprir destacar que um aspecto relevante definido pelo “Documento de Santarém”, cristalizado também em Medellín, a respeito da missão de organização política dos povos indígenas, era que a base para esse processo deveria reconhecer os povos originários como capazes de serem protagonistas na relação com a sociedade nacional e na luta em defesa de seus direitos frente a esta.

Seria a partir de então que começaria um debate de rompimento com a ideia de indígena tutelado. Até então, os indígenas eram ditos incapazes de assumirem e resolverem suas próprias demandas e promover seu próprio destino. Essa discussão já se encontrava efervescente no campo antropológico, uma outra corrente que se somou à Teologia da Libertação em defesa da causa indígena.

¹⁷ “Sempre à luz do Mistério de Cristo e de sua Páscoa, o Documento de 1972, retomando a Conferência de Medellín, assume um modelo de evangelização integral e libertadora, em que anúncio e conscientização sobre a dignidade da pessoa humana em sua condição de filho e filha de Deus constituem pressupostos indispensáveis para a libertação do homem e da mulher, de tal modo que a Igreja esteja implicada em tudo aquilo que atinge a dignidade e a liberdade da pessoa humana e da família” (DOCUMENTO..., 2022).

Figura 11 – Participantes do Encontro de Santarém, 1972



Fonte: Heck (2012).

Um ano antes do encontro episcopal em Santarém que marcaria a Teologia da Libertação na Amazônia, ocorrera na Ilha de Barbados, entre os dias 25 e 30 de janeiro de 1971, um simpósio antropológico com a participação de renomados especialistas da área. O evento foi uma manifestação de repúdio da prática antropológica a serviço da dominação colonial de exploração de povos contra outros povos, e em defesa da libertação dos povos oprimidos pela dominação colonial e imperialista reinante.

A libertação dos povos indígenas, no pensamento renovador discutido em Barbados, constituiu-se na questão central daquele evento. Dentre os intelectuais brasileiros participantes estavam Darcy Ribeiro, Pedro Agostinho da Silva, Carlos de Araújo Moreira Neto e Sílvio Coelho dos Santos. Entre as diretrizes aprovadas em Barbados à luz de uma antropologia em defesa dos povos originários da Amazônia, vale destacar estas formulações:

A Antropologia que hoje se requer na América Latina não é a que considera as populações indígenas como meros objetos de estudo, mas a que os vê como povos colonizados e que se compromete na sua luta de libertação.

Dentro deste contexto é função da Antropologia: - de um lado, trazer aos povos colonizados todos os conhecimentos antropológicos, tanto acerca deles mesmos como a respeito da sociedade que os oprime, a fim de colaborar com sua luta de libertação; - por outro lado, reestruturar a imagem distorcida que existe na sociedade nacional em relação aos povos indígenas, desmascarando-lhe o caráter ideológico colonialista.

[O] Estado deve garantir a todas as populações indígenas o direito de serem e permanecerem como tais, vivendo segundo seus costumes e desenvolvendo sua própria cultura, já que constituem grupos étnicos específicos (DECLARAÇÃO..., 1971).

Dessa forma, a causa indígena passaria a contar com um indigenismo missionário, representado por nomes como D. Pedro Casaldáliga, D. Aldo Morgiano, Pe. Egídio Schwade



e D. Thomas Balduino, e com uma antropologia libertadora, sob o ativismo indigenista de Darcy Ribeiro, Alcida Rita Ramos e Bruce Albert, para citar alguns.

Cumprе destacar que a influência revolucionária de Paulo Freire em defesa de uma educação libertadora foi basilar nos debates tanto em Medellín quanto em Barbados.

A organização política dos povos indígenas como novo recurso em defesa de sua terra e dos seus direitos originários passaria a ser a questão central de ambos os movimentos reformadores. Imersa e unida a esses movimentos, a luta indígena aparece e vai sendo construída com singularidade, culminando na conquista de demarcações de terras indígenas, na punição do Brasil em Tribunal Internacional, e na disposição de um capítulo na Constituição Federal de 1988 — formado pelos artigos 231 e 232 — em defesa dos direitos indígenas.

O surgimento de lideranças como o parlamentar xavante Mário Juruna, o cacique caiapó Raoni Metuktire, Ailton Krenak, ou Davi Kopenawa Yanomami, para citar alguns, foi fundamental para a transformação da consciência política e da organização social dos povos indígenas. Além das conquistas, à custa de muito sangue e vida indígena contra a ditadura e a ganância neocolonial, o pensamento e as ações lideradas por eles vêm cada vez mais assumindo lugar de destaque, em meio a desastres ambientais que têm ameaçado a vida no planeta, em decorrência da cobiça capitalista predadora dos rios, da terra e das florestas.

3.3.4 Proposta de sequência didática: *Napēpē* em *urihi* — estradas, epidemias, corrida do ouro, genocídio e resistência

Cara professora, caro professor

No processo de ensino-aprendizagem em História, bem como em outras disciplinas, é um desafio abordarmos determinados temas sensíveis, espinhosos ou traumáticos. Em tempos de negacionismo e revisionismo, a pauta sobre a ditadura civil-militar, que é um desses temas, tem sido complexa.

Temas com essa natureza, por mais que planejem, podem nos colocar em situações por vezes surpreendentes, considerando a heterogeneidade de nossas turmas, compostas por alunos indígenas, pobres, ricos, negros, brancos, evangélicos, católicos, cada aluno ou grupo com experiências e vivências singulares e influências múltiplas das famílias, escolas, redes sociais, leituras, televisão, e por aí vai.

Esta proposta de sequência didática foi pensada e elaborada com o objetivo de ajudar a construir aulas de História sobre a ditadura civil-militar (1964-1985) que dialoguem sobre as



violações que indígenas de Roraima sofreram durante esse regime. Trata-se de um esboço, uma possibilidade de colocar em pauta outros aspectos desse período que não aqueles que aparecem no livro didático, que tende a ser linear e regionalmente desigual.

Portanto, este material não condiz com um receituário a ser seguido. Nossa intenção é que possa ser compreendido como um subsídio no sentido de complementar ou agregar na discussão dos impactos da ditadura na vida dos Yanomami, tendo em vista que o assunto não se esgota.

Desse modo, esta sequência didática representa uma proposta a ser explorada, de acordo com o propósito da professora e do professor; ou ainda, de acordo com o contexto específico, para que possa ser usada no âmbito em que está inserida, ou seja, no tópico ditadura e povos indígenas de Roraima.

A proposta está subdividida em três partes que se integram, abordando três dimensões de impacto sobre os Yanomami.

a) Violações decorrentes da abertura de estradas. Uma das primeiras e mais intensas violações que a ditadura produziu à vida dos Yanomami foi a opção pela construção da rodovia Perimetral Norte passando pelo seu território. Essa atitude confirmaria a premissa militar de considerar a região como um “espaço vazio” e ignorar a presença e existência das sociedades indígenas ali. Desse modo, inicia-se um processo de desregulamentação da vida, da cultura e da *urihi* (terra-floresta) yanomami praticada pelos *napëpë* (homem branco) do Estado ditatorial, através de muita violência. Ao rasgar-se a *urihi* com a estrada, grupos yanomami são forçados a se deslocar para outras regiões, lidando com fome e desnutrição, enquanto o contato com equipes de trabalhadores causaria exploração sexual, conflitos e morte.

b) Violações por epidemias. Do ponto de vista da vida humana e da cultura de um povo, a ditadura para os Yanomami existiu na sua forma mais cruel. É possível, com as novas pesquisas historiográficas afins, fazer um debate com o aluno sobre o terrorismo de Estado da ditadura, que, para os indígenas de Roraima, também foi marcado por tortura, desaparecimento e assassinatos, como aconteceu com a resistência no Sul e Sudeste do País dos trabalhadores, estudantes, políticos e intelectuais contrários ao regime.

Mas, no caso dos indígenas de Roraima especificamente (e na Amazônia como um todo), alguns métodos ou práticas diferentes foram usados. Os óbitos decorrentes do contato com não indígenas que invadiram a terra yanomami a partir da abertura da BR-210 foram uma



política de morte da ditadura contra esses grupos, conforme apontado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) e mencionado no capítulo 2 desta dissertação. Epidemias de sarampo, gripe e malária, por exemplo, causadas por trabalhadores das obras ou por membros de equipes de saúde da FUNAI contaminados por essas infecções, acabaram dizimando aldeias yanomami inteiras, pelo fato de os indígenas não serem imunes a tais doenças.

Todavia, casos como esses não abalariam o regime, que, ao invés de intensificar ações de combate às epidemias, agia ao contrário: determinava-se a retirada de equipes de saúde das comunidades, corroborando o aumento de mortes causadas pela crise de sarampo e malária, por exemplo. Nesse sentido, considera-se que o descaso intencional do governo ditatorial com a saúde dos Yanomami, em meio à invasão de não indígenas, grileiros, garimpeiros e madeireiros como resultado da abertura da estrada pelo seu território, foi uma prática de massacre desses povos originários — sobretudo pelo fato dos militares ignorarem a existência desses coletivos, e os considerarem inimigos do regime e do progresso do Estado brasileiro.

c) Violações decorrentes do garimpo ilegal. A publicação da descoberta de ouro na terra Yanomami pelo projeto RadamBrasil acarretou a invasão ilegal de 40 mil garimpeiros na *urihi*, com a abertura de centenas de pistas de aviões clandestinas, a perpetração do genocídio de Haximu, a extração de toneladas de ouro, a disseminação da fome generalizada, e a deterioração ambiental; esse foi o “milagre econômico” da ditadura na *urihi* yanomami. É preciso dizer mais: que é chegada a hora de incluir no ensino a história da ditadura, com temáticas específicas, próximas dos nossos alunos indígenas ou descendentes de indígenas da escola pública de Roraima, para que esse assunto deixe de fazer parte da lista dos temas silenciados; ou no mínimo para contribuir com o enfrentamento da ideia de que não houve ditadura em Roraima, uma inverdade para com os povos indígenas da terra de Makunaima como os Yanomami, os Waimiri-Atroari e tantos outros.

O objetivo das aulas, ao trabalhar as violações praticadas pela ditadura contra os indígenas de Roraima, é refletir como o regime impactou a vida e a cultura desses povos (Figura 12). Com isso, busca-se, de posse do conhecimento dessa arbitrariedade, contribuir com a mediação de um conhecimento escolar crítico acerca do reconhecimento desses povos como sujeitos de direitos e de culturas diferentes — e, conseqüentemente, contestar eventuais mitos de que os povos originários seriam inimigos do governo e do progresso do Estado brasileiro, compreendendo essa visão como uma herança colonial, hierárquica e preconceituosa.

À vista disso, seria oportuno, professora e professor, visando um melhor aproveitamento para se alcançar o objetivo planejado, antecipar algumas discussões sobre conceitos fundamentais que podem estimular e qualificar o debate para as aulas de História, como estas noções centrais deste esboço de sequência didática: identidade, cidadania, direitos humanos e democracia, por exemplo.

Figura 12 – Criança yanomami recebe atendimento do Ministério da Saúde



Fonte: Junior Yanomami/Condisi-YY. Debilitada, criança recebe atendimento de missão do Ministério da Saúde que busca elaborar diagnóstico sobre a crise sanitária na população yanomami.

Como reflexão preliminar, sugerimos discutir os conceitos:

- **Identidade** – De modo a instigar o aluno a se reconhecer, assumir e aceitar como pertencente a uma identidade social, histórica, cultural etc.;
- **Cidadania** – No sentido de que conviver em cidadania passa pelo respeito e reconhecimento de iguais oportunidades de acesso aos direitos individuais e coletivos, materiais e imateriais fundamentais para se ter uma vida plena;
- **Democracia** – Pois dominar o conceito de democracia dentro do nosso propósito aqui, especialmente no sentido de democracia popular e participativa, pode ajudar o aluno a compreender que a democracia é muito mais que depositar o voto na urna de dois em dois anos. Que democracia é alimentação, saúde pública, educação pública, igualdade de oportunidades, transporte público, por exemplo. Oportunamente, pode-se introduzir nesta pauta o conceito de florestania, defendido por lideranças indígenas como Ailton Krenak.



Objetivos da sequência didática:

- Fomentar a reflexão dos alunos sobre 1) a inclusão da ditadura num contexto mais amplo, histórico, uma característica permanente na sociedade brasileira, 2) a compreensão dos modos como a ditadura operou na sociedade brasileira, notadamente para os indígenas de Roraima, e 3) a identificação de eventuais disputas e heranças associadas à ditadura, no âmbito da sociedade em geral e, especificamente, no caso dos Yanomami;
- Caracterizar uma ditadura, percebendo violações aos direitos humanos;
- Analisar especificidades de como a ditadura impactou os povos indígenas de Roraima;
- Refletir nos indígenas como sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história;
- Analisar a Comissão Nacional da Verdade, considerando suas recomendações como diretrizes para reconhecer as violações cometidas pelo Estado brasileiro aos povos originários durante a ditadura;
- Conhecer e defender a implementação de políticas públicas de memória, verdade e reparação elencadas pela CNV como desafios a serem implementados pelo Estado brasileiro.

Segue abaixo, cara professora e professor, como aporte para este esboço de sequência didática acerca da permanência dos impactos da ditadura civil-militar quanto ao garimpo ilegal na Terra Yanomami, o texto “Os comedores de terra”, da escritora Becky Korich, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em 23 de janeiro de 2023. Depois, alguns *links* que abordam a história e cultura dos Yanomami.

Os comedores de terra

Becky S. Korich (Advogada, escritora e dramaturga)
Folha de São Paulo, Opinião, 23 jan, 2023.

Pensem nas crianças, assustadas, desnutridas.
Pensem nas meninas, fracas, inflamadas. Pensem nas mulheres, rotas alteradas.
Pensem nas feridas, das peles pintadas.

Vinicius, uma bomba caiu por aqui, e o que me veio foram seus versos lindos que contam histórias tristes. Não dá para não pensar. Não dá para parar de pensar nessa tragédia anunciada. Não dá para parar de se chocar com as imagens. Vergonha nacional, crime universal. Uma violação aberta e escancarada de direitos humanos, terras e corpos. Não é de hoje que garimpeiros têm licença para invadir, estuprar, afogar crianças com suas dragas lançadas no rio. Violentos, esses caras-pálidas, cujos rostos não se enrubescem, não têm vergonha nem coração. Seus mandantes são tão repulsivos quanto as larvas que saem pelas bocas desesperadas dos Yanomami.



Eles espalham fome, mercúrio, malária, devastações. Tiram tudo que podem. Minério, honra, peixe, dignidade, gás, comida, paz, água potável, oxigênio. E querem mais. Querem mais estradas, mais usinas, mais ouro. Querem espremer as florestas para extrair dinheiro, custe o que custar. Esses exploradores agem com liberdade e proteção, fazem o que bem entendem: agem com a certeza da impunidade.

Enquanto nossas geladeiras estão abastecidas, nossos termômetros estão livres de mercúrio e nossos antidiarreicos vencem na gaveta, Roraima está osso e pele, se despedindo de pessoas que morrem definhadas, vencidas pelos vermes, pela fome, expelindo suas vidas pelo próprio vômito. Poderia ser evitado. Não se morre mais de algumas doenças no século 21, mas lá o século é outro.

Os apelos não são de hoje, é uma luta antiga, mas está mais pungente do que nunca. O líder indígena do povo Yanomami, Davi Kopenawa, que se referia aos garimpeiros como “comedores de terra”, tentou. Não foram profecias; foram previsões ditas, na lógica dos acontecimentos no desgoverno de 2020. “A mineração vai destruir a natureza. Vai destruir os igarapés e os rios, e matar todos os peixes e o meio ambiente — e vai matar nós índios. E vai trazer doenças que nunca antes existiram na nossa terra”, ele afirmou. “Os garimpeiros, sem dúvida, vão matar os índios isolados na área Yanomami.”

Hoje somos todos Yanomami ...

... de pele vermelha, sem cores, sem nada.

Links de consulta sobre o tema:

- a) **Comissão Pró-Yanomami:** <http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp>. “Criada em 1978, a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), originalmente denominada Comissão pela Criação do Parque Yanomami, é uma organização não-governamental brasileira sem fins lucrativos dedicada à defesa dos direitos territoriais, culturais e civis dos Yanomami.”
- b) **Survival International Brasil:** <https://survivalbrasil.org/povos/yanomami>. “Nós existimos para prevenir a aniquilação dos povos indígenas e para dar-lhes uma plataforma para falar com o mundo, para que possam dar testemunho da violência genocida, escravidão e racismo que enfrentam diariamente.”
- c) **Hutukara Associação Yanomami:** <http://www.hutukara.org/>. Fundada e dirigida pelo líder e xamã Davi Kopenawa.
- d) **Instituto Socioambiental:** <https://acervo.socioambiental.org>. “Atuamos desde 1994 ao lado de comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas, nossos parceiros históricos, para desenvolver soluções que protejam seus territórios, fortaleçam sua cultura e saberes tradicionais, elevem seu perfil político e desenvolvam economias sustentáveis.”



CONCLUSÃO

A visão eurocêntrica do colonizador europeu, ao longo dos cinco séculos de história do Brasil, da Colônia ao Estado Republicano, num processo de invasão, domínio e saque de suas riquezas, estigmatizou os povos indígenas como povos inferiores. Sob essa concepção, iniciou, desde o contato, um processo de tentativa de acabamento das populações nativas, impondo às mesmas a cultura europeia como modelo a ser seguido.

Dessa forma, tal estigmatização foi entendida como natural: uma missão a ser comprimida, permitida e ensinada. Na verdade, o próprio ensino desses estigmas foi um dos principais modos do processo de tentativa de “limpeza étnica”, que foi e é permanente — não durou apenas uma época, mas destrói em massa, de modo silencioso e profundo, a ponto de levar os indígenas a quase não se reconhecerem como tal. Mas, embora em algumas circunstâncias cheguem a não se afirmar indígenas para evitar frustrações, preconceitos e humilhação — como na própria escola e outros espaços públicos, pois é sabido que os povos indígenas estão entre as principais vítimas de preconceitos neste País —, não abandonam nem anulam a sua originalidade indígena.

Aprendemos na escola que o indígena é adepto do ócio, é preguiçoso e inferior. Assim ele foi descrito nos materiais didáticos, talvez mesmo em materiais que ainda se encontram pelas escolas deste país afora. Isso pode ajudar a entender — como colocado no capítulo 3 — por que ainda encontramos, entre nossos alunos indígenas, uma postura de retração ou vergonha em se assumirem como indígenas.

Assim, a escola serviu durante todo este período como um instrumento de “domesticação” dos povos originários. Ou seja, um processo longo e amplo de cinco séculos de ensino e aprendizagem da desvalorização da cultura e história dos povos nativos.

Por isso as cicatrizes da escola são profundas e perduram até os dias de hoje. Mas a resistência e a luta, a organização social e a política indígenas e indigenistas, bem como as novas pesquisas acadêmicas na área da História e da Antropologia, notadamente a partir da década de 1970, vêm constatando e evidenciando o protagonismo das sociedades nativas na história brasileira.

Como reflexo desse movimento, já existe uma produção considerável de materiais voltados para a educação que contemplam a importância e valorização dos indígenas para a formação da sociedade brasileira. A única forma de evidenciar tal protagonismo silenciado é através do conhecimento e da informação.



Infelizmente, ainda hoje, são poucos os avanços — como a aprovação da Lei 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura e história dos povos indígenas. Contar ou discutir a história indígena numa perspectiva de reconhecimento de sua real importância para o Brasil e para a sociedade exige, fundamentalmente, por parte do professor, uma consciência do seu papel no desafio de pautar e oportunizar ao seu aluno o acesso a um conhecimento crítico dessa história. Isso porque, na prática, ainda são muitos os fatores que podem levar a não fazer um tal debate.

O preconceito ainda é muito forte nas escolas; o currículo não caminha para valorizar a cultura e a história indígena. No Exame Nacional do Ensino Médio, não há espaço para questões da Amazônia, muito menos para o protagonismo, luta e resistência indígena, dentre outros aspectos. É nesse sentido que nos manifestamos, e não na visão de que o professor tenha o poder de salvador da pátria.

Enquanto professores de História, diariamente somos desafiados no exercício da profissão quando vamos trabalhar história do Brasil. De qualquer período da nossa história, os povos indígenas fizeram e fazem parte, uma vez que eles são nossas raízes originárias. Todavia, essa presença foi excluída ou omitida, e nos silenciemos diante dela. Por isso devemos nos perguntar: que História estamos pautando?

Utilizemos como exemplo, propositalmente, a temática desta pesquisa. Que significados, sentidos ou perspectivas podemos adotar na abordagem do ensino de história da ditadura civil-militar no estado de Roraima? Temos como apoio o ângulo tradicional do livro didático, que exclui a Amazônia e Roraima do debate. Está ao nosso alcance também a historiografia memorialista, que defende e exalta o regime, chegando à noção de dizer que em Roraima não houve ditadura; que o regime foi positivo e marcou a chegada do futuro e do progresso, devido à construção de aportes de infraestrutura para a capital do ex-Território Federal, como estradas, pontes e energia.

Já os povos indígenas de Roraima conheceram a face atroz do terrorismo de Estado, através de massacres, genocídios, fome, epidemias e invasão de suas terras, como aconteceu com os Waimiri-Atroari e os Yanomami.

Nesse sentido, pode-se dizer que houve “duas” ditaduras em Roraima. Uma ditadura para a população do núcleo urbano, que vivia na capital, e outra para os povos indígenas do território roraimense.

O papel da História é o de problematizar e investigar essas versões, iluminando as disputas e interesses envolvidos nelas; e jamais silenciar diante de uma ou outra, de modo a

contribuir no enfrentamento de qualquer regime de exceção ou discriminatório, e em defesa do democracia.

Portanto, quando partimos para pesquisar os povos indígenas de Roraima na ditadura de 1964-1985 à luz da Comissão Nacional da Verdade, motivamo-nos por uma perspectiva histórico-antropológica de combate ao massacre dos povos e ao regime totalitário. Vimos no relatório da CNV — o qual é composto por contribuições históricas, antropológicas, indígenas e indigenistas — o depoimento de vítimas como uma possibilidade de fonte de alta qualidade informativa, para melhorar nosso conhecimento acerca da história dos povos indígenas de Roraima na ditadura e, assim, melhorar nossa prática de ensino, visando contribuir com a produção de um conhecimento crítico dos nossos alunos.

Por fim, concluímos reiterando que elaboramos como produto didático um esboço de uma sequência didática que aborda os Yanomami na ditadura civil-militar. Embora nossa ideia original de construir uma sequência didática mais elaborada não tenha sido possível, por conta de limitações, esperamos ter colaborado com o debate sobre os povos indígenas de Roraima nesse período tão sombrio da história do Brasil.



REFERÊNCIAS

ABREU, Monique Oliveira. **Governo João Goulart e a efetivação do golpe de Estado no Brasil: 1961-1964**. 2011. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

A POLÍTICA de genocídio contra os índios no Brasil. [Lisboa]: AEPPA – Associação dos Ex-Presos Políticos Antifascistas, [1976]. 45 p. Disponível em:
<https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&pagfis=17734>.
Acesso em: 20 ago. 2024.

ALBERT, Bruce. Os Yanomami. **Comissão Pró-Yanomami**. 2007. Disponível em:
http://www.proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=htm&url=http://www.proyanomami.org.br/base_ini.htm. Acesso em: 21 maio 2024.

AMAPÁ. Ações da ditadura militar no Amapá são detalhadas em relatório. **Portal do Governo**. [Macapá], 28 mar. 2017. Disponível em:
<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2803/acoes-da-ditadura-militar-no-amapa-sao-detalhadas-em-relatorio>. Acesso em: 14 jan. 2024.

ASSOCIAÇÃO HUTUKARA. História dos Yanomami. **Hutukara**. [2024]. Disponível em:
<http://www.hutukara.org/index.php/hay/historia-dos-yanomami>. Acesso em: 21 maio 2024.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005, p. 71-86.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Conexões internacionais: a aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília, DF: CNV, 2014a. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 1). p. 220-273.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Violações de direitos humanos dos povos indígenas. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos**. Brasília, DF: CNV, 2014b. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 2). p. 203-262.

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**, v. 11, n. 21, p. 17-32, jun. 2006.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. 2012. 584 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CAMPOS, Pedro; VASCONCELOS, Claudio Beserra de. A aliança empresarial-militar e a ditadura brasileira: a atuação de empresários em escolas militares e de integrantes das forças armadas em companhias privadas durante o regime pós-1964. **BRASILIANA: Journal for Brazilian Studies**, v. 10, n. 2, p. 200-220, 2021.



CARVALHO, Alessandra. O ensino da ditadura civil-militar no tempo presente pelo olhar dos professores mestres do ProfHistória. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 33, p. e0103, 2021. Disponível em:

<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313332021e0103>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CIMI (Conselho Indigenista Missionário). CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Cimi.org.br**. [2024]. Disponível em: <https://cimi.org.br/o-cimi/>. Acesso em: 25 maio 2024.

CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Tribunal Russell visto pela imprensa brasileira. **Porantim**, p. 5, dez. 1980. Disponível em:

https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/35317_20160429_103425.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

COELHO, Lenilson Melo. A história da rodovia BR-174 e os contatos com a etnia Waimiri-Atroari nos anos 70: doenças e desenvolvimentismo na Amazônia. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: ANPUH, 2015.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. O que foi o Concílio Vaticano II? **Café História**, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-que-foi-o-concilio-vaticano-ii/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 59-74, 2014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/79683>. Acesso em: 20 ago. 2024.

DECLARAÇÃO de Barbados I: pela libertação do indígena. Bridgetown: Simpósio sobre a Fricção Interétnica na América do Sul, 30 jan. 1971.

DINIZ, Eugenio. Um diálogo de surdos: o Projeto Calha Norte. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 34, p. 87-116, dez. 1994.

DOCUMENTO de Santarém 50 anos: gratidão e profecia. **CPT Nacional**. 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/6068/DOC-FINAL-SANTAREM-2022.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

DOMINGUES, Carla Magda Allan S.; PEREIRA, Maria Carolina C. Q.; SANTOS, Elizabeth David dos; SIQUEIRA, Marilda Mendonça; GANTER, Bernardus. A evolução do sarampo no Brasil e a situação atual. **Informe Epidemiológico do SUS**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 7-19, jan./mar. 1997.

EUSEBI, Luigi. **“A barriga morreu!”**: o genocídio dos Yanomami. São Paulo: Loyola, 1991.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. 1986. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.



FERREIRA, Maria Liege Freitas. Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S.l.], v. 18, n. 20, p. 33-40, nov. 1999. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/164>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

G1. Veja a lista dos 377 apontados como responsáveis por crimes na ditadura. **G1 Política**. 10 dez. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/veja-lista-dos-377-apontados-como-responsaveis-por-crimes-na-ditadura.html>. Acesso em: 7 ago. 2024.

GASPAROTTO, Alessandra; BAUER, Caroline Silveira. O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (Org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021. p. 438-451. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/229806/001129535.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 ago. 2024.

HECK, Egon Dionisio. Revisitando o Documento de Santarém. *Revista Missões*, 7 jul. 2012. Disponível em: <https://www.revistamissoes.org.br/2012/07/revisitando-o-documento-de-santarem/>. Acesso em: 25 maio 2024.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Dilma Rousseff. In: **Memórias da Ditadura**, [São Paulo], [2024]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/dilma-rousseff>. Acesso em: 6 ago. 2024.

LACERDA, Lucas. Trinta anos depois, massacre de Haximu relembra embate político sobre proteção de indígenas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/08/trinta-anos-depois-massacre-de-haximu-relembra-embate-politico-sobre-protecao-de-indigenas.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

LUCKEZIE, Lucas. Bolsonaroistas pedem intervenção militar em frente ao Exército em Roraima. **Folha BV**, [Boa Vista], 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/especiais/eleicoes-2022/bolsonaristas-pedem-intervencao-militar-em-frente-ao-exercito-em-roraima/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MACIEL, Dulce Portilho; CARVALHO, Lígia Maria de; LEMES, Fernando Lobo. Integração nacional no Brasil: as grandes rodovias da Amazônia (1970-1979). **Dimensões**, [Vitória], v. 44, jan.-jun. 2020, p. 89-120.

MARTINS. Elisângela. **Memória do regime militar em Roraima**. 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

MONTEIRO, Elizângela Wanderlinde Quaresma; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. A abertura da rodovia BR-174 na Amazônia brasileira e seus desdobramentos para o estado de Roraima. **Revista Presença Geográfica**, [Porto Velho], v. 5, n. 2, p. 71-78, 2018.



MORAIS, Roberta da Silva. **O ensino da ditadura civil-militar brasileira: um olhar sobre as dissertações do ProfHistória (2016-2021)**. 2021. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

PACHECO, Danilo Mateus da Silva. O ensino da ditadura civil-militar no Amapá: entre o currículo e a memória. **Revista Tempo Amazônico**, [Macapá], v. 6, n. 2, p. 154-179, jul.-dez. 2019.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Veronica Karina. A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. In: PRIORI, Angelo et al. (Org.). **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. p. 199-213.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Aula de História: evento, ideia e escrita. **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 83-103, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23852/17740>. Acesso em: 8 ago. 2024.

RODRIGUES, France. (Des)territorialização e conflitos sociais na luta por espaço em Roraima. **Textos e Debates**, [S.l.], v. 1, n. 5, p. 60-79, 2012. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/1021>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SALES, Cíntia Virgínia. **“Amanhã há de ser outro dia”**: a ditadura civil-militar de segurança nacional na sala de aula. 2021. 128 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SANTOS, Dorival da Costa dos. **O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação - 1964/1974**. 2001. 137 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. Inês Ettiene Romeu: sobreviver para lutar. **Operamundi**, 29 set. 2020. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/super-revolucionarios/ines-ettiene-romeu-sobreviver-para-lutar/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SILVA, Elizene Miranda da. **Drama social e memória entre os Yawaripë (Yanomami do Ajarani)**. 2020. 179 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SILVA, Giovani José da; ROCHA, Anderson Luis Azevedo da. História, ambiente e povos indígenas no extremo Norte do Brasil: impactos da construção da BR-156 em Oiapoque, Amapá (1976-1981). **História Unicap**, Recife, v. 6, n. 12, p. 232-249, jul./dez. 2019.

SILVA, Luiz Gabriel da. **Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local (Curitiba - PR)**. 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.



SILVA, Maura Leal da; CAMILO, Janaína Valéria Pinto. São José de Macapá: nos rastros das memórias das prisões e torturas (1964-1973). **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 1, p. 124-143, jan./abr. 2021.

SIQUEIRA, Giseli do Prado; BAPTISTA, Paulo Agostinho N.; TEODORO-SILVA, Wellington. A Conferência de Medellín: contexto político-ecclesial e a posição sobre a Educação e a Juventude. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 16, n. 50, p. 648-676, maio/ago. 2018.

SOUZA, Isabela. História do sindicalismo no Brasil e no mundo. **Politize!**, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sindicalismo-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 20 ago 2024.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Tradução Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STUMPF, André Gustavo. Decisões amazônicas. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 jan. 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2024/01/6785844-artigo-decisoes-amazonicas.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SURVIVAL. Os Yanomami. **SurvivalBrasil.org**. [2024]. Disponível em: <https://survivalbrasil.org/povos/yanomami>. Acesso em: 23 maio 2024.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001-1022, set./dez. 2015.

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (Org.). **Brasil, violação dos direitos humanos**: Tribunal Russell II. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima**: a disputa pela terra - 1777 a 1980. 2003. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ZUKER, Fábio. Atual crise humanitária entre os Yanomami repete tragédia criada pela Ditadura Militar. **InfoAmazonia**. 21 dez. 2022. Disponível em: https://infoamazonia.org/2022/12/21/atual-crise-humanitaria-entre-os-yanomami-repete-tragedia-criada-pela-ditadura-militar/#google_vignette. Acesso em: 21 maio 2024.